



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0884/12	DATA: 15/06/2012
INÍCIO: 09h57min	TÉRMINO: 19h59min	DURAÇÃO: 04h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h01min	PÁGINAS: 155	QUARTOS: 94

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DURVAL FERREIRA DA SILVA FILHO – Vereador, Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa.

EDUARDO VARANDAS ARARUNA - Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da Paraíba.

ALLEY BORGES SCOREL – Promotor, representante do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (CAOP) do Ministério Público da Paraíba.

MARINHO MENDES MACHADO - Promotor de Justiça.

LUCIANA DA SILVA DUARTE - Superintendente da Polícia Rodoviária Federal da Paraíba.

FABIANO MOURA DE MOURA - Juiz de Direito e Coordenador da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital do Tribunal de Justiça da Paraíba.

SANDRA MARROCOS - Vereadora, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Vereadores de João Pessoa.

ELIZA VIRGÍNIA SILVA DE SOUZA – Vereadora.

ALEXANDRE SOARES DE MELO – representante da Universidade Federal da Paraíba.

THEMIS GONDIM DE OLIVEIRA – representante da Rede de Enfrentamento da Exploração Sexual (REDEX) da Paraíba.

VALDÊNIA APARECIDA PAULINO LANFRANCHI – Ouvidora de Polícia da Secretaria de Segurança.

JOSIVALDO FARIAS DE ALBUQUERQUE – Conselheiro Tutelar de Bayeux – PB.

CARLOS ANTONIO RIBEIRO DA SILVA – Conselheiro Tutelar da Região Norte de João Pessoa - PB.

LENON JANE FONTES DE SOUZA – Presidente do Conselho Tutela da Região Sul de João Pessoa – PB.

SANDRA RODRIGUES – Representante do Conselho Tutelar da Região Sul de João Pessoa – PB.

VINÍCIUS FERNANDES ARAÚJO – Presidente do Conselho Tutelar de Mangabira – PB.

JOSIVALDO LEITE DE OLIVEIRA – Tenente do 4.º BPM do Município de Guarabira – PB.

MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES – Secretária de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba.

MAYARA DE FÁTIMA MARTINS DE SOUZA – Coordenadora da Casa dos Conselhos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Paraíba.

LILIANE BELARMINO – Coordenadora do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente – João Pessoa – PB.

SÔNIA CARVALHO – Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba.

ANTÔNIO JÁCOME FILHO – Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Humano do



Estado da Paraíba.

ROSANA FERRAZ CABRAL – Participante.

LORENZO DALAINI – Coordenador da Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba – REMAR.

TEREZINHA APARECIDA DE FRANÇA BARROS – Professora da Escola de Conselhos da Paraíba.

SÉRGIO LUCENA – Representante do Conselho Tutelar Norte.

EDILMA FERREIRA – Conselheira Tutelar.

SUMÁRIO: Debate com representantes de Conselhos Tutelares sobre o tema objeto da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Evento realizado no plenário da Câmara Municipal de João Pessoa, Paraíba.

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.

Há oradores não identificados em breves intervenções.

Há palavras ininteligíveis.

A reunião foi suspensa e reaberta.

Junção da Redação Final das Reuniões 884/12 e 885/2012. (Tarde/Noite).



O SR. COORDENADOR (Durval Ferreira da Silva Filho) - Eu convido as pessoas que se encontram nas galerias para que venham aqui ao plenário. *(Pausa.)*

Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a presente reunião da CPI Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que está sendo realizada nesta Câmara Municipal de João Pessoa.

Quero agradecer às Deputadas Federais aqui presentes: à Presidenta da CPI, Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, e à Relatora da CPI, Deputada Liliam Sá, do PSD do Rio de Janeiro; ao Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba; à Vereadora Sandra Marrocos; a todos os Vereadores que subscreveram esta reunião; e aos demais participantes.

Nós temos consciência da ameaça que sofrem os nossos jovens por conta de sua vulnerabilidade. Diante disso, cabe-nos destacar a importância da apuração realizada por esta CPI.

É dever de todos nós assegurar o cumprimento das normas legais quanto aos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o Estatuto da Criança e do adolescente, por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Neste momento, eu passo a palavra à Presidenta desta Comissão, Erika Kokay, para a condução dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu gostaria de desejar um bom-dia para cada uma e para cada um de vocês; e dizer que a CPI está aqui para dar prosseguimento ao processo de investigação. Esta é a segunda diligência que nós estamos fazendo. A primeira foi no Estado do Rio Grande do Norte. Nós estamos aqui em João Pessoa para que possamos elaborar esse diagnóstico.

De antemão, eu gostaria de agradecer profundamente ao Presidente desta Câmara Municipal, Vereador Durval Ferreira, que nos acolheu aqui, nos possibilitou, nos abriu espaço para que possamos fazer essa discussão, ao mesmo tempo em que nos ofereceu os recursos humanos e os recursos materiais necessários para que nós pudéssemos dar prosseguimento a esta audiência pública.

Nós temos uma audiência pública agora, na parte da manhã; e, em seguida, nós estaremos, às 15 horas, retornando para dar prosseguimento às discussões



necessárias para que nós possamos elaborar o diagnóstico que comporá o relatório desta CPI.

Eu queria de agradecer imensamente, não só pela presença, mas pela possibilidade que nos foi dada pelo requerimento do Deputado Luiz Couto, o Deputado Luiz Couto, que é membro desta CPI; e foi membro também da CPI Mista do Congresso Nacional que abordou o mesmo tema, o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, e, através do Requerimento nº 12, possibilitou que nós estivéssemos aqui. Portanto, o autor do requerimento para que pudéssemos estar aqui e realizar esta audiência pública é o Luiz Couto. (*Palmas.*)

A Câmara Federal, todos os dias, agradece ao Estado da Paraíba a oportunidade de ter um Deputado com um comprometimento tão agudo e tão profundo com os direitos humanos, particularmente os direitos humanos de crianças e adolescentes.

Nós temos aqui também a presença da nossa Relatora, Deputada Liliam Sá, que é do PSD do Rio de Janeiro, que tem feito todos os estudos e questionamentos para que possamos ter um parecer desta CPI. E faremos o caminho necessário para que não caia nas gavetas obscuras da impunidade.

Também quero agradecer — está aqui conosco também — à nossa Vereadora Sandra Marrocos, que é Vice-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Vereadores de João Pessoa.

Eu gostaria de chamar para compor a Mesa, para que nós possamos dar início à nossa discussão aqui na cidade de João Pessoa, o Sr. Eduardo Varandas Araruna Procurador-Chefe da Procuraria Regional do Trabalho, da 13ª Região do Ministério Público da União (*palmas*); a Inspetora Luciana da Silva Duarte, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal da Paraíba (*palmas*); o Promotor Alley Escorel, que é representante do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente — CAOP do Ministério Público da Paraíba. (*Palmas*).

Nós ainda estamos aguardando a presença do Fabiano Moura de Moura, que é Juiz de Direito e Coordenador da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital do Tribunal de Justiça da Paraíba; do Sr. Marinho Mendes Machado, Promotor de Justiça, e da Delegada Carolina Thais Patriota da Silva Martins, que é Chefe da Delegacia de Defesa Institucional da Polícia Federal da Paraíba. Portanto, nós



estamos ainda no aguardo dessas três pessoas para que, tão logo adentrem no recinto, iremos convidá-las. Sintam-se já convidadas para compor a nossa Mesa.

Eu gostaria apenas de anunciar que nós vamos ter a continuidade, com outros componentes, desta discussão na parte da tarde, como eu já disse, a partir das 15 horas. Teremos uma série de representantes, dentre outros: o Josivaldo Farias, que é Conselheiro Tutelar; a Liliâne Belarmino, do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente; o Elielton da Silva Lima, Vice-Presidente do Conselho Tutelar; o Lenon Jane, também Conselheiro Tutelar; a Lindinalra Sousa da Silva, também Conselheira Tutelar; o Vinícius Fernandes Araújo; o José Roberto dos Santos Lira; o Leonardo Macena dos Santos, todos Conselheiros Tutelares; e o Tenente Josivaldo Leite de Oliveira, do 4º BPM do Município de Guarabira, da Paraíba, dentre outros participantes.

Nós estamos no aguardo também, na parte da tarde, da representação do Poder Executivo e do Conselho de Defesa dos Direitos do Estado da Paraíba. Acho que seria importante — estamos no aguardo — a participação também de representantes da sociedade civil, que são absolutamente fundamentais, para que nós possamos fazer o controle social, sem o qual o Poder tende a ser absolutista.

Com essas informações, nós vamos começar a nossa audiência pública.

Eu gostaria de passar a palavra para o nosso Deputado Luiz Couto, para que ele possa fazer sua exposição. Eu vou repetir que o Deputado Luiz Couto é o autor da iniciativa de realização desta audiência pública aqui na Câmara Municipal. Em seguida, passarei a palavra para a nossa Relatora. Faremos também as nossas considerações e passaremos a palavra aos componentes da Mesa por um prazo de 15 minutos, após o qual nós vamos abrir a palavra para que as pessoas, que estão acompanhando e participando desta audiência, possam se posicionar por um período de 3 minutos. Em seguida, devolveremos a palavra à Mesa e faremos os encaminhamentos necessários.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto, da Paraíba.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sra. Presidenta Erika Kokay, que tem uma vinculação com a Paraíba, embora seja mineira, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) – Cearense.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Cearense, mas é casada com um paraibano. Então, já é cidadã paraibana. Com certeza, esteve aqui outras vezes.

Nós queremos dizer à Deputada Liliam Sá também, aos membros da Mesa e à Sra. Presidenta que esta CPI trata das redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, mas também de um tema associado, que é o turismo sexual. Nós verificamos que essa incidência é muito grande principalmente quando verificamos que há, de certo modo, uma espécie de cumplicidade de alguns segmentos que acham que essa é uma situação natural ou normal.

Nós verificamos que a impunidade, infelizmente, ainda é a grande força daqueles que usam crianças e adolescentes para a exploração sexual; não é mais aquela atividade individual do cafetão ou da cafetina, que recrutava crianças e adolescentes, mas hoje são redes que funcionam para essa atividade.

Daí é importante que V.Exa. possa até dizer para as pessoas que estão aqui que, se quiserem prestar depoimento e tiverem informações importantes sobre essa situação, que possam se apresentar à Secretaria para que, em caráter público ou reservado, também possam ser ouvidas.

É fundamental que nós possamos ter um diagnóstico da situação que ocorre aqui no nosso Estado e das políticas públicas que estão sendo implementadas para o enfrentamento dessa questão.

Nós estivemos aqui, em outro momento, através da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que tinha a Deputada Maria do Rosário como Relatora e a ex-Senadora Patrícia Saboya como Presidenta, e fizemos um levantamento de diversas situações aqui no Estado da Paraíba. O que é mais grave? daquelas situações todas que nós elencamos e que foram encaminhadas às autoridades, à época, para as providências, acho que, se nós fizermos um levantamento, se algumas daquelas pessoas que estavam envolvidas tiverem algum procedimento de encaminhamento judicial para serem denunciadas, julgadas ou condenadas, ou seja, parece que não aconteceu nada disso.

Então, nesse sentido é que nós dizemos: ou nós enfrentamos isso de modo articulado, Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, sociedade como um todo, as igrejas, enfim, a sociedade civil... Se nós temos alguma coisa em termos de enfrentamento, é ainda através de entidades de



direitos humanos, de defesa da criança e do adolescente que essas denúncias chegam até nós e também aos Conselheiros Tutelares.

É importante esta CPI. Acho que todos nós possamos aproveitar este dia para que tenhamos mais e mais informações e também possamos apresentar propostas para o enfrentamento dessa questão das redes de exploração sexual de crianças e adolescentes e do turismo sexual.

Nesse sentido, agradecemos pelas presenças daqueles que foram convidados. Outros deverão estar aqui presentes, o que é fundamental.

Eu quero parabenizar duas ações que são feitas aqui. Embora não seja tanto da atribuição da Polícia Rodoviária Federal, mas o trabalho que a Polícia Rodoviária Federal tem feito de levantamento nas estradas desses pontos de tráfico de crianças e adolescentes, de exploração sexual de crianças e adolescentes, é alimento importante para que nós tenhamos esse dado.

Além do mais, o Ministério Público do Trabalho, através do Procurador Eduardo Varandas, tem sido um grande articulador, defensor, investigador. Enfim, muitas vezes, as ações que ele realiza e todo trabalho feito terminam sendo abafados por outros setores de outros órgãos do Poder Público, mas ele continua naquela história. Ele, como defensor dessas causas, inclusive identificando as piores formas de trabalho infantil e escravo, que ainda existem em nosso País, está aí nessa luta. Eu quero parabenizar o Procurador Eduardo Varandas pela ação que tem realizado.

Para que essa ação seja mais descentralizada em todas as regiões do Estado, ele pediu e nós apresentamos uma emenda para que possamos ter a nossa representação do Ministério Público do Trabalho Federal no Município de Patos. Essa emenda sairá (*Palmas.*) para que, de fato, nós tenhamos as condições de...

Aquela região é emblemática. É preciso dar um basta a essa chaga que ainda persiste em nosso Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) – Obrigada, Deputado Luiz Couto.

Passo a palavra à Deputada Liliam Sá para que possa fazer suas considerações iniciais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) – Muito bom dia a todas e a todos.



Quero cumprimentar as autoridades presentes, a Mesa, o Presidente que abriu a sessão, Durval Ferreira, quero parabenizar o Padre Luiz Couto por esta reunião no Estado da Paraíba, por poder estar aqui em João Pessoa. Quero, ao cumprimentar a Vereadora do meu Partido, cumprimentar todas as Vereadoras desta Casa, a Raíssa Lacerda, e todos os Vereadores, também, desta Casa; ao cumprimentar o Dr. Eduardo Varandas, cumprimentar todos os atores que lutam pelos direitos das criança e do adolescentes que estão nesta sessão.

Bem, a CPI da Exploração Sexual e do Turismo vem com o objetivo de ajudar a diagnosticar o que está acontecendo no Estado da Paraíba e poder ajudar todos aqueles que são envolvidos na questão da proteção de nossas crianças e adolescentes.

Nós estivemos em Natal, fizemos um diagnóstico de várias situações e ali, envolvidos e ouvindo as pessoas, nós tiramos uma carta com uma série de reivindicações que pudemos entregar à Governadora do Estado de Natal.

Queremos, também, nesta reunião, se possível, fazer um diagnóstico com a nossa Presidenta que está fazendo um excelente trabalho à frente da CPI, a Erika Kokay, e tirar também uma Carta de Intenções para cobrar dos Governos para que seja realmente feito o que é preciso para que crianças e adolescentes sejam prioridade aqui no Estado da Paraíba. Criança, que é sujeito de direitos, tem direitos; e esses direitos têm que ser respeitados.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, foram 113 os pontos de vulnerabilidade que aumentaram na Paraíba. Foram 113% os pontos de vulnerabilidade. Quer dizer, de 2009 para 2010 houve um aumento significativo, nós queremos saber o porquê.

Também sabemos, com a questão dos motéis de estradas e hotéis de estradas, que não é mais obrigatório que se faça a identificação quando entram crianças e adolescentes nesses estabelecimentos.

Eu estava até parabenizando o Dr. Eduardo Varandas pela sua intervenção. Apesar de tudo, porque os empresários entraram com uma liminar, o Dr. Varandas ainda continua fazendo a fiscalização. E nós queremos saber o por que disso, porque isso ajuda a exploração sexual de crianças, ajuda também a pedofilia. E nós queremos saber o porquê dessa facilidade.



Então, nós estamos aqui para traçar um diagnóstico, ver os pontos favoráveis que existem dentro dos mecanismos, das leis, tudo o que existe, dentro da Paraíba, feito para crianças e adolescentes, o que está funcionando, o que não está funcionando, ver as falhas, traçar um diagnóstico. E, de repente, no final de toda essa nossa discussão, traçar metas e uma carta de intenções que possamos entregar ao Vice-Governador, que está em exercício — nós vamos estar com eles, não é Erika, hoje. Porque ele está viajando, nós vamos entregar ao Vice-Governador —, para que se tenha o compromisso com a criança e o adolescente.

Não adianta a gente ficar aqui só falando, falando e não ter um compromisso, não ter uma ação efetiva de combate ao turismo e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

O que nós temos visto, e achando normal, é que uma criança venda o corpo por um pastel. Uma menina de 9 anos chegou para um pastor, aqui mesmo na Paraíba, um amigo meu, e queria trocar o corpo por um pastel: *“Olha, eu faço sexo oral com você, se você comprar um pastel para mim”*. Entendeu? E esse pastor acabou levando ela para casa, a mulher dele cuidou dela, e hoje em dia ele tem um trabalho com essas meninas, de recuperação, com todas essas meninas. Há importância da religião, da Igreja Católica, das igrejas evangélicas, das igrejas, de todas as religiões nesse envolvimento. E também de meninas... Como saiu aqui na própria Paraíba, a Polícia Rodoviária Federal pegou uma menina trocando o corpo, *“Ah, eu fiz o meu serviço”*. Com 12 anos de idade, trocou o corpo por um celular. Isso não é normal, gente! Nós não podemos encarar essas coisas com normalidade. Uma menina de 12 anos é uma menina.

Então, nós temos que combater a impunidade. Nós temos que fazer com que as nossas autoridades venham combater com fiscalizações e com mais rigor, porque leis existem; e se as leis existem, têm que ser cumpridas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam Sá.

Nós estamos aqui, vamos estar em vários locais do Brasil, e temos algumas centralidades. Uma delas é trabalhar com os locais que vão abrigar ou que vão ter um abrigo de turistas, particularmente nos eventos, porque os eventos, as



Copas que o Brasil sediará são elementos novos, que não estavam dados ainda na CPI Mista quando foi realizada.

Além disso, nós queremos trabalhar com os locais onde acontecerão as grandes obras. Nós já tivemos a oportunidade de estar em Jirau e em Santo Antônio, no Estado de Rondônia, e ali se verificou o aumento do número de estupro em mais de 200%, um aumento significativo de gravidez precoce, o que significa que nós precisamos fazer com que o Brasil possa bater no peito e dizer que o desenvolvimento é real, porque o desenvolvimento não se dá sobre os corpos, o futuro e os direitos das nossas crianças.

Digo isso porque todas as obras, para serem instaladas, têm que ter uma licença socioambiental. Entretanto, a questão social tem sido diluída e invisibilizada neste País tão marcado por casas grandes e senzalas. A licença tem se transformado basicamente numa licença ambiental.

É importante que a localidade que vai receber as grandes obras possa ser dotada de estrutura necessária para proteger os direitos humanos, particularmente os direitos humanos de crianças e adolescentes.

Para além disso, nós vamos trabalhar também e vamos, ainda este mês, realizar diligências nas fronteiras. Nas fronteiras. Temos muitas denúncias do processo, de processo de tráfico, inclusive, de pessoas entre os países limítrofes ao Brasil, e precisamos fazer com que tenhamos assegurado que aqueles que estão para proteger as nossas fronteiras não sejam agressores de crianças e adolescentes e não possibilitem, ainda que pelo silêncio, a existência desse nível, dessa rede de exploração sexual.

Nós temos mais de 200 redes no Brasil de exploração sexual. Isso é um dos negócios mais lucrativos, que significa trocar as crianças por lucro, ou seja, lucrar a partir da inexistência de vida humana de crianças e adolescentes.

Por isso, nós vamos trabalhar em locais, como aqui, onde se inclui João Pessoa, onde se inclui a Paraíba, locais onde existam possibilidade ou potencialidade de recebimento de um grande fluxo de turista, para que nós possamos fazer esse enfrentamento através da investigação do turismo sexual.

Nós ainda precisamos fazer com que tenhamos não apenas a denúncia. O lema do movimento *“quem cala consente e quem denuncia protege”* é um lema que



ainda está absolutamente vigente, atual e necessário. É preciso que nós continuemos com essa grande campanha, que se expressa através do Disque 100, que é uma grande plataforma de dados, que são importantes e que têm de ser considerados, que significa a sociedade romper com a naturalização. É como se o patrimonialismo, como se o adultocentrismo pudesse engolir as relações sociais e ordená-las invisibilizando os direitos de crianças e adolescentes. Portanto, quando se denuncia, rompe-se com a naturalização. Rompe-se, mas só a denúncia é insuficiente, porque nós precisamos fazer com que este Brasil tenha condição de responsabilizar os agressores.

Nós tivemos aqui no Estado da Paraíba por volta de 250 pessoas que foram citadas numa CPMI como supostamente envolvidas em algum processo de exploração sexual. Não houve responsabilização. Isto nós queremos discutir com os senhores que compõem esta Mesa: qual é o nível de responsabilização, e quais são as estruturas do Estado para que a responsabilização possa desenvolver-se, quais são as estruturas das delegacias especiais, porque é importante que tenhamos delegacia de proteção. No Estado do Rio Grande do Norte nós vimos uma delegacia de proteção responsável por 167 Municípios. Isso é faz de conta! No Brasil, o direito das crianças não suporta mais o faz de conta. Não suporta mais! (*Palmas.*)

É preciso que nós tenhamos políticas e instrumentos efetivos para fazer o enfrentamento. E nós precisamos também fazer com que os órgãos de responsabilização possam modernizar-se, na perspectiva de fazer o enfrentamento das novas formas como as redes estão trabalhando. Nós temos hoje um amplo desenvolvimento de redes virtuais via Internet, e nós não temos a dotação de profissionais de tecnologia de informação que possam trabalhar, no sentido da elaboração de laudos, de investigação, num processo de inteligência que possa fazer frente a essas novas formas de funcionamento das redes. Portanto, é preciso responsabilizar.

E, por fim, nós também trabalhamos com atendimento. Nós estivemos na Delegacia do Rio Grande do Norte e ali nós tivemos a oportunidade de ver uma mãe com uma menina de 11 anos. Essa menina e essa mãe tinham feito uma denúncia naquela delegacia há 2 anos, e estavam sendo chamadas para o primeiro



depoimento. Então, quero dizer o seguinte: onde é que está a responsabilização? Há 2 anos!

Outro ponto: e o atendimento? Como é que se possibilita que o Estado ofereça condições para que essa criança possa reorientar a sua vida, possa fechar o ciclo de uma situação de exploração sexual? Portanto, o atendimento é absolutamente fundamental. Quais são os mecanismos que o Estado tem para poder fazer frente ao atendimento, que tem de ser multifacetado, e tem de ser intersetorial, porque senão não é efetivo? Se nós não reconhecermos a nossa incompletude institucional, não vamos conseguir montar a rede necessária, dentro de uma lógica intersetorial, para o atendimento de direitos que são indivisíveis, interrelacionados, e, portanto, as políticas públicas que asseguram esses direitos também têm de ser interrelacionadas e também têm de ser indivisíveis.

Então, atendimento, responsabilização e mecanismos de denúncias têm de ser dados e têm de ser assumidos pelo conjunto da sociedade e, particularmente, pelo Estado. Por isso, nós queremos saber como é que estão sendo tratados os direitos de crianças e adolescentes e como é que está o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Orçamento, porque, para assegurar que a infância não seja roubada, que ela não seja usurpada, que ela não seja quebrada, para que não se naturalize esse roubo, esse rapto da infância, como acontece no Brasil, nós precisamos ter no Orçamento a dotação necessária para a efetivação das políticas públicas. Por isso, nós queremos começar pelo Executivo.

E esse diagnóstico que nós queremos fazer aqui no Estado da Paraíba não é apenas o diagnóstico sobre a incidência da exploração sexual e do turismo sexual. É óbvio que a incidência é elemento importante para que possamos traçar políticas públicas, mas é preciso — e esta discussão nós estamos fazendo com o Governo Federal — que os dados do Disque 100 tenham um encaminhamento, porque se recebe a denúncia, encaminha-se para os Conselhos, encaminha-se para os Estados, mas o que é que acontece com isso?

Isso não é um número! Criança violada, criança vítima de violência sexual não pode transformar-se num número, numa estatística. É uma pessoa, e deve ser acolhida como pessoa, porque quando nós enfrentamos a exploração sexual nós estamos enfrentando a desigualdade social, porque essas meninas trocam a sua



vida por um pacote de bolacha recheada, como já está pontuado no relatório da CPI que aconteceu no Congresso, como a Deputada Liliam Sá dizia, por um pastel, por um banho quente, como está pontuado no relatório da CPMI. Portanto, a pobreza e a desigualdade social empurram essas meninas para a exploração sexual.

E mais: essas crianças e esses adolescentes que são vítimas de exploração sexual via de regra também são vítimas da desigualdade de gênero. A maioria das vítimas são mulheres, são meninas. São vítimas de desigualdade étnica, são vítimas de desigualdade etária, da lógica adultocêntrica do Brasil patrimonialista, que não fez ainda o luto da escravidão, nem da ditadura, nem do colonialismo, e precisa fazer, para que os pedaços dessas etapas traumáticas da história brasileira não invadam a nossa contemporaneidade e façam com que a nossa cidadania tropece nos elementos, nos pedaços, no restolho dos períodos em que o Brasil sofreu traumas que têm um único fio condutor, que é o fio da desumanização.

Então, nós estamos aqui para poder fazer esse diagnóstico de um ponto de vista não apenas da incidência; nós temos duas plataformas de dados que são importantes, do ponto de vista da incidência, que são o Disque 100 e o trabalho da Polícia Rodoviária Federal, que resgatou nos últimos 7 anos por volta de 3 mil meninas e meninos vítimas de exploração sexual, e que muitas vezes resgata num ano e resgata no ano seguinte, o que significa que não há uma política de atendimento a essas meninas e a esses meninos para interromper a trajetória e a situação de exploração sexual, que envolve, como eu disse, vários elementos, porque sintetiza uma série de outras discriminações. Portanto, nós teremos de trabalhar com a incidência, mas queremos trabalhar também com os equipamentos do Estado que possibilitem a responsabilização.

Nós queremos saber quantas denúncias se transformaram em inquéritos, quantos inquéritos se transformaram em denúncias do Ministério Público, quantas denúncias do Ministério Público foram transformadas em processos judiciais e em quantos processos judiciais nós obtivemos uma responsabilização, porque o dado que nós temos são de uma cumplicidade mórbida, uma cumplicidade em troca das almas das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Das 250 pessoas citadas aqui, nenhuma, penso eu — e queremos confirmar esse dado —, foi



responsabilizada, embora tenham sido citadas no relatório como supostamente envolvidas, no relatório da CPMI.

Então, nós queremos trabalhar com todos esses elementos, para que nós possamos fazer um bom diagnóstico, e possamos ter políticas públicas que sejam instrumentos que possam romper a naturalização disso. Como disse a Ministra e eu repito, nós não podemos deixar que o olho se acostume, porque isso significa tirar o direito a uma sexualidade saudável das crianças, que estão em uma etapa específica do seu desenvolvimento, específica, porque são pessoas em desenvolvimento, e nós não podemos permitir que os direitos humanos sejam desrespeitados dessa forma e que o olho se acostume, que o coração se costume, que a palavra se acostume. Nós não podemos acostumar-nos com um processo que significa a desumanização das nossas crianças e dos nossos adolescentes de forma muito dura, ou seja, retirando da criança o direito de ser criança.

Vou fechar lembrando Betinho, que disse que quando a gente não consegue ver uma criança como criança é porque ela já foi vítima de tantas violações que a gente só consegue ver o que fizeram com elas. Ela está “invisibilizada”, digo eu; está sob os escombros da desigualdade, da discriminação, do patrimonialismo, de tudo aquilo que o Brasil precisa varrer para poder dizer que é uma democracia e que merece o respeito do seu próprio povo. Por isso nós estamos aqui para elaborar esse diagnóstico.

Enfim, nós queremos chamar também, para compor a Mesa, duas pessoas que nós já anunciamos e que chegaram neste momento: o Promotor de Justiça Marinho Mendes Machado (*palmas*) e o Sr. Fabiano Moura de Moura, que é Juiz de Direito e Coordenador da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital do Tribunal de Justiça da Paraíba. (*Palmas.*)

Quero agradecer mais uma vez a presença ao nosso Vereador Durval Ferreira e dizer que nós vamos encaminhar-lhes, Vereador, todos os relatórios acerca desta estada nossa para que os senhores também possam fazer esta discussão aqui na Câmara Municipal, porque o trabalho da CPI não substitui nem tem a pretensão de substituir os trabalhos que se desenvolvem nos Legislativos municipais e nos Legislativos estaduais.



Portanto, agradecendo a presença a todas e a todos, vamos passar à oitiva das pessoas que nós convidamos e que gentilmente, generosamente estão aqui para nos ajudar a construir esse diagnóstico, esse relatório acerca da situação de exploração e turismo sexual no Estado da Paraíba.

Passo a palavra, então, para o nosso Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, 13ª Região do Ministério Público da União, Dr. Eduardo Varandas Araruna. (*Palmas.*)

Quero dizer que as pessoas podem utilizar tanto a tribuna quanto o microfone sobre a mesa.

O SR. EDUARDO VARANDAS ARARUNA - Exmo. Sr. Deputado Luiz Couto, em nome de quem cumprimento todos os integrantes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, amigos, amigas, lutadores, lutadoras, heróis e heroínas resistentes, o que eu tenho a dizer acerca do Estado da Paraíba é que a situação não é muito animadora. Na verdade, esta luta começou há uns 6 anos, com o Ministério Público do Trabalho. Nós conseguimos promover a primeira ação civil pública no Brasil que resultou numa condenação dos envolvidos na exploração sexual, em Sapé, e a partir daí deflagramos uma bandeira, que foi a da tutela da criança e do adolescente, também na Justiça do Trabalho. Além da tutela criminal, no que se refere à punição criminal dos envolvidos, nós buscamos a reparação dos lesados em uma ação civil pública.

O grande problema, quando nós ingressamos nesse contexto — até então o Ministério Público do Trabalho não tinha ingressado — foi, de imediato, a completa desconexão entre os órgãos do Poder Público: desconexão do Ministério Público do Trabalho com o Ministério Público Estadual; desconexão do Ministério Público do Trabalho com a Secretaria de Segurança Pública; desconexão do Ministério Público do Trabalho com a Polícia Federal; ou seja, nós estávamos absolutamente desarticulados para enfrentar um sistema de crime extremamente organizado. Então, o primeiro ponto de fragilidade que eu detectei no Poder Público foi a desorganização, a desconexão, o sucateamento, o não aparelhamento e a não priorização da tutela da criança e do adolescente.

Nós procuramos, num primeiro momento, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público do Estado da Paraíba, procuramos a



Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, procuramos a ABIN, procuramos inúmeros outros órgãos, e a resposta de quase todos esses órgãos ou foi um “não” ou foi um “sim” morno.

Duas exceções precisam ser feitas, com justiça, em relação a esses órgãos. O primeiro é a Polícia Rodoviária Federal. Na verdade, se nós tivéssemos que eleger o grande protagonista na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, é sem dúvida a PRF. (*Palmas.*) A PRF aqui da Paraíba desde o primeiro momento estendeu-nos a mão; ainda que correndo o risco de desviar-se da sua finalidade principal, porque nós não tínhamos polícia para atender às nossas requisições, a PRF ia lá e cumpria essa tarefa.

Ressalto que eu me reuni inúmeras vezes, desde o início, com todos, absolutamente todos — e desafio qualquer Secretário de Segurança Pública a vir aqui para me desmentir —, reuni-me com todos os Secretários de Segurança Pública que se sucederam, de todos os Governos, de todos os partidos, procurando criar um grupo especial de inteligência para investigar a exploração sexual de crianças e adolescentes, e esse grupo nunca foi criado; ou diziam um “sim” morno, ou um “não” silencioso, mas esse grupo de inteligência nunca foi criado.

A Polícia do Estado da Paraíba, como, de resto, a de todo o Brasil, à exceção da Polícia Rodoviária Federal, não tem sensibilidade, não tem preparo para lidar com a criança e o adolescente. Não é prioridade na pauta das Secretarias de Segurança Pública de todos os Estados federados — e os senhores podem ir lá verificar — a questão da tutela da criança e do adolescente.

É verdade — e aqui eu concordo com a Deputada quando ela diz que existe um problema cultural —, nós somos um país adultocêntrico, machista, um país que vive de alegoria, em que se fala muito e faz-se muito pouco, em que se vive daquelas promessas que ficam na mídia mas se esvaem no ralo da ineficácia. Concordo, mas isso tudo respinga no Poder Público, que também é produto dessa sociedade.

Então, a Paraíba está na mesma situação que os demais Estados Federados. Nós temos uma Polícia sucateada, a Polícia estadual, que é, em tese, quem apurará, desorganizada e não priorizada pelo Poder Executivo estadual, no que se refere aos seus planos de cargos e salários. Na verdade, como é que nós vamos



poder trabalhar se a base da segurança pública está na investigação policial e essa já começa de forma precária?

Bom, o Ministério Público como um todo é a segunda exceção; aliás, para eu também não cometer injustiça, o Ministério Público Estadual. Nós de fato fizemos parcerias com o Ministério Público Estadual, fizemos um termo de ajuste de conduta com os motéis e hotéis, cercamos toda a rede que poderia alimentar a questão da exploração sexual, muitas vezes transformando promotores e procuradores em policiais, e tentamos e conseguimos, de certa forma, melhorar a situação.

Nós quadruplicamos a quantidade de denúncias no Disque 100. A Paraíba é o único Estado onde a Procuradoria Regional do Trabalho faz campanha de mídia para denunciar ao Disque 100 no verão e no maior São João do mundo, exatamente para formar um movimento de contracultura, contra a exploração sexual. Nós temos um código ético contra o turismo sexual que vai estar em todos os hotéis, nós temos termos de ajuste de condutas com hotéis, motéis e pousadas, e nós temos as ações públicas inéditas que culminaram com a condenação de alguns dos envolvidos.

A pergunta é: isso resolve? Não! Isso adiantou muito? Não! Adiantou medianamente. Por quê? Porque a resolução desse problema, como também bem disse a Deputada, não está na lei, porque a lei, na verdade, já é de muito boa qualidade técnica. Nós temos a doutrina da proteção integral, albergada na Constituição da República; nós temos um texto de bastante qualidade, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente; e, a par disso, inúmeras leis esparsas que, de uma forma, direta ou indireta tutelam a criança ou o adolescente. O problema está em fazer cumprirem-se essas leis.

Ora, o pai da exploração sexual é o fator econômico social, é a miséria. Se nós formos perscrutar e verificar as hipóteses concretas, essas meninas são exploradas sexualmente exatamente pelo fato de que não estão inseridas num programa de cidadania digno, com geração de emprego e renda para a família, assistência social, escola pública efetiva, o que não há. Então, é um problema não apenas jurídico; aliás, ele é menos jurídico; é um problema econômico, social e moral de um País absolutamente omissos no que se refere a isso.

Então, eu queria chamar a atenção dos senhores para o seguinte: por que é que se deve começar mesmo a cobrar do Poder Executivo, que é quem administra



as políticas públicas? Por que é que nós temos, na verdade, delegacias que lidam com a proteção da criança e do adolescente sucateadas? Porque não há na agenda do Governo do Estado, seja o do Estado da Paraíba, sejam os outros, como pauta prioritária a proteção da criança e do adolescente.

Não vai ser suficiente a ação do Ministério Público, não vai ser. Por que é que se reclama da impunidade? Porque o sistema é podre. Ele não funciona. E aí é muito fácil chegar a uma mesa, diante do microfone, e expor uma verborragia incompatível com a realidade dos casos, quando simplesmente o que nós vemos é que temos um País infanticida, porque mata a infância. É o que eu costumo chamar de açougue de carne de criança.

A situação, Deputados, Parlamentares, Inspetora, Juiz, vai tornar-se ainda mais grave, porque o Brasil ousadamente se propôs a fazer a Copa do Mundo e as Olimpíadas, eventos de dimensões internacionais, e nós não temos um sistema de prevenção da exploração sexual no turismo. Nós não temos um grupo articulado de planejamento efetivo para que haja uma resposta do Poder Público à demanda que poderá haver em razão do ingresso no País de milhares de turistas, alguns deles nem sempre bem intencionados. Então, é um ato de extrema irresponsabilidade pública, venha de quem vier. Não estão preocupando-se com a questão da exploração sexual diante do incremento turístico que vai vir adiante.

Daí o pedido do Ministério Público, na verdade, quando nós falamos de todas essas coisas, de desconexão, de desarticulação. E eu vou dizer uma coisa, Deputado Luiz Couto: a Paraíba ainda é, no Nordeste, um dos Estados em situação menos grave. As coisas aqui na Paraíba aparecem porque nós denunciemos e mostramos na TV, mas, se nós nos deslocarmos para o Rio Grande do Norte e para o Ceará, vamos ver crianças de 12, 13 anos nas praias, oferecendo-se inclusive a policiais. Aliás, por falar em policiais, nós fizemos uma reunião com as pousadas, que são na verdade motéis oficiosos, e a grande queixa dos donos das pousadas era a de que policiais estariam tentando ingressar naqueles ambientes com adolescentes e dando “carteirada” para que elas não fossem identificadas. Então, este é o Estado da Paraíba, que não é diferente de Recife, em Pernambuco, que não é diferente do Ceará, que não é diferente do resto do Brasil.



E eu espero que esta CPI efetivamente cobre. Nós temos aqui representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, da Câmara de Vereadores, grandes integrantes do Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil, das pastorais, e eu acho que os senhores precisam cobrar mais. As coisas não são apuradas porque na verdade também não são cobradas. Toda sociedade tem o poder público que merece. E eu só tenho a lamentar, diante desse panorama trágico, dessa estrutura inadequada, desse descompromisso do Poder Público, incluindo — aí eu corto a minha própria carne — o próprio Ministério Público, a Polícia absolutamente desamparada, em termos de aparelhamento, e uma série de verbas do Poder Público, em todas as esferas, mal empregadas, porque não se justifica o País crescer tanto economicamente, a ponto de superar o Reino Unido nos índices internacionais de desenvolvimento econômico, e haver carne de criança sendo vendida por um pastel, por um celular, e na frente de todos nós, cegos, parados, mórbidos!

Então, eu quero encerrar a minha fala fazendo só um pedido: se no Hino Nacional está dito que o País dorme em berço esplêndido — primeiro, eu não entendo que haja nada de esplêndido; esse berço mais parece um túmulo —, vamos pelo menos fazer valer a outra parte do hino: *“Verás que o filho teu não foge à luta”*. Eu espero que haja uma cobrança efetiva.

E o Ministério Público do Trabalho na Paraíba, por intermédio do seu Procurador-Chefe, está à inteira disposição para prestar os esclarecimentos do processo dos motéis. Por que foi concedida a liminar? Na verdade, houve um pequeno equívoco material. Os motéis conseguiram que os passageiros dos veículos que adentram não se identifiquem. O condutor continua sendo identificado, o que para nós não resolve. Então, estamos recorrendo, estamos tomando as providências, estamos pressionando. Temos a amiga e parceira PRF do nosso lado, já que os motéis, na maioria das vezes, localizam-se na BR, mas nós precisamos de mais atividade, mais presença, porque aquele que admira de longe na verdade é aquele que também está participando de forma indireta. Nós não queremos admiradores, nós queremos ativistas. *(Palmas.)* Por isso eu invoquei o Hino Nacional.



Muito obrigado, e estou aberto a esclarecer todos os pontos da nossa atuação em relação a esse segmento. Nós temos diversas linhas traçadas, e acho que nós vamos fazer um ótimo debate. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Eduardo Varandas.

Eu quero registrar a presença da Vereadora Eliza Virgínia, do PSDB, a quem agradeço. É um prazer tê-la aqui. Nós sentimo-nos muito honrados.

Quero dizer que nós vamos estabelecer o seguinte prosseguimento: nós vamos escutar a fala de três pessoas da Mesa e vamos passar para as perguntas da Relatora e dos Deputados da CPI, as perguntas que se fizerem necessárias para os esclarecimentos.

E de pronto nós queremos, Dr. Varandas, que os senhores nos ajudem. Nós já remetemos para todas as Unidades da Federação uma correspondência, para o Poder Judiciário, para o Ministério Público — não para o Ministério Público do Trabalho, mas para o Ministério Público Federal — e também para o Poder Executivo, para saber se há planos, se não há planos, quais são as ações que foram feitas, do ponto de vista do Executivo; na questão do Judiciário, quais foram as responsabilizações que se efetivaram no Poder Judiciário; mas nós gostaríamos de saber se há a possibilidade de os senhores nos remeterem isso, se o senhor poderia remeter-nos as ações, os termos de ajustamento de conduta, de uma forma muito sintética, para que nós possamos, sem prejuízo dos anexos que se fizerem necessários, mas numa resposta muito sintética, ver o nível de responsabilização, a função do Ministério Público, porque aqui nós estamos enfrentando uma das formas mais degradantes de trabalho infantil, e é uma atribuição do Ministério Público do Trabalho o enfrentamento da exploração do trabalho infantil degradante, onde se enquadra a exploração sexual, dentre outras formas; são 89 formas de trabalho degradante. E a exploração sexual é desestruturante, do ponto de vista da Constituição Cidadã.

Portanto, eu gostaria de saber se é possível que as pessoas que aqui estão, os representantes do Ministério Público, do Ministério Público do Trabalho, da Polícia Rodoviária, também possam remeter por escrito as ações que foram feitas, o nível de responsabilização. Enfim, nós já solicitamos isso ao Poder Judiciário, ao



Ministério Público e ao Poder Executivo, não ao Ministério Público do Trabalho, mas nós gostaríamos de saber; nós vamos acolher isso para depois irmos compondo os relatórios.

Quero apenas anunciar que nós não vamos ter a oportunidade de conversar com o Vice-Governador hoje porque ele foi chamado para uma reunião com a Presidenta da República. Nós estamos vendo se há possibilidade de conversar com ele amanhã; senão, nós vamos chamá-lo, chamá-lo para ir a Brasília, para responder aos questionamentos da CPI. Nós não podemos deixar de ouvir o Governador, como nós temos feito, em todas as diligências que nós temos feito — o Governador, porque é o representante maior do Poder Executivo, porque não adianta tratar setorialmente; nós não queremos respostas pontuais, respostas da educação, da política de mulher, da política de criança; enfim, nós queremos uma resposta que envolva o conjunto das políticas públicas. Então, nós vamos ainda ver se há possibilidade de falar com ele no dia de amanhã; se não for possível nós vamos chamá-lo, para que ele vá a Brasília e possa ali prestar os esclarecimentos necessários, porque não podemos ficar sem a fala do representante do Poder Executivo. Temos um problema, porque o Governador está na Espanha e o Vice-Governador foi chamado pela Presidenta, mas vamos fazer isso.

Nós vamos, então, dar prosseguimento, e eu gostaria de chamar, para fazer uso da palavra, o Promotor Alley Escorel, que representa o Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente — CAOP do Ministério Público da Paraíba.

O SR. ALLEY BORGES ESCOREL - Saúdo inicialmente a Mesa. Nas pessoas do Deputado Luiz Couto, aqui presente, e da Vereadora Sandra Marrocos, saúdo todos os que compõem a Mesa, as demais pessoas presentes no auditório, no plenário, e todos aqueles que lutam, no dia a dia, na defesa de crianças e adolescentes.

Não vou tomar muito tempo, para não ser cansativo e para a gente partir para a parte aqui das perguntas, dos questionamentos, da interação. Quero apenas reforçar uma observação que já foi feita, inclusive pela Deputada, que mencionou as raízes, infelizmente históricas, da questão da exploração, e a ideia que as pessoas ainda hoje têm relativamente à exploração de crianças e adolescentes. Infelizmente,



grande parte da sociedade ainda tem a ideia de que aquela pessoa que sofreu e sofre a vulnerabilidade social, a negação de direitos humanos basilares durante tanto tempo, é ela a responsável; na verdade, desculpem-me a palavra, é ela quem não presta, nesse processo da exploração.

E essa ideia que a sociedade tem, digo a sociedade como um todo, e que vai refletir-se em outros órgãos de atuação eu pude constatar um dia, quando fiz, Deputada, um questionamento a algumas pessoas e depois, em seguida, em outro ambiente, a alguns policiais. Se houver um grupo de meninos brincando na rua, jogando futebol, jogando pedra, incomodando, e do outro lado da esquina algumas meninas sendo exploradas sexualmente, vai-se denunciar quem? Vai-se pedir a ajuda da Polícia para atuar em favor de quem? Da parte tanto da sociedade, das pessoas, como dos policiais, com esse reflexo de visão, o que eu ouvi dizerem foi que vão ser abordados e chamados para atuar em relação aos meninos que estão causando baderna, jogando futebol, colocando em risco o patrimônio econômico das pessoas que ali passam, e quanto às meninas, ou aos meninos, que do outro lado estiverem sendo explorados sexualmente, não. Se assim fazem é porque é uma opção deles, ou — por que não dizer? — porque eles não prestam. Se eles estão vendendo o corpo, é por opção deles.

Então, infelizmente, temos ainda muito arraigada na concepção da sociedade essa ideia de que quem não presta é a criança ou o adolescente que está sendo vítima de exploração. Nesse contexto, essa visão distorcida gera, infelizmente, a impunidade que nós temos hoje. Quantos casos de exploração, de abuso, são denunciados e não chegamos, no final, a uma condenação, a uma responsabilização? E a impunidade é o maior estímulo, a meu ver, para o aumento da criminalidade também nessa área, se com quem faz alguma coisa não acontece nada.

E dentro dessa própria concepção — e aí não é de exploração —, cito e aproveito o testemunho de um colega, de um amigo, admirador que sou do seu trabalho, o Dr. Fabiano Moura de Moura; numa situação em que uma menina foi abusada sexualmente dentro de casa, quando chegamos e fomos intervir, para proteger essa menina, até a mãe a primeira coisa que disse foi: “Minha filha, por que



você fez isso comigo?” E indagamos a ela: “Por que a senhora não pergunta por que o seu companheiro fez isso com ela?”

Então, essa ideia equivocada de que a vítima é responsável por aquilo e merece aquela situação infelizmente hoje perdura, e é preciso que nós comecemos também a não digo nem conscientizar, mas mudar, sensibilizar, transformar a ideia que toda a sociedade tem a respeito dessa situação, e infelizmente colocando a carapuça sobre todos nós, porque integramos o sistema de justiça, e pouquíssimos casos chegam a condenações, e às vezes as desculpas são as mais esfarrapadas possíveis: “Ah, eu não sabia que era uma menor. Ela tinha a aparência de uma pessoa adulta.” E assim, alguns casos de absolvições têm acontecido. Ou então, quando se mantém relação sexual, quando se explora uma menina de 13 anos, 12 anos de idade, diz-se: “Ah, esse Código Penal é muito obsoleto. Isso é de 1940. Não podemos mais hoje, as meninas de hoje são experientes, não podemos condenar alguém por ter mantido relação sexual com uma menina de 12 ou 13 anos de idade, porque ela sabe o que quer.”

Ora, nem essa justificativa nós podemos hoje aceitar, Deputado Luiz Couto, porque em 2009 houve uma modificação da lei, e é estupro, sim, de vulnerável manter relações com menor de 14 anos. Então, não se pode dizer que nós estamos ainda sob a égide de um Código de 1940. O Poder Legislativo reafirmou de forma categórica que menor de 14 anos é vulnerável, nos termos da lei. Não há mais como relativizar isso, da mesma forma como isso é um critério biológico, e não psicossocial, da mesma forma como se estabeleceu que aos 18 anos, a partir daí há a imputabilidade penal.

Então, infelizmente, há situações como as que aconteceram no julgamento do STJ, que veio a absolver algumas pessoas que abusaram de crianças e adolescentes sob o pálio, sob a justificativa de que elas já eram experientes e viciadas no sexo. Meu colega de quem tenho muito orgulho, o Dr. Marinho Mendes Machado, fez uma matéria extremamente violenta, forte — violenta, não; forte, emocional —, contra aquela decisão, e merece ser divulgada por todo o País a matéria escrita pelo Dr. Marinho Mendes Machado.

Então, infelizmente essa visão, que vem da sociedade, que está impregnada dentro da própria Polícia e que, infelizmente, também está impregnada no próprio



Poder Judiciário e nos órgãos que deveriam punir e ter uma postura muito mais forte, faz com que tenhamos essa impunidade, e daí o aumento da criminalidade, e o aumento da exploração. É verdade, e isso é triste, e sabemos que fazemos parte desse processo.

Relativamente a isso, e eu anotei até, há um tópico que eu queria também levantar, que foi comentado por Eduardo, incansável na luta aqui contra a exploração sexual, que trabalhou e buscou esta parceria que mantemos até hoje, tão criticado, porque começaram a questionar o que é que ele tinha a ver com isso, o que o Ministério tinha a ver com isso: “Você quer dizer que isso é trabalho?” E isso quando a OIT há muito, muito tempo, já definiu essa como a pior forma de exploração de trabalho infantil. Então, dentro dessa dinâmica, concordo com Eduardo quando ele diz que há uma total desarticulação. Ninguém conversa. Eu até costume, ironizando, dizer, Eduardo, que é como aquela música: *“Ado, ado, ado, cada um no seu quadrado”*, e não há uma interação. E aí, eu digo, não há uma interação do setor de proteção com o setor punitivo, com o setor de investigação. Essa desarticulação é mais um fator para o aumento da impunidade. Então, isso faz com que inúmeros e inúmeros casos de violência não sejam sequer apurados. Esses dados que nós temos e que já nos assustam com certeza são uma subnotificação disso; não são dados reais, porque não representam na realidade a quantidade de vítimas de exploração e de abuso sexual.

E tenho uma preocupação, Deputado Luiz Couto. É que para a semana, inclusive, a Secretaria de Direitos Humanos está repactuando e redimensionando esse fluxo do Disque 100, mas isso tem de ter reflexo no nosso Estado, sim, talvez porque não se investigue direito, que é o que eu acho que está acontecendo, e 90% dos casos — estou chutando; não tenho esse dado preciso, mas talvez beirem isso os números dos casos do Disque 100 que chegam aqui — não são comprovados, chega a informação de que foi trote, de que aquilo não bate, que foi intriga do vizinho, que tem raiva e denunciou. Pasmem! O número é alarmante, de casos de denúncia do Disque 100 que não são comprovados, não sei se por falta de um melhor trabalho investigativo por parte da Polícia. E há alguns casos que são encaminhados diretamente ao Conselho Tutelar, mas esse dado também é alarmante. Preocupa-me não só a quantidade de denúncias do Disque 100, mas me



preocupa mais ainda que esse grande número não está caracterizado, para os órgãos, como de violência.

Eu peço até que nós repensemos e nos reestruturemos. Lembro que participei de reuniões com Eduardo Varandas e com outros da Infância, quando pedimos uma articulação com a Secretaria de Segurança Pública para agilizar esse trabalho, para montar uma equipe própria para isso e estruturar-nos. Gosto muito de uma frase de um amigo, o Dr. Murillo Digiacomo, do Paraná, que diz que prioridade é quando se tem recurso para aquilo. Nós sabemos que algo é prioritário numa política pública se se destinam recursos para aquele segmento. Então, a criança e o adolescente foram erigidos à condição de sujeitos de direitos na Constituição como prioridade, Deputado Luiz Couto, e ainda o legislador não quis deixar dúvida: prioridade absoluta, não é relativa.

E há até uma iniciativa, Deputada, algo tentamos aqui e vamos tentar novamente com o Tribunal de Contas, já foi encaminhado, mas vamos fazer gestões novamente, e a título de exemplificação quero citar a experiência exitosa do Paraná, porque isto foi feito pelo nosso amigo no Paraná: foi feito um TAC com o Ministério Público, e o Tribunal de Contas, na análise das contas dos Municípios, verifica a quantidade de recursos que foi destinada para a área da criança e do adolescente, e aí nós vamos verificar se dentro daquele Município se trata essa área como prioritária, a depender dos recursos da estruturação. Isso foi feito no Paraná, com o Tribunal de Contas.

Então, só para encerrar, quero dizer para os senhores como é que nós, como é que alguns colegas que atuam no sistema de garantias se sentem às vezes, também extremamente cansados, diante da dificuldade, dessa desarticulação. Alguém, agora há pouco, disse-me: "Puxa, a gente conversa, conversa, a gente discute, e a gente não consegue avançar. Não consegue avançar." Continua existindo, Eduardo, uma desarticulação, é verdade. O crime, a exploração é extremamente organizada, mas o combate a ela é extremamente desorganizado, e na proteção às vítimas é fragilizada, é desfragmentada a atuação de todos os órgãos, infelizmente. Então, esse é um quadro específico de João Pessoa, ou da Paraíba? Não, infelizmente. Acredito que temos isso em vários e vários Estados.



Não que isso sirva de alento para cruzarmos os braços e dizermos: não é possível fazer nada, até porque temos um exemplo muito interessante, que foi colocado aqui por Eduardo Varandas. E eu também quero registrar o trabalho da Polícia Rodoviária Federal, que poderia até dizer “*isto não é comigo, isto não é função minha, eu tenho outras prioridades*”, mas não. Sempre tivemos também da Polícia Rodoviária Federal total apoio para o trabalho voltado à defesa de crianças e adolescentes.

Então eu queria dizer isto. É preciso que a gente se articule. É preciso que haja em todos os setores uma busca da responsabilização daqueles que praticaram os fatos, como também um trabalho de proteção para todas as vítimas de abuso e de exploração sexual.

O Ministério Público, a partir da criação da Coordenação Estadual, que representa a Dra. Soraya neste momento, tem uma preocupação não só com João Pessoa, como estadual, Padre Luiz Couto, para que, a partir de um diagnóstico também estadual, e de uma articulação, de um trabalho em conjunto com todos os órgãos, a gente possa se estruturar.

E acredito que este é o primeiro passo. Sabemos que precisamos fazer muito, mas o primeiro passo visa a essa articulação e à responsabilização. Não é possível que as pessoas continuem cometendo crimes — porque é crime, sim, a exploração —, e aqueles que tentam combatê-los sejam ainda responsabilizados e penalizados. Porque foi isso o que aconteceu em algumas Comarcas aqui, como Sapé, quando tentaram ainda criar uma situação contra o delegado de polícia, quando tentaram criar situações de mentira contra a Promotora de Justiça Fabiana Lobo, que lá trabalhava. Então é muito interessante. Aquelas pessoas que cometem a exploração são tão articuladas, que ainda, no final, além da impunidade, tentam se passar como vítimas e imputar responsabilidade por uma ação de fiscalização àqueles que, na verdade, combatiam a exploração.

Então eu queria agradecer o espaço. O Ministério Público está aqui de portas abertas, para que a gente possa prestar os esclarecimentos que sejam necessários e continuar um trabalho de forma articulada.

Obrigado. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria de agradecer e registrar a presença do Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, o Sr. Antônio Jácome. É um prazer tê-lo aqui e contar com o senhor nesta discussão.

Nós vamos nos organizar da seguinte forma. Eu vou passar a palavra para o Sr. Marinho Mendes Machado, que é Promotor de Justiça, e depois nós vamos abrir para os Parlamentares, para que possam fazer as suas perguntas. E vamos passar para duas pessoas que estão inscritas: uma Parlamentar, a Vereadora Eliza Virgínia, e o Sr. Alexandre Soares de Melo, que é da UFPB.

Portanto vou passar a palavra agora para o Marinho Mendes Machado, depois passo para os Parlamentares, por um período de 5 minutos para cada Parlamentar fazer as suas perguntas.

Com a palavra, então, o nosso Promotor de Justiça Marinho Mendes Machado.

O SR. MARINHO MENDES MACHADO - Primeiramente, eu gostaria de agradecer, de forma sentida, o convite a este humilde promotor de Justiça, inclusive interiorano. Quero cumprimentar aqui o Deputado Luiz Couto, de quem eu sou fã assumido e sem medo de dizer em qualquer local. Inclusive Balbino está de prova — é assim que o povo diz, e eu gosto de trabalhar com o povo. De que quase 200 policiais — nós trouxemos lá o nome do Deputado Luiz Couto —, eu senti uma aprovação da maioria quando a gente falava no caso de Márcia Barbosa, que gerou a quebra da imunidade material por recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Quero cumprimentar nossa querida Deputada do Rio Grande do Norte... Do Rio Grande do Norte?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De Brasília.

O SR. MARINHO MENDES MACHADO - De Brasília. Mas é a mesma coisa de ser, porque o Brasil é todo bom. (*Risos.*) E Brasília foi a gente que construiu. Vai ver que tem um sanguezinho nordestino. Como é o nome da senhora?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Erika Kokay.

O SR. MARINHO MENDES MACHADO - Dra. Erika Kokay, a Vereadora Sandra Marrocos, nosso Dr. Juiz da Infância e da Juventude, a nossa... Eu não entendo dessas divisas, mas deve ser inspetora. É inspetora? Como é o nome?



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Luciana.

O SR. MARINHO MENDES MACHADO - Luciana — prazer imenso. Dr. Alexandre Varandas Araruna, guerreiro, destemido, compromissado e outras coisas mais, meu colega Alley Borges Escorel...

Como é o nome dessa moça que está do seu lado?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Liliam Sá. É Relatora da CPI. Liliam Sá.

O SR. MARINHO MENDES MACHADO - Relatora da CPI é coisa demais, viu, doutora? Muito bem. Lá do Rio de Janeiro? Eu estive lá no Rio de Janeiro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Gostou?

O SR. MARINHO MENDES MACHADO - Demais. Entrei numa favela lá. Favela não, comunidade. Parque União. Mas eu entrei escondido, aí um cara gritou lá de cima do prédio: "*Dr. Marinho, como é que vai a cidade de Araçagi?*" Em cima dos traficantes. Aí eu gelei, pensei que ia morrer. Mas foi muito bom. Eu gostei lá do Rio de Janeiro. Eu não quero voltar mais não porque eu gosto mais daqui.

Mas é uma satisfação. Quero cumprimentar as pessoas aqui da plateia, Deputado, porque são pessoas que na maioria das vezes são mais importantes que a gente. Eu tenho aprendido muito com eles. Sem eles nós não somos praticamente nada.

Pessoal, então, como eu já disse, eu estou promotor numa cidade do interior, e eu sei trabalhar com a história da criança e do adolescente, Deputada, porque eu sou órfão de pai e mãe e nasci na favela, numa casa de chão batido, e passando fome. Já trabalhei de ajudante de caminhão, de servente de pedreiro, de tudo, e sei o que acontece dentro de um lar miserável. Agora, não é só na pobreza, não, que nos apartamentos da beira-mar também tem isso.

E já queria parabenizar, porque os Deputados já vêm lutando... E o art. 217-A é fruto do trabalho já da Comissão de Exploração, daquela CPI Mista da Exploração. O art. 217-A diz que, independentemente da vontade de um adolescente menor de 13 anos, há estupro. Chama-se de estupro de vulnerável, não é? Ou senão daquela pessoa portadora de um atraso, de um retardo mental, que não possa exprimir a sua vontade.



Mas uma mulher, Dra. Sandra Marrocos, uma Ministra de Tribunal Superior, cuja aprovação é dada no Congresso Nacional, disse que se a menina já tiver uma experiência sexual, uma iniciação sexual, não é mais crime. O cara pode parar a Pajero dele, o carro dele, encher de menina e levar para o motel, Dr. Eduardo Varandas? A Relatora desse processo foi uma Ministra. E aí eu escrevi perguntando a ela: “*E se fosse a sobrinha da Ministra?*” Porque essa exploração sexual está da classe A à E. E se fosse a sobrinha queridinha da Ministra, não é? E se fosse uma filha de um Ministro daqueles? Essa fala me diz que esse pessoal não está sendo bem avaliado lá no Congresso, que esse pessoal não passa lá em Brasília e não olha para as ruas, para as esquinas.

Eu perguntava a ela: “*Se uma criança que não sabe nem ler, que não teve a oportunidade de formação religiosa, social, cultural, uma menina que more na rua, tendo 200 mil experiências sexuais, ela é capaz de avaliar as consequências, e pode a sua vontade estar legitimada em vender o seu corpo?*” Se uma Ministra que responde que tem experiência, para mim o Congresso também se equivocou em aprovar o nome dessa pessoa para ser Ministra.

O Dr. Alexandre Varandas, muito otimista, viu no Ministério Público e na Polícia Rodoviária Federal do nosso País duas salvaçãoes. Mas eu coloco aqui em observação o Poder Judiciário e o Ministério Público. Contam-se nos dedos, meus amigos, no Estado da Paraíba, no Brasil, os promotores compromissados com essa causa. (*Palmas.*) E não adianta mandar memorandos, recomendações, não. Tem três ou quatro na Paraíba. E olhem que a missão é espinhosa. Você é malvisto pela Polícia Militar, pela Polícia... Não é pela polícia toda, não, porque tem as exceções, tem as pessoas que também são sonhadoras, mas eu vejo dentro do Ministério Público, dentro do Ministério Público.

Porque está acontecendo um fenômeno interessante dentro do Ministério Público da magistratura. Os juízes e os promotores, até o meu tempo, no tempo de Alley e tal, eram pessoas sonhadoras, sofridas, etc. Hoje as juízas, os promotores são pessoas que já vão de carro para a faculdade, podem comprar cursinho e morar na beira-mar. Então qual é o olhar que esse povo tem para esses problemas tão caros da sociedade?



Então concordo que o problema realmente é do Ministério Público, é da Justiça, mas é principalmente de outros poderes: do poder econômico, do poder político, do poder social. E esse poder econômico e esse poder político às vezes é despreparado. Tem Prefeito que nem sabe o que é um conselho tutelar, que não sabe o que é um abrigo institucional, que não sabe nada. E os Secretários deles, pior ainda. Então a gente tem que abrir essa interlocução e servir até como assessor, mas até para conversar tem que ter também um pouco de habilidade. Tem Prefeito que não vai porque o Promotor, durante a reunião, de forma pouco habilidosa, acaba ferindo a susceptibilidade. A gente precisa trabalhar e acaba fechando a interlocução.

Então, lá no meu interior brabo, nós não temos... Onde juiz coloca, aplica uma medida de proteção, vai colocar a criança ou adolescente onde? Tem um conselho lá em Brasília, Deputado, chamado Conselho Nacional de Justiça. Esse Conselho Nacional de Justiça mandou... Ele manda, sim; pede formalmente, Deputado Luiz Couto, mas é como se fosse uma ordem, e muita gente não sabe. *“Atenção, juízes do Brasil, vamos desabrigar todas as crianças e adolescentes.”* E aí os juízes pegam as crianças que estavam estudando, que estavam bem encaminhadas, e devolvem a lares sem necessidades.

Nós temos exemplo lá do Mário Andreazza, em Barretos, de crianças que estavam muito bem encaminhadas, e, com essa desinstitucionalização do Conselho Nacional de Justiça, voltaram às ruas, voltaram às cracolândias da vida.

Então o cara que está lá naquele gabinete de ar-refrigerado em Brasília precisa saber que a realidade aqui também é diferente. Desinstitucionalizar, desabrigar a criança e botar onde? Entregar na mão da boca do tráfico de novo?

Uma sugestão minha: esses dados, Deputada, de quantas ações penais, civis, etc., de quantos inquéritos, etc., devem ser pedidos diretamente ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, porque, se pedir para os Ministérios Públicos por aí, corre-se o risco de não chegar nada lá. E se os Conselhos determinarem às Procuradorias Gerais e aos Tribunais de Justiça, aí se corre o risco de ir assim mesmo um pouco atrasado, demorado. Mas se for pedir diretamente, a coisa não vai. Então já fica isso.



Ora, não temos carros nos Conselhos Tutelares. Fizemos uma reunião, e o advogado das quatro Prefeituras lá da nossa realidade disse: *“Prefeito, o senhor não vai botar. Não vai botar porque é problema, é geração de problema”*. Estão lá discutindo a criação de uma instituição, de um abrigo institucional, mas para fazer o sujeito entender, se conscientizar dessa prioridade absoluta é complicado.

Eu tenho já passa das duas dezenas de processo de exploração sexual, e a nossa Ministra deu pólvora para os advogados dizerem *“essa menina não é mais vulnerável”*. Então essa Ministra precisa de uma censura. Ninguém disse nada a essa Ministra?

Não é hora também de se rediscutir que decisões que ferem, que chocam a consciência social devem ser rediscutidas? Não está na hora de se dizer que decisão judicial aberrante, imoral e descarada não se cumpre? Eu acho que está na hora de dizer isso, que essa decisão — estou dizendo nos programas de rádio de qualquer lugar —, que essa decisão policial nenhum deve cumprir. *(Palmas.)* Pegou o tarado, o velho, puna! Prenda! E deixe a ministrone lá soltar. Está na hora disso, minha gente, senão a gente vai ficar com discursinho bonito para lá e para cá e vai ficar a mesma coisa.

E eu gosto de ser assim mesmo correndo o risco de serem ditas umas coisas comigo. Eles só entendem a coisa dita com força, com palavras que firam realmente, porque elas aí vão ter força. Nada de estuprador, de explorador. É tarado velho, sem-vergonha! É assim que eu trato, sem nenhuma consideração.

Alley, uma mulher que diz assim: *“Mas, minha filha, é outro crime. Ele deveria ter sido autuado por outro crime”*, porque essa mulher está sendo vítima de uma violência classificada como violência psicológica, verbal, física, moral, etc... *(Palmas.)* E ela, envergonhada, humilhada, coitada, como uma forma de defesa ela diz isso, porque até aquele momento ela ainda não teve coragem, alguém não a encorajou a procurar um espaço público, uma instituição, e se queixar da violência.

Eu sou estudioso desse assunto e sei que a mulher só procura uma delegacia quando ela tomou a decisão última de se separar do monstro. Antes ela vai ter isso até como defesa, porque ela está humilhada, ela está... Então ele deve ser autuado na hora também pela Maria da Penha, pela Maria da Penha, Maria Fernandes. Tem



que ser na hora, porque essa mulher, na análise do discurso, analisando-se o discurso dela, ela está sendo vítima.

Eu estou terminando.

Temos que incentivar a criação de redes. O nosso Davi, Presidente do CMDCA de Barretos... Nós já temos uma rede com 70 instituições, e inclusive a nossa PRF participa dessa rede. Não tem comparecido nas últimas duas reuniões, mas espero que na próxima a PRF esteja lá somando com a gente. Mas já temos quase 70 instituições. É rede, minha gente! Ninguém sozinho, ou em bloco... Sozinho vai patinar a criação das redes. *(Palmas.)*

Tem uma história, Deputado Luiz Couto, eu já identifiquei o fenômeno. Outro espaço, Dr. Alexandre Varandas, que gera exploração sexual, prostituição infantil... Eu não gosto de falar nos nomes, não. Eu não gosto de falar nos nomes, não. É um negócio de banda, aviões não sei o quê, forró de não sei o quê, que os Prefeitos contratam por 150 mil, aí há exposição, consumo exagerado de álcool, e as meninas vêm de todas as cidades. Este ano eu fiquei fazendo uma *blitz* na entrada da cidade. *"Tu vem de onde?" "Eu venho do Recife."* Eu digo: *"E tu sabe que tem festa?" "A gente sabe das festas do Brasil inteiro."* *"Tu vem de onde?" "Eu venho de Nova Cruz, no Rio Grande do Norte."* *"Tu vem de onde?" "Eu venho de Guarabira."* *"Tu vem de onde?" "Eu venho de Passa e Fica."*

Então um dos grandes espaços públicos, com dinheiro público financiada a prostituição, está aí campeando, e o prefeitão lá dizendo: *"Tomem aí, pobres homenzinhos miseráveis, a latinha!"* *(Palmas.)*

Tem que conscientizar isso.

Então eu conclamo o Ministério Público a entrar com ações civis públicas para despertar esse debate em todo o Estado. É moral o prefeitão, e às vezes a igreja também...? Eu vou entrar na igreja agora. Tem padre que quer: *"É da Padroeira, o senhor tem que botar uma banda"*. Vamos puxar esse debate.

Pessoal, tem juiz que é soltador! Desculpem, nada contra os juízes, porque a maioria... Mas tem juiz que o cara tem 200 fundamentos, argumentos para prender o tarado, mas ele encontra um e solta. Não dá! E juiz não solta mais no Brasil, Dr. Alexandre Varandas, quem solta é advogado. *"Nós vamos contratar Fulano de Tal,*



que Fulano de Tal solta.” Eu acho isso até um ataque ao Judiciário. Aqui na Capital nós já temos os nomes no Estado: quem solta é Fulano de Tal.

Então, para toda decisão soltando um explorador sexual seja criada uma lei para que automaticamente essa decisão seja submetida ao duplo grau de jurisdição. O tribunal tem que avaliar por que ele soltou o taradão, empresário. Por que soltou? Por quê? Tem 200 fundamentos para prender, e os caras bonzinhos. Eu digo: “*Não é a mãe dele que foi estuprada. Não foi a filha dele*”. Eu estou sendo intolerante dizendo isso. Eu não quero nem saber se o cara vai achar isso legal. Mas eu digo.

Estou terminando já. Esse assunto anda paralelo com a violência doméstica e familiar. Se você não tiver capacidade para entender a violência escondida, invisível, que eu chamo de violência silenciosa nos lares, para fazer a visitação, para saber ler nos olhos da mulher humilhada, aí a coisa também vai andar pela metade. Este assunto tem que ser discutido paralelamente. Olha, obrigação de criação dos abrigos através de lei. Infelizmente, só vai através de lei. Não adianta convencer. Uma lei obrigando cada Município, ou pelo menos a sede da Comarca, a ter um abrigo, uma instituição para abrigar crianças vítimas de violência doméstica e de exploração. Bota aí o Deputado... Ah, se eu fosse Deputado... Eu acho que a coisa mais difícil, né, Sandra Marrocos, é fazer uma lei, porque já tem lei pra tudo. Mas se o cara estudar ainda dá para fazer lei.

Deputado, essa lei aí... A segurança pública do Estado vive agora de estatística. Eu não acredito. Diz que a gente... Eu criei um personagem para mim, porque tem uma frase que diz assim: “*Finja, crie um personagem e finja ser ele*”. Porque lá, a nossa realidade, não temos delegacias, não temos delegados. Temos duas cidades que não têm nenhum policial, não têm nada, nada. E aí o promotor, eu vou e faço ronda e prendo e faço tudo. E só queixo dessa Ministra lá, judicialmente a parte que é de...

Deputado, vou concluir, vou concluir. Ora, a Lei Maria da Penha prevê não só a punição do réu, mas também que sejam criadas equipes disciplinares para doutrinar, ou redoutrinar, o réu, fazendo ver que ele estava equivocado. Então também, além da pena, que tenha esse encaminhamento do agressor para tratamento, com equipes multidisciplinares. Essa é a parte do Judiciário. Então,



cobrar instalação de carros... O senhor já tem esse projeto, não é? Eu gostei demais. Mas da casa abrigo. Hoje na Paraíba nós temos iniciativas particulares.

A SRA. SANDRA MARROCOS - Não, não, tem casa abrigo já.

O SR. MARINHO MENDES MACHADO - Não tem casa. Se tiver tem uma ou duas. Porque a Dra. Sandra, se ela fosse uma grande... Se eu votasse aqui eu votava até nela. O povo que apoia o Governo tem essa tendência de dizer que está tudo em ordem. Se trouxer um cabra do Governo, vai dizer: *"Ah, do que vocês estão se queixando aqui?"* Então eu estou criando um personagem. Quem acredita nos dados do Governo é o meu personagem, Dr. Mamulengo.

Pessoal, como todo mundo disse uma frase de efeito, né, Deputada, eu vou fechar dizendo o seguinte. Todo mundo conhece um sujeito chamado Dante, não é? E Dante disse que, quando chegou no inferno, viu uma multidão, muita gente, triste, cabisbaixa. E disse Dante que foi estudar o fenômeno daquela multidão. Aquela multidão não merecia elogios, mas também não merecia críticas. Era a multidão dos omissos, era a multidão dos indiferentes, era a multidão dos fracos. E com certeza absoluta eu estou no meio de uma multidão, que não é essa que estava lá no inferno, porque a gente vai fazer barulho até lá, quando a gente for.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer ao Promotor Marinho Mendes.

Nós vamos mudar o procedimento, porque estamos com problema de horário. Nós vamos escutar as seis pessoas que falta fazerem uso da palavra e depois nós vamos passar para os Parlamentares e também para as pessoas que se inscreveram. Nós temos quatro pessoas inscritas.

Eu queria agradecer e registrar a presença da Ana Luíza Félix, que é funcionária da FUNDAC, e da Sônia Maria Carvalho de Souza, que é Presidenta do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Nós estamos convidando a Sônia para fazer parte da Mesa na parte da tarde, porque vai ter um representante do Conselho Municipal, e nós gostaríamos de ter também um representante do Conselho Estadual, porque nós precisamos de dados acerca da existência ou não de planos — nós já sabemos que não existe plano aqui —, da questão orçamentária... Nós precisamos desses dados, e é importante que o Conselho



Estadual esteja presente. E também a Valdênia Alves Alcântara, que fará uso da palavra, que já se inscreveu para falar ainda na parte da manhã.

Então vou passar rapidamente a palavra para a inspetora Luciana da Silva Duarte, que é Superintendente da Polícia Rodoviária Federal da Paraíba. Em seguida passamos para o Juiz de Direito, e por fim para a Vereadora Sandra Marrocos.

Então, agradecendo muito a participação e parabenizando pelo trabalho a Polícia Rodoviária Federal, que realmente tem um mapa da vulnerabilidade, dos locais vulneráveis, o que é absolutamente fundamental como balizador de atuação, passo então a palavra para a inspetora Luciana da Silva Duarte, que é Superintendente da Polícia Rodoviária Federal da Paraíba. É um prazer tê-la aqui.

A SRA. LUCIANA DA SILVA DUARTE - Bom dia a todos e a todas. Deputado Luiz Couto, na pessoa de quem cumprimento as autoridades da Mesa, senhoras e senhores:

A Polícia Rodoviária Federal, desde 2003, trabalha com mapeamento de pontos vulneráveis ao longo das rodovias federais. Então, hoje nós atuamos em mais ou menos 70 mil quilômetros de rodovias e estradas federais, no País todo, e já estamos, salvo engano, no quinto mapeamento.

O mapeamento está sendo bianual, e é o segundo ano que os critérios não variam. Eles sofrem algumas adaptações, mas eles não variam. A gente vem aprimorando esses critérios, no sentido de tornar o trabalho bastante científico.

Existem críticas ao trabalho da Polícia Rodoviária Federal, principalmente quando atende as requisições, como essas requisições feitas pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público do Estado. A gente volta e meia está enfrentando, sim, problemas com outros órgãos, por atender esse tipo de requisição. Entretanto, é da cultura da instituição a atuação voltada para defesa e enfrentamento dos problemas de violação de direitos humanos. E na base está a defesa da infância e da juventude.

No último levantamento, no mapeamento do biênio 2011/2012, os pontos na Paraíba pularam de 29 para 62 pontos. Houve um incremento aí de 113 pontos. Entretanto, houve uma mudança na metodologia de coleta de dados. Antes, esses dados eram coletados exclusivamente pela atividade de inteligência, e essa



atividade, embora a gente tenha braços nas delegacias do interior, ela é mais restrita à Capital. Hoje nós mudamos a forma de coletar esses dados. Quem coleta esses dados são os policiais que estão de serviço diuturnamente nas estradas. Então muda o olhar de quem está fazendo. O olhar é o daquela pessoa que trabalha ali 24 horas, folga 72, então está praticamente duas vezes por semana em contato com esses pontos. Então essa sensibilidade, ela aumenta.

Antes existia menos exploração? Muito provavelmente, não. O que aumenta agora é o leque, a gente focalizando em 62 pontos, o leque do olhar mais acurado na hora de fazer o policiamento. Entretanto, esse é um problema que não se resolve com polícia, esse não é um problema de polícia. A gente mapeia, a gente vai lá e retira a criança, ou adolescente, daquela situação de risco e encaminha. Ocorre que a mesma criança, o mesmo adolescente, chega a ser tirado três, quatro, cinco, seis vezes. Ela é retirada e ela retorna. Às vezes é o tempo de você entregar ao outro ator da rede de proteção, essa criança ser entregue aos pais, e retornar. Porque às vezes essa criança ou adolescente, o que ela ganha com a exploração sexual ajuda a manter a família. A cultura que a gente vive, ela é muito favorável nesse sentido, e aí a atuação da Polícia Rodoviária Federal, esses pedidos, eles encontram tanto eco dentro da Polícia Rodoviária Federal, por conta da formação mesmo.

Então nós pegamos o policial lá desde o início, e nós trabalhamos a formação, a visão dele, para que ele se sensibilize com isso e trabalhe no enfrentamento. Entretanto, não é um trabalho efetivamente de polícia. Não é um trabalho efetivamente de polícia, não é um trabalho que se esgote na polícia. A gente pode aumentar o efetivo, pode aumentar o enfrentamento, mas a dinâmica do crime também muda.

Quando isso começou a ser feito, nos encontrávamos mais crianças e adolescentes sendo explorados às margens das rodovias. Hoje a gente encontra menos. Hoje nós temos o agenciador. Porque, uma vez que a polícia passou a olhar com mais rigor, passou a prender, passou a fazer o encaminhamento, hoje as crianças e adolescentes não ficam mais expostos o tempo todo. Em determinados locais a gente encontra sim, mas em muitos locais nós temos o agenciador. Uma vez que aparece a demanda, o agenciador entra, é trazida a criança, e a pessoa é levada até onde se encontra a criança. Então assim a polícia faz sua parte. Faz



alguém do que deveria? Faz alguém do que deveria porque a gente não tem gente suficiente para fazer esse enfrentamento o tempo todo. Nós temos demandas demais. Entretanto, se a rede não for suficiente, vai ficar a sensação de enxugar gelo. A gente tira, amanhã ele está de volta novamente.

A Polícia Rodoviária Federal está à disposição para responder a todos os questionamentos que a CPI tenha, e, mesmo enfrentando críticas e determinados problemas com outras esferas, é diretriz da direção que a PRF continue atendendo todas as requisições das instituições parceiras no sentido de enfrentar a exploração sexual infantojuvenil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, mais uma vez, inspetora Luciana. Parabenizamos o trabalho da Polícia Rodoviária Federal.

E passo a palavra ao nosso Juiz de Direito e Coordenador da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, do Tribunal de Justiça da Paraíba, o Sr. Fabiano Moura de Moura.

O SR. FABIANO MOURA DE MOURA - Meus cumprimentos a todos, minha homenagem à Mesa.

Quero dizer da alegria de poder de algum modo colaborar para um assunto, para uma questão que precisa de uma atenção toda especial. E aqui eu não quero cometer o erro de pensar que alguma instituição pode estar isenta, ou imune a uma crítica mais profunda a respeito da atuação, do enfrentamento dessa causa.

Isso tem nos causado e tem gerado em cada um de nós... Mas eu devo começar pelo Poder Judiciário, pela nossa preocupação, como colaboração a esta CPI, e dizer que a revisão, embora precise ser feita em todas as instituições, algumas atividades, ou à guisa de colaboração, o Poder Judiciário, nós entendemos o seguinte, nobres Parlamentares:

O Poder Judiciário cria uma estrutura diferente para o processamento, para a atuação jurisdicional, ou nós estaremos cometendo absurdos em omissão, ou mesmo em práticas que merecem uma revisão, a exemplo do cuidado com que uma criança ou adolescente vítima de exploração sexual chega a um ambiente do Poder Judiciário.



Há um ano, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou recomendação para a criação de espaços próprios para depoimentos sem dano, considerando a revitimização das crianças durante o processo. E nós podemos dizer que é um absurdo o que nós temos acompanhado e temos ouvido, como depoimentos daquilo que acontece no interior de salas de audiências, onde — permita-me, nobre Promotor Marinho Mendes — não é apenas o Judiciário que tem causado absurdo.

Ainda semestre passado, no deslocamento a uma Comarca, encaminhamos uma psicóloga para acompanhar o depoimento de uma criança numa das varas criminais, e a pergunta do ilustre promotor foi: *“Você gostou? Foi na frente e atrás?”* A menina baixou a cabeça e disse: *“Doeu muito, doutor”*, e chorando.

É essa a realidade que nós temos, e isso me causou uma indignação tão grande, que ficamos pensando como era possível evitar esse absurdo. E diante de uma recomendação me parece que inventamos não uma roda, mas as quatro rodas, já que há a orientação de criarmos ambientes em todas as Comarcas do Brasil, para que não mais o juiz escute diretamente a criança, mas um entrevistador preparado, e que ela não seja submetida a estar diante do agressor. Nós idealizamos, e antes de ontem, a nível de sugestão, e uma solução tão fácil, o Tribunal de Justiça da Paraíba aprovou uma resolução. Pretendemos ainda antes de outubro estar com o funcionamento de um ônibus dotado das três salas. Esse ônibus visitará todas as Comarcas, atendendo de uma vez só todo o Estado, todas as Comarcas, de uma forma não cara, considerando-se que não vamos precisar fazer a estrutura em todos os fóruns, e, mais do que isso, garantindo uma equipe preparada, especializada, onde a gente tem um menor número, mas com investimento na capacitação desse pessoal como um cuidado. É uma atividade pioneira, e que precisa... Ainda ontem mantivemos contato com a assessoria do Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto, e estamos marcando uma reunião para o mês de julho. E fica aqui a proposta para que todos os Estados sejam dotados desse equipamento, porque, de uma vez só, e de uma forma muito célere, rápida, nós teremos agora um cuidado e um processamento diferente.

Mas me deixem dizer que a nossa preocupação, Srs. Parlamentares, foi muito maior. Para os senhores terem uma ideia, nós tivemos há 3 meses a preocupação de saber como estavam as crianças que há 2 anos foram vítimas, que figuraram em



situações de violência sexual, para saber que cuidados tinham sido dispensados a elas. Nós fizemos de uma forma aleatória, e o resultado é assustador: nenhuma criança foi assistida psicologicamente, ou teve continuidade. Isso é um absurdo.

Mais do que isso, convidamos o CREAS para saber como estava a situação, diante do fluxo daquilo que é permitido no cuidado. Para os senhores terem uma ideia, dos 200 casos notificados por apenas um equipamento, o Disque-100, apenas 15 chegaram ao conhecimento do CREAS.

Quem cuida dessas crianças? Quem fará o acompanhamento psicológico dentro de uma estrutura? Parece-me, Srs. Parlamentares, que tudo para a criança e o adolescente, tudo aquilo que se volta como política, tem o tamanho diminuído, reduzido. Quem faz a primeira escuta, ou quem averigua a veracidade? O Conselheiro Tutelar está preparado para fazer a identificação desses casos? Quem está preparado, e em que sistema? O juiz? O promotor foi preparado para participar e estar diante de uma criança vítima de violência sexual? A polícia está? Parece-me que o descaso é generalizado.

Eu acredito no trabalho dos Srs. Parlamentares, principalmente pelas figuras que fazem parte desta CPI — minha homenagem, Deputado Luiz Couto, a V.Exa., por ter um conhecimento mais próximo —, tenho a esperança de que todo esse sistema seja revisto. Não dá para funcionar, e nós vamos ficar apenas falando, apenas ocupando espaço de mídia se nós não entendermos que a estrutura não funciona. Não está funcionando em nenhuma instituição.

O Dr. Eduardo Varandas falava a respeito da prevenção, e eu queria aqui sugerir um estudo que muito tem me preocupado, diante das situações. Procurem saber onde dormem as crianças que são vítimas de violência sexual ainda no ambiente da sua casa. Falamos em política habitacional, e os senhores talvez detectem uma hipótese que nós estamos levantando. O ato sexual, muitas vezes, do casal é feito na presença dessas crianças, por absoluta falta de espaço nesses lugares. Vejam a complexidade, aonde chega o despertar de uma sexualidade, o envolvimento do assistir uma realidade que precisa ser feita e investigada a nível científico, uma correlação entre o lugar em que a criança está dentro de casa e a prática do sexo promovida pelos seus pais. É assustador, porque, sem base



científica, nós começamos a perguntar quantas pessoas dormem, onde dormem e como é vivenciada essa experiência íntima. Isso tem nos chamado atenção.

Nós precisamos criar esse mecanismo e entender que todo o sistema, que o SUAS, através do CREAS, ele precisa ter equipes preparadas, e bem pagas. Vamos parar de hipocrisia, porque é impossível nós enfrentarmos uma causa dessa grandeza com funcionários, com pessoas que não estão preparadas, que não são dignamente remuneradas nem dispõem de qualquer estrutura para o enfrentamento dessa causa.

Nós precisamos rever a questão do cuidado com a recuperação. Desculpe, meu querido amigo Marinho Mendes, mas lugar de criança violentada não é em abrigo. Lugar de quem violentou é na cadeia. (*Palmas.*)

O SR. MARINHO MENDES MACHADO - Por enquanto é. Aponte-me outra saída.

O SR. FABIANO MOURA DE MOURA - Eu não posso, mais uma vez, vitimizar uma criança, permitam-me — esta é a política —, segregando a criança em guetos, em abrigos. Essa criança precisa de espaço, ela precisa de cuidado e de assistência. Que saia o agressor. Que se puna... E nós vamos trazer para nós, querido amigo Marinho, para o sistema de Justiça, essa responsabilidade, que não é própria só do Judiciário, mas do Ministério Público e do Judiciário. Nós estamos sendo inoperantes porque não estamos dando a atenção devida para uma causa que precisa, acima de tudo, em nome da dignidade, dos direitos mais fundamentais da pessoa como prioridade. Que prioridade é dada no sistema de Justiça a essas situações? Nenhuma. E não é criando espaços de isolamento, de punição...

Essas crianças, querido amigo, vivem uma profunda culpa. Vivem um profundo sofrimento. E sabe quem se permitiu o estudo dessas situações? Permita-me dizer que na minha formação em Psicologia eu me detive alguns instantes, ou algumas horas, ou vários momentos, para tentar entender esse fenômeno, para buscar alternativas para retirar, ilustre inspetora, aquilo que é angústia e que a senhora trouxe para cá para não vivermos enxugando gelo.

Que alternativas nós precisamos criar para que essas pessoas que depois de uma prática, depois da vivência de uma experiência sexual, ou que estão inseridas dentro desse contexto... Tem o resultado financeiro, mas, deixem dizer, como



fenômeno psicológico, isso passa, transcende uma realidade, porque, se a questão fosse financeira, era somente dotar de dinheiro. Mas está internalizado, está inscrito na história e, vamos dizer aqui, na psique dessas crianças sofrimentos, e, na busca de reedições para soluções dos seus conflitos interiores, vivem um profundo sofrimento, repressão.

Precisamos também fazer com que, primeiro... E me deixem falar: essa atividade o CNJ tem colocado e alguns Estados têm posto: a impunidade. Ainda há pouco o meu querido amigo e irmão Alley falava a este respeito, do número da impunidade com relação a isso: 20% apenas das situações, dos processos chegam a uma condenação, e 80% por falta de prova. E o depoimento sem dano leva a quase 90% de condenação.

Nós precisamos rever tudo isso. Espero e tenho certeza de que os Srs. Parlamentares se debruçarão, pela modificação. E me deixem dizer: não queiram e não pensem que serão situações pequenas ou soluções pequenas. Deem a solução, o tamanho que o problema e que o desafio estão a exigir. Rasguem — e me permitam dizer essa palavra forte —, comecem a rabiscar um novo desenho para o enfrentamento dessa causa. Comecem.

E mais uma vez trago para o Poder Judiciário a obrigatoriedade de que todo Tribunal de Justiça tenha Varas específicas, com profissionais preparados para o enfrentamento dessa causa. Do contrário, nós vamos ficar diante de uma vontade bem distante de ser uma verdade tão pretendida pelo nosso povo.

É essa a revisão. Revisem o sistema de assistência social, dotando-o de estruturas que sejam capazes, considerando a demanda. Vejam: nós temos dois CREAS e agora passaremos para quatro. Nós temos, então, quatro CREAS dentro de uma realidade que só um sistema, só um equipamento, o Disque 100, apresenta 200 casos, 200 denúncias, sem falar naquelas outras que não seguem o caminho do Disque 100, seja pelo Conselho Tutelar, seja pela Delegacia, seja pelo Poder Judiciário.

Eu finalizo agradecendo a todos, colocando-me à disposição e falando da minha esperança, Srs. Parlamentares: de que os senhores possam encontrar, com coragem, alternativas que refaçam a história dessas crianças e desses



adolescentes. De nossa parte, o desejo de colaborar, naquilo que for possível, e a vontade de assistir a dias melhores no nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer muito ao nosso Juiz de Direito Fabiano Moura de Moura e solicitar do senhor — nós vamos fazê-lo formalmente, Juiz; devemos fazer de pronto, ainda hoje — esses dados, os dados da pesquisa que foi feita acerca do atendimento, ou seja, das 200 denúncias, 15 chegaram ao CREAS, o que não significa que foram atendidas com qualidade, ao chegarem ao CREAS, porque o CREAS realmente deveria ter um nível de especialização, porque é um atendimento especializado para o direito violado, para a pessoa com o direito violado. Então, deveria ter o nível de especialização que o seu nome indica: especialização em exploração sexual, especialização em idoso, enfim, nas diversas formas de violação.

E nós também vamos solicitar esse nível de responsabilização. O senhor dizia que, de 200 casos... E essa mesma solicitação nós vamos fazer também ao CAOP, do Ministério Público. Vamos fazê-lo também. Estamos oferecendo um prazo de 10 dias, para que vocês possam retomar E para que possamos fazer esse diagnóstico.

Enfim, dando continuidade...

O SR. FABIANO MOURA DE MOURA - Só um esclarecimento.

Nós recebemos o relatório que o Disque 100 mandou, dos 200 casos. Tivemos, semana passada, a audiência com os responsáveis pelo CREAS aqui, que nos passaram apenas 15 casos. Essa foi a informação. E nós pedimos isso por escrito.

Então, fica registrado que na semana passada nós tivemos a reunião...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Duzentos casos em quanto tempo?

O SR. FABIANO MOURA DE MOURA - Em 3 meses. Nos 3 primeiros meses. Esses nós recebemos, temos a identificação de cada um dos casos. E apenas 15 desses casos foram notificados ao CREAS.

E podemos pedir, e a senhora pode solicitar também, a identificação exatamente de quais 15 casos foram, dos 200 remetidos.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, nós vamos solicitar, pedir à Secretaria da CPI que já formulemos agora essa solicitação formal, do ponto de vista dos casos do Disque 100, nos últimos 3 meses, que foram objeto de atenção do CREAS; e, segundo, o nível de responsabilização.

Nós estamos solicitando em verdade o seguinte: quantas acusações — aí não necessariamente Disque 100; quantas se transformaram em inquérito; em quantas houve denúncia do Ministério Público; quantas se transformaram em processo judicial e quantas condenações. Vamos lhe solicitar também.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, eu sei. Porque nós estamos trabalhando com dois eixos, dentre outros: a responsabilização e o atendimento, para além da denúncia que achamos que avançou bastante, na questão das denúncias, com o Disque 100. Enfim, tem avançado isso. Acho que está havendo uma boa resposta da sociedade, mas é preciso não apenas ter a denúncia, porque a denúncia significa não naturalizar. É importante a denúncia, é um posicionamento da sociedade que rasga a naturalização, que é histórica e construída com muita dor neste País. Mas nós precisamos também trabalhar com o atendimento e com a responsabilização.

O SR. FABIANO MOURA DE MOURA - A senhora me permite mais uma sugestão a esta CPI?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com certeza.

O SR. FABIANO MOURA DE MOURA - É do conhecimento de todos que uma criança vítima de exploração sexual sofre o processo de revitimização, sendo ouvida em várias instâncias.

E nós redigimos um termo de cooperação, a ser assinado ainda pelas autoridades — e acho que isso deveria ser lei —, para que cada Estado fosse dotado de um centro de escuta, onde a criança fosse ouvida uma vez e, se fosse necessário, diante do princípio da defesa e também do contraditório, novamente, que fosse ouvida pelo mesmo profissional. Então, ninguém mais escutaria criança e adolescente vítima, mas somente nesse centro, onde um profissional preparado, com quem ela formaria vínculo, estaria apto para novamente ouvir essa criança.



E isso fica como uma sugestão, para que exista no Brasil esse sistema. E aí vamos evitar que essa criança fale várias vezes sobre o mesmo fato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E ela fala várias vezes, ela fala na condição de vítima sendo escutada, ela fala no processo contra o agressor. Ela vai falando várias vezes e sem nenhum tipo de vínculo.

Isso aí poderia ser aliado ao depoimento sem dano.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com certeza.

A sugestão está anotada.

Bom, eu vou passar a palavra à Vereadora Sandra Marrocos, que é Vice-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Vereadores de João Pessoa.

E nós estamos encerrando as falas no plenário. Eu vou dizer quem está inscritos: Alexandre, a Vereadora Eliza, Themis e Valdênia. São os que estão inscritos.

Nós estamos encerrando, na fala da Sandra, a participação das pessoas que quiserem fazê-lo. Apenas pedimos escusas à Vereadora Sandra, mas dizendo que também estamos aqui para colher depoimentos reservados. Então, as pessoas que quiserem fazer depoimentos reservados, sem que haja qualquer tipo de identificação, em que vamos pautar o fato, estamos à disposição para fazê-lo. Podemos fazê-lo à noite, podemos fazê-lo a qualquer momento. Mas, enfim, temos a disposição de assegurar o sigilo de todas as pessoas que quiserem fazer os seus depoimentos. Fazemos de forma reservada, sem qualquer tipo de identificação e com a responsabilidade que nós temos, nos trabalhos desta CPI.

Então, quero apenas reafirmar isto: quem quiser fazer depoimento reservado, nós podemos fazê-lo, sem qualquer tipo de violação do sigilo das pessoas que quiserem prestar esse depoimento.

Portanto, agora, enfim, com a palavra a nossa querida Vereadora Sandra Marrocos, que é Vice-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Vereadores de João Pessoa.



A SRA. SANDRA MARROCOS - Bom, inicialmente, eu queria dizer que é uma honra o nosso mandato ter sido o canal de interlocução para que estivéssemos vivendo este momento aqui na Câmara Municipal.

E hoje, Varandas, eu disse algo, quando a rádio me ligava e colocava que o mandato que represento traz temáticas que até então não se trazia para esta Casa. E me perguntaram o que eu sentia. Eu disse que me sentia plena, porque discutir várias temáticas, entre elas a garantia de direitos da cidadania LGBT, a questão da profissionalização das prostitutas, a questão da violência contra a mulher, entre outras, deixa-me plena. E estar discutindo hoje com a CPI da Exploração de Crianças e Adolescentes é a plenitude. E com o meu Deputado Federal, o companheiro Luiz Couto.

Companheiro, eu queria lhe dizer — já disse isto em vários espaços e vou reafirmar — que você é a reserva moral do nosso Estado naquele Congresso. E é fantástico tê-lo lá. É uma honra para o Estado da Paraíba ter Luiz Couto como Deputado Federal. E não escondo de ninguém: sonho com ele Senador. *(palmas)* Vou dizer aqui. Acho que seria a chave de ouro. Parabéns, guerreiro. É uma honra estar construindo isso junto com você.

Eu queria dar boas-vindas à Deputada Erika. Quero lhe dizer, Erika, que é um prazer conhecê-la. Fiquei muito feliz quando vi o perfil das Deputadas que chegaram aqui, no início da sessão. Seja muito bem-vinda à nossa cidade.

Quero dizer a Liliam Sá que sou filiada, militante, dirigente, inclusive nacional, do nosso partido, o Partido Socialista Brasileiro...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SANDRA MARROCOS - Ah! É PSD. Botaram PSB aqui. *(riso)* Mas fica o registro.

Quero dizer que é uma honra ter uma mulher como você na Relatoria. Eu sou assistente social, sou mãe, sou feminista, estou Vereadora na cidade de João Pessoa neste momento. Então, quando vejo as mulheres no poder, fico cada vez mais segura, na certeza de que este mundo está no caminho certo.

Dr. Alley, esse guerreiro que saiu... Estava comentando com Erika, dizendo a ela que esta Mesa é composta de homens muito bacanas, de homens muito lutadores. Dr. Alley está aqui.



Luciana, essa grata surpresa na Paraíba, a primeira mulher que assume esse cargo. E mais uma vez nós nos encontramos num debate público.

A minha referência, Eduardo Varandas. Parabéns, Eduardo. Parabéns inclusive por existir. É uma honra construir junto com você.

Quero dizer a Fabiano que nós construímos aquela proposta da Família Acolhedora, e eu me sinto... Porque o trabalho parlamentar, e principalmente a linha de atuação que o nosso mandato tem como norte, é uma ação que muda a mentalidade e que constrói um novo momento. Então, ela é de médio e longo prazo. Quando acontece algo em pequeno prazo, eu me sinto contemplada. E a Família Acolhedora, que discutimos junto com a REMAR... E quero saudar Conceição, que está ali sentada, e dizer que foi uma honra discutir com Fabiano, construir com a REMAR. E hoje, na cidade de João Pessoa, a política direcionada ao acolhimento de crianças chamada Família Acolhedora é uma realidade. Inclusive, as inscrições se encerraram no dia 30, lá na SEDES. E é muito bom.

Marinho eu conheço desde que era pequena. Marinho é amigo de um grande irmão meu, que foi assassinado neste Estado de forma cruel e de forma ruim, vitimizado pela questão de uma política que é coronelista.

E, quando eu falo disso, eu falo do Estado em que vivemos. Além de machista, homofóbico, preconceituoso, ele é também coronelista. E, quando fizermos qualquer discussão, inclusive esta, relacionada à exploração de criança e adolescente, temos que trazer isso muito presente.

E, Marinho, eu sou sua admiradora. Você é um guerreiro e vencedor. Aquele meu irmão que você conheceu, Gato, ele dizia uma coisa para mim. Foi a nossa última conversa. Ele dizia — e por isso estou trazendo presente, porque Marinho me trouxe: *“Sandra, as filhas dos pobres lá do sertão estão servindo de prostitutas para quem manda”*. E você sabe, Marinho. Quando você faz uma fala, aqui, com o seu jeito irreverente, de quem lutou para estar nesse espaço, eu sei exatamente do que você fala. Eu sei exatamente como se portam, no interior do Estado da Paraíba, as filhas do povo, como elas são tratadas, na infância e na adolescência.

E precisamos ter, Erika, esse olhar, quando vierem discutir no Nordeste, quando chegarem à Paraíba. Você já foi ao Rio Grande do Norte e foi a outros espaços.



Eu fiz algumas falas aqui, só para refletirmos. Eu vou tentar ser muito breve. Quero dizer que nós hoje temos — e isso já saiu na fala de todas as pessoas, aqui — uma rede organizada de exploração sexual de criança e de adolescente. E o contraponto a isso é fomentar e fortalecer redes organizadas de combate à exploração sexual de criança e de adolescente. A REMAR é um exemplo disso. Eu acho que poderíamos ir além.

Quero dizer que nós temos também que discutir aqui, companheiro Luiz Couto, meu Senador, o turismo sexual. Porque eu quero discutir aqui também o tráfico de mulheres e de travestis. Como é que acontece no nosso País? Como é que se dá? Na bandeira da hipocrisia. Ontem inclusive tentaram desconstruir a minha fala, mas não conseguiram, colocando a questão da prostituição infantil. Não existe prostituição infantil, o que existe é exploração sexual, exploração de criança e adolescente. E quem faz é um criminoso, que tem que estar na cadeia. Agora, a regulamentação das profissionais do sexo... Eu não abro mão dessa discussão. E não tenho nenhum medo porque a minha história todo o mundo que está aqui, em sua grande maioria, sabe como foi construída.

Então, temos que discutir também, Luiz, o tráfico de mulheres e o tráfico de travestis. O Movimento LGBT está aqui e vai estar presente à tarde. A Associação das Prostitutas do Estado da Paraíba, da qual tive a honra de ser sócia fundadora porque fazia pós-graduação em violência contra a mulher, e ministrei oito oficinas para aquelas mulheres, e pude conhecer de perto a realidade delas... E mesmo que não conhecesse de perto. Você não precisa sentir para se indignar e para fazer deste espaço um espaço de garantia de direito. Então, eu gostaria muito que também discutíssemos um pouco sobre essa temática aqui nesta sessão.

Eu queria chamar a atenção para dois eventos que vão acontecer. Primeiro, em todas as falas que estou fazendo faço esta reflexão — inclusive, quero pedir licença — sobre a criminalização da pobreza que está sendo feita, companheiro Noaldo, para limpar as cidades para receberem a Copa do Mundo, para receberem as Olimpíadas. O que aconteceu em Pinheirinho e o que aconteceu em outros Estados nós não podemos permitir. E aí eu estou fazendo um parêntese. Mas para o que eu quero chamar a atenção, sobre esses grandes eventos, é a questão da exploração sexual de criança e adolescente, porque temos que ter cuidado, e do



tráfico de mulheres, Luiz Couto, e do tráfico de travestis. Precisamos estar muito atentos e atentas, nós do Legislativo, nós do Executivo e nós da sociedade civil organizada. Essa rede de que eu falo tem que estar “lincada” com todos: com o Judiciário, com o Executivo, com o Legislativo e, principalmente, com os movimentos sociais.

Nós precisamos reavaliar a questão dos conselheiros e das conselheiras tutelares. Temos que ter cuidado com esse processo, como está se dando. E não temos medo de dizer isto aqui, não. Isso precisa ser refletido, porque nós lutamos tanto! Eu sou oriunda de movimento popular e sou oriunda dos movimentos sociais. Essa luta também é minha — para que garantíssemos essa ferramenta de controle social, Eduardo Varandas, chamada Conselho Tutelar. E eu quero discutir no momento certo, talvez seja este ou não, como é que se porta Carlinhos, que é um conselheiro por quem tenho uma grande admiração e que está ali fora.

Para encerrar, achei muito bacana, Marinho, quando você “lincou” a exploração sexual de criança e adolescente com a Lei Maria da Penha. Conversando com Erika, ela disse: “*Isso já é feito*”. Mas eu estou falando da nossa realidade. Eu sou lá do sertão da Paraíba, do Alto Sertão, de Curral Velho. Vim para cá fugindo da seca, vim para cá para sobreviver. Queria estar lá até hoje, mas com todas as oportunidades. Aí, a realidade que existe lá não faz esse *link*, não. Precisamos garantir que isso aconteça. Eu gostaria muito de sair daqui com uma proposta.

E, na parte da tarde, a Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado — o companheiro Lau e o companheiro Jácome já estão aqui —, vai estar presente, com a possibilidade... Com a possibilidade, não, com o compromisso de construirmos um plano estadual e municipal de combate à exploração sexual de criança e adolescente.

E queria me comprometer aqui: eu tenho direito a cinco emendas somente; uma dessas será direcionada à política de combate à exploração sexual de criança e adolescente; e também tentar “lincar” com o tráfico de mulheres.

E, para encerrar, Fabiano, está tramitando aqui na Casa — e tenho certeza de que todos os Vereadores e as Vereadoras vão chegar junto — um projeto de lei de nossa autoria que institui o Programa de Atendimento Multidisciplinar mediante



ações coordenadas das áreas de segurança pública, saúde e assistência social, no Município de João Pessoa, para que as crianças e os adolescentes vítimas de violência sexual parem de rodar pela rede de serviços, tenham um único espaço de atendimento. E com esta sua preocupação, que é fantástica: de a mesma equipe ser a que acompanha, do início ao fim.

E queria parabenizar as meninas dos CREAS pela ousadia, pela coragem — minhas companheiras de profissão, muitas delas, assistentes sociais. E quero dizer para vocês que outro projeto que vamos apresentar... Mas antes eu queria mostrar ao companheiro Luiz Couto, Jácome — você vai saber agora, e eu vou mostrar a você depois... Foi uma conversa que tivemos com Marcela, para transformarmos a Diretoria de Organização e Participação Popular — DIPOP, que está dentro da política da assistência social, onde não deve estar, porque temos uma política com diretriz, em Coordenadoria Municipal dos Direitos Humanos e dá outras providências. Inclusive, pegando algum corpo de lá, a exemplo dos Centros de Cidadania, e fazendo com que isso aconteça.

No mais, muito obrigada. Eu tenho algumas redes sociais, tenho um *site*: sandramarrocos.com.br. Entrem lá, contribuam com a construção do nosso mandato. O Face *sandramarrocos 1 e 2* e os Twitters *@gabsmarrocos* e *@sandramarrocos* — é o meu pessoal.

Muito obrigada. Parabéns, mulheres encantadoras. Parabéns, meu companheiro Luiz Couto. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Vereadora Sandra Marrocos.

Eu gostaria de passar a palavra agora... Estão inscritos o Alexandre, a Themis e a Valdênia. E passo a palavra, neste momento, à nossa Vereadora Eliza Virgínia, que aqui está também, do PSDB. Então, com a palavra a nossa Vereadora Eliza Virgínia.

A SRA. ELIZA VIRGÍNIA SILVA DE SOUZA - Bom dia, senhoras e senhores.

Quero saudar a Mesa, na pessoa da Deputada Erika Kokay; quero saudar também a Plenária, na pessoa de D. Rô, essa cidadã que já está na terceira idade, mas é defensora e assídua aos problemas da cidade de João Pessoa e da Paraíba. E queremos saudar a Plenária em nome dela.



Quero dizer, Deputada Erika, Deputada Liliam, Deputado Luiz Couto, Dr. Fabiano, Eduardo, Dr. Alley, Marinho, Dra. Luciana, que é um prazer muito grande, Sandra, estar aqui e receber a CPI da Pedofilia. Nós estivemos aqui em 2009, na época do Deputado Nivaldo Manoel, que é meu pai. Recebemos aqui o Senador Magno Malta, recebemos a Frente Nacional Evangélica de Ação Social, a FENASP, e foi um momento também ímpar, quando pudemos dar uma chacoalhada nas pessoas em João Pessoa e começamos realmente a falar, efetivamente, desse problema que tanto acaba, deteriora, desmorona as famílias brasileiras e que também acontece em João Pessoa.

Nós temos visto que alguns projetos... E até tenho um projeto, de minha autoria, que é o projeto de enfrentamento à exploração e à violência contra a criança e o adolescente, que se tornou lei nesta Legislatura, mas não conseguimos ver exatamente o cumprimento desses projetos. Ele capacita a criança, porque sabemos que, infelizmente, até em instituições que deveriam apoiar, abrigar e acolher, estão acontecendo também a infração e o abuso sexual infantil. E esse projeto prevê, de uma forma bem lúdica, que o professor, ao ver que a criança está um pouco diferente, que está com um comportamento estranho, já acenda o sinal amarelo e comece a verificar mais de perto aquela criança. E prevê a capacitação desses professores. Ele prevê que se deem aulas — de forma lúdica, logicamente, Sandra — para as crianças, nas salas de aula, para que elas possam identificar a possível ameaça de ser abusada. Porque, infelizmente, temos que capacitar as nossas crianças. Baseados em alguns estudos que fizemos, nós fizemos esse projeto. Mas, infelizmente, não está ainda sendo colocado em prática.

Dr. Fabiano, algumas emendas nossas têm-se repetido, ano após ano. De 2009 até agora são as mesmas emendas, e não conseguimos realizar, ver concretamente aquilo que temos vontade de realizar.

Fizemos aqui, no dia 17 de maio, uma audiência pública em alusão ao Dia Nacional da Exploração Sexual Infantil. Vieram os conselheiros tutelares. Recebemos uma resposta a requerimento que mandamos para a Prefeitura, por conta de denúncias que nós recebemos no nosso mandato, de Conselhos Tutelares que estão em péssimas condições para receber a criança. Há Conselhos que não têm cama, que não têm lençol, que não têm nem uma bolachinha para dar a uma



criança que porventura chegue lá e esteja com muita fome. Recebemos esse tipo de denúncia. Recebemos resposta da Secretaria, sim, dizendo que estava tudo o.k., que só faltava uma plaquinha e pintar. Mas cadê a brinquedoteca? Cadê um local para a criança até tomar um banho acompanhada da pessoa que traz? Cadê aquele acolhimento que não vemos nos nossos Conselhos?

E Sandra está apresentando aqui um projeto, dessa rede. Eu também já fiz, mas, infelizmente, foi vetado o projeto, que seria sobre a equipe multidisciplinar para acompanhar, desde o momento em que ela chega à primeira instituição e denuncia até o final, onde ela vai receber todo o tratamento. E não só naquele período de 1 semana: para prosseguir até realmente ser concretizado o total acolhimento do Estado, e a responsabilização, e a prisão.

E uma das coisas com as quais eu fiquei bastante triste — é muito rápido — é que falta uma pessoa para o gerenciamento de caso. Nós temos um caso que teve até audiência concentrada no Ministério Público, com assistente social, com advogados. Eram vítimas de uma instituição, que deveria cuidar de crianças. Foram vítimas disso aí. E até hoje, infelizmente, ela não recebeu cesta básica, não sabe onde pegar; o aluguel recebe, mas a casa que estava destinada para ela foi para outra pessoa. Então, vemos a falta de uma pessoa que gerencie esse caso do começo ao fim. E as pessoas que tratavam das crianças e que abusaram delas estão praticamente vendendo tudo e voltando para a Itália. É uma grande instituição, no centro de João Pessoa.

E denunciemos esses casos. Vamos conversar, amanhã, com a CPI, para mostrar esse caso, especificamente, e pedir que se tenha cuidado não só com a política de repressão, mas também com a prevenção. Infelizmente, estamos vendo que há leis que estão prevendo até que pais ou responsáveis não tenham direito de interferir quando a criança quiser começar a sua vida sexual. Isso seria, praticamente, a institucionalização da pedofilia. Eu considero assim. Infelizmente, há projetos, maquinações com os quais temos que ter muito cuidado, que vão vir de cima para baixo. E depois vamos chorar. Não vamos nem poder chorar o leite derramado. Não é, Dr. Fabiano? E eu me preocupo muito com isso. A família está sendo atacada; projetos nocivos demais. Está sendo atacada, e temos que tomar



cuidado e abrir os olhos para muita modernidade, porque isso não leva a nada, só vai trazer grandes prejuízos. E, depois de perder, não se volta atrás.

Muito obrigada, Sra. Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Vereadora Eliza Virgínia.

E eu passo a palavra a Alexandre Soares de Melo, que é da Universidade Federal da Paraíba. Já peço a Themis Gondim...

O SR. FABIANO MOURA DE MOURA - Sra. Presidente, pela ordem.

Considerando que não há tempo a perder com relação a essa causa, eu já repasso às mãos de V.Exa. a documentação solicitada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada. (*Palmas.*)

Muito bom, muito bom. Obrigada, juiz.

Eu passo a palavra a Alexandre Soares de Melo, que é da Universidade Federal da Paraíba. Já peço a Themis Gondim de Oliveira, da REDEX da Paraíba, que se aproxime. Por fim, para Valdênia Paulino, que é Ouvidora da Polícia.

Com a palavra, então, Alexandre Soares de Melo.

O SR. ALEXANDRE SOARES DE MELO - Sra. Presidente, demais membros da Mesa, Deputado Luiz Couto, colegas advogados, colegas dos serviços públicos de assistência, colegas da Universidade Federal da Paraíba — e saúdo a minha colega de mestrado e assessora do Deputado Luiz Couto, Zezé Bechade.

A minha vinda a esta tribuna, num primeiro momento, é para homenagear a estada da Comissão aqui em João Pessoa, para dizer que é um momento especial para todo aquele que trabalha na causa da criança e do adolescente. E eu já faço isso há 8 anos. Optei por trabalhar, dentro da Ciência Jurídica, com a temática da criança e do adolescente. Aí tive a oportunidade de transitar por todos os serviços públicos criados e destinados ao enfrentamento à exploração sexual. Costumo dizer que peguei a época, ainda, do antigo Programa Sentinela — e daqui eu vejo alguns colegas que estiveram comigo. Era um programa específico do Governo Federal que trabalhava voltado para uma temática própria, que era a exploração sexual. O Programa Sentinela, posteriormente, como a grande maioria deve saber, foi transformado, com o advento do Sistema Único de Assistência Social — SUAS, nos Centros de Referência da Assistência Social Especializada. Então, também tive a



oportunidade de fazer parte das equipes multiprofissionais dos Centros de Referência.

De sorte que pude acompanhar, Deputado Luiz Couto, ilustre Promotor Marinho, a rotina, a operacionalidade de uma demanda que aponta em um serviço público, envolvendo violência sexual. Como bem colocou o Dr. Fabiano Moura de Moura, a criança é, via de regra, revitimizada dentro desse processo.

Então, a minha colocação aqui, neste instante, é no sentido... E aí falo não mais como militante, mas, sim, como pesquisador. Hoje eu desenvolvo uma dissertação no programa de mestrado da Universidade Federal da Paraíba, e a minha temática é exatamente a violência sexual contra criança e adolescente, numa perspectiva de gênero. O que eu quero dizer com isso? Que as universidades públicas, na Paraíba, e também as privadas, em menor proporção, mas também elas vêm desenvolvendo, reiteradamente — reiteradamente —, trabalhos, publicações envolvendo esse assunto. Não raro os cursos de graduação, de mestrado e doutoramento da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Estadual vêm publicando — os cursos de graduação em Serviço Social, Psicologia; o próprio Curso de Direito, que historicamente sempre foi refratário a tratar desse assunto —, hoje nós publicamos com certa frequência materiais, artigos científicos, monografias de graduação, dissertações de mestrado e teses envolvendo esse assunto.

Então, por que trazer essa discussão aqui é fundamental? Porque o poder público, seja de Estados, seja de Municípios, é carente de informações, conforme relatava aqui o ilustre membro do Ministério Público do Trabalho, Dr. Eduardo Varandas. Nós não possuímos noção de como se dá a realidade, nós não temos números, nós não conseguimos quantificar. E, sem quantificar esse fenômeno da violência sexual, como vamos poder intervir minimamente com uma política pública séria?

Então, a minha vinda aqui, neste instante, é sobretudo para destacar a importância da parceria das universidades, dentro desta discussão que a Comissão se propõe a tratar, especialmente aqui no Estado da Paraíba, dado o grande e elevado número de publicações que cada vez mais são publicadas pelas universidades públicas e particulares aqui do nosso Estado.



Eu gostaria de fazer só um breve comentário. Não tive a oportunidade, Promotor Marinho Mendes, de ler o seu artigo. Mas lhe digo que também tive a oportunidade de escrever algumas linhas sobre a decisão recente do STJ. O artigo foi por mim nominado de *Pequenas Prostitutas ou Crianças Prostituídas*. O artigo está assim denominado. E, na verdade, eu resgato essa discussão que o senhor também enfrenta no seu artigo e destaco sobretudo que essa decisão recente do STJ, na verdade, acaba seguindo uma tendência dentro da própria Corte Superior. Porque, antes de discutirmos a recente decisão, é importante aqui lembrar, ilustre Promotor, que, muito antes dessa decisão, o STJ também se havia pronunciado na mesma direção, no famoso caso Joaquim Barbosa... No famoso caso do atleta olímpico brasileiro Zequinha Barbosa. Perdão. O caso Zequinha Barbosa foi decidido rigorosamente na mesma linha. Então, você, que já tem experiência sexual ativa, jamais pode ser vítima de exploração sexual ou de abuso. Essa decisão recente acaba refletindo posições que a Corte Superior de Justiça já vem adotando.

Por fim, só um apelo — e aí pegando as palavras que V.Exa., em sua fala, destacou: a preocupação que nós devemos ter em relação aos grandes eventos que vão ser realizados no País. Eu destacaria, especificamente — e aqui trago a voz de alguns colegas do Sertão, que vêm manifestando, Deputado Luiz Couto, uma preocupação neste sentido —, a transposição do Rio São Francisco, notadamente na cidade de São José de Piranhas, onde vem acontecendo um alto índice de exploração de crianças e adolescentes, iniciação no mundo das drogas. Esse é o apelo que eu faço à Comissão, já que não poderei acompanhar no período da tarde. Peço à Comissão que se debruce também sobre este aspecto, no Sertão do nosso Estado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Alexandre.

Eu passo a palavra a Themis — e vamos ser um pouco rigorosos no horário; se não, nós não vamos cumprir a agenda — e, em seguida, a Valdênia Paulino.

A SRA. THEMIS GONDIM DE OLIVEIRA - Quase boa tarde a todas e a todos.



Quero dizer que é importante a sociedade civil também se manifestar. É uma pena, porque quem fica por último sempre é punido com a fala, porque a gente não consegue nem raciocinar por conta do tempo.

Mas, Deputado Luiz Couto, eu lembro da CPMI, que a gente acompanhou até a madrugada e acompanhou os processos depois. Infelizmente, a gente não conseguiu mais acompanhar porque todos os processos acontecem em sigilo. E aí a gente não tem acesso, para saber quem foi punido, quem não foi. E a gente acaba sem saber, finalmente, de toda aquela articulação que fez, das provocações para que as famílias denunciasses e segurasses... Assim, gera em nós também uma grande angústia. Eu acho que essa é a palavra, essa é a que cabe neste momento. É angústia, sabe?

Os casos que são denunciados... As famílias não suportam a pressão, não. Elas retiram as queixas. Elas têm medo da rede articulada que existe neste Estado. E ela é muito poderosa, ela é muito forte. Quando a gente tem dinheiro, a gente contrata segurança e consegue sobreviver, mas essas famílias a que a gente se refere não têm a segurança, a não ser a de um pai que se chama Deus, que, infelizmente, como é muita gente para ele proteger, acaba não conseguindo proteger tantas famílias.

Então, quando eu falo isso é para chamar a atenção. Porque essas 200 denúncias do Disque 100 se tornam pequenas diante da realidade da Paraíba. Porque todos os dias chegam denúncias aos Conselhos Tutelares, aos CREAS, a esses serviços, ao Juizado. Chegam denúncias à delegacia, às ONGs que a gente representa aqui, agora, através da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual no Estado da Paraíba e o Fórum DCA.

Eu só quero dizer o seguinte: existe uma denúncia, que foi feita na Assembleia Legislativa, de um caso ocorrido no ano passado e que mostra a nossa grande fragilidade dentro do Sistema de Garantia de Direitos, por todos os operadores de direitos. E o caso se dá, o panorama, dentro de um hotel de João Pessoa. E a gente fez um acordo, de que não iria revelar, para não prejudicar as partes, para que surgisse o inquérito. Quem recebeu essa denúncia foi o Centro da Mulher 8 de Março, uma ONG que tem grande respeito neste Estado. Quando foi recebida essa denúncia, já foi por terceiros, porque a adolescente se encontrava na



Beira Mar, desorientada. E essa senhora, que morava na Beira Mar, acolheu essa adolescente e a levou para a casa dela. E ela tinha acabado de ser estuprada, dentro de um hotel. E a consequência desse estupro foi a morte dessa adolescente, em Campina Grande.

Irene Marinheiro, que é a coordenadora, quando colocou esse caso na Rede, todos nós ficamos chocados. Na mesma hora em que ela recebeu essa senhora que esteve no 8 de Março, ela ligou para a delegacia, ela ligou para o Ministério Público, ela ligou para o Conselho Tutelar, ela ligou para todos os órgãos para saber o que poderia fazer. E o pessoal perguntava: *“Tem provas?”* Pelo amor de Deus, não nos compete ter prova. Não nos compete! Nós somos uma organização que recebe denúncias. Cadê os órgãos que investigam? São eles que têm que investigar as denúncias, não nós. Não nos compete investigar e levantar a prova, não, minha gente. Se não, não precisava de mais nada. Mas somos um sistema, somos parte desse corpo que precisa funcionar, porque crianças e adolescentes estão morrendo, e muito. Morrem moralmente, morrem a cada dia na sua dignidade. Então, foi um absurdo o que aconteceu. *“Ah! Diga o nome do hotel.”* Vamos dizer, sim, às pessoas que devem ouvir. Nós não vamos publicar porque queremos que a pessoa que provocou isso seja punida, porque não foi um caso só. Há relato de mais duas outras adolescentes envolvidas.

Aí vocês me dizem que isso é simples? Não é. Isso é uma rede. A rede da exploração sexual não é visível, não é notória. Ela é bem articulada. Há pessoas envolvidas, há pessoas com muita grana envolvidas nesse sistema.

E a gente fala de exploração sexual que vê a olho nu na Beira Mar, ou em Mangabeira, nos bares de Mangabeira. A gente sabe de todos os pontos de exploração sexual. A gente tem isso através dos Conselhos Tutelares, tem isso através do Ruartes, que é outro órgão que não é citado em João Pessoa, mas é um órgão que tem uma grande responsabilidade também, na articulação dentro da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual. Não só dessa, mas também do trabalho infantil e de todas as outras violações de direito. Ele sabe exatamente quantos moradores de rua existem em João Pessoa, de onde vieram; se são do interior, se são daqui.



A gente fica falando de diagnóstico. Que diabo de diagnóstico a gente quer para fazer as coisas funcionarem? O que a gente quer, na verdade, é discutir casos. É uma rede que vai se articular para discutir casos? Discutir com quem a funcionalidade de cada órgão operador?

E aí eu também trago uma angústia do Conselho de Direitos. Trago porque agora também faço parte desse órgão, do Conselho de Direitos. E a gente estava discutindo: *“Meu Deus do Céu, às vezes parece que a gente não enxerga o que está posto”*. Uma decisão que o Conselho de Direitos toma, o juiz toma outra. Quem está com a razão? Por que não há diálogo entre as partes? Por que a gente é tão prejudicado? Porque quem se prejudica é a criança e o adolescente sempre, quando não há essa interação e essa articulação dentro da Rede.

Eu só queria colocar isso porque, para mim, o ponto-chave é discutir a operacionalização dessas denúncias. Para aonde vão? Qual é a rede de proteção que existe? A família não protege? Então, outra instituição vai proteger.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tente concluir, por favor.

A SRA. THEMIS GONDIM DE OLIVEIRA - A extinção dessa família. Então, ficamos muito preocupados com isso.

As CPIs são importantes, mas elas passam. E a vida das crianças continua, dentro de uma comunidade estigmatizada. E a gente precisa cuidar disso. Então, essa Rede de Proteção e esse sistema precisam funcionar.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Themis, pela belíssima exposição.

Vou passar para Valdênia Paulino, a última inscrita, que é ouvidora da polícia.

A SRA. VALDÊNIA APARECIDA PAULINO LANFRANCHI - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa na pessoa da Sandra e a plateia na pessoa da Daniela. Agora eu aprendi a fazer isso.

Bom, bem rapidamente também parabenizo a iniciativa. As CPIs passam, mas elas são importantíssimas para a gente poder trazer essa temática e seguir. E aí quero endossar toda a fala da Themis e dizer, Themis, que no Estado da Paraíba nós podemos dizer que não temos polícia de investigação. Hoje quem faz a investigação é a Polícia Militar, que está altamente comprometida com a corrupção.



São ainda maiores que estão na ativa, que são donos de empresas de segurança pública, que estão vinculados à vigilância desses hotéis, motéis.

Então, veja, realmente se existe algo que esta Comissão pode ajudar é recomendando ao Governador de Estado, que tem se mostrado muito preocupado com a situação de investir em uma Polícia Civil com quadro e prepará-la para esse trabalho de investigação. Porque a gente sabe que na ponta não vai haver denúncia se não tivermos uma peça de inquérito bem preparada, por mais que todos os procedimentos sejam repetidos na fase processual. Então, eu acho que esta é uma coisa bem séria que nós devemos encarar.

Sem contar que nós sabemos o... Olha o que nós temos de feriado prolongado e feriado neste Estado é algo que no mínimo merecia uma revisão cível. Mas por que eu digo isso? Porque as nossas delegacias, principalmente de interior, não funcionam sábados e feriados. Então, isso tem um impacto direto. Como a perseguição é muito grande, então, o que ocorre? Um dia a mais do fato ocorrido é tempo suficiente para essa família receber um desestímulo para não mais denunciar. Então, ter delegacia 24 horas ou ao menos nos horários comerciais, feriados e finais de semana funcionando é importantíssimo.

E uma ajuda é que existe aqui uma proposta de lei na Assembleia do Estado para mudança de lei da Corregedoria das Polícias do Estado. O Governador está apresentando esse projeto. Nós vamos precisar do apoio de todo mundo, porque, apesar de a Ouvidoria querer fazer um trabalho de denúncia, hoje, infelizmente, elas não são bem sucedidas, porque as Corregedorias estão comprometidas. Então, está aí um apelo.

Queria também pedir um reforço quanto às Corregedorias, porque, por exemplo, um dos problemas é a morosidade dos casos. Digo um caso aqui: a Associação — aí já é uma denúncia — Papa João XXIII era uma associação de famílias acolhedoras. Em setembro do ano passado, 2011, em uma audiência concentrada... E aqui quero agradecer ao Juiz Fabiano, que assim que ouviu as denúncias pediu para que fosse instaurado inquérito policial. Passou 1 ano, e não foi apresentada denúncia ainda, porque o inquérito não foi concluído. Então, no caso, há indícios fortes de abuso.



E aqui chamar atenção da Defensoria Pública, porque todos os órgãos aparecem: Ministério Público, Poder Judiciário. E a Defensoria Pública continua numa zona de conforto. Então, que seja mais proativa nesses casos, porque nessa fase preliminar realmente precisa a Defensoria acompanhar essas famílias e esses casos.

Por fim, queria sugerir ao professor da universidade que as universidades criem cursos de especializações no tratamento de abuso sexual e violência doméstica, como é o caso do CEDES e do núcleo da USP em São Paulo. E investir também nas escolas de conselho. Hoje os Conselhos Tutelares têm um papel importante. E se não houver investimento nessas escolas que possam preparar um pouco mais esses profissionais, quebra, vamos dizer, esse rito de apuração logo na sua raiz.

Então, eram essas as sugestões e esses apelos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada. Muito obrigada, Valdênia, que era a última pessoa inscrita.

Primeiro, vamos estar aqui à tarde também e vamos escutar basicamente os conselhos, Conselhos de Direito, tanto municipal quanto estadual, e também membros da sociedade civil.

Nós vamos fazer outra mesa à tarde e nós vamos colher...

E quando falamos de diagnóstico, nós não estamos falando apenas de diagnóstico da incidência. Diagnósticos são as redes que existem. Diagnóstico é qual a influência do poder público, as ações do poder público para o enfrentamento, como está se articulando o processo de enfrentamento. Então, diagnóstico não é diagnóstico só, porque se você colhe no Disque 100, isso você colhe, e outros dados, não precisaria nós estarmos aqui. Nós queremos ver qual é a rede de enfrentamento que existe, se existem planos, se existem ações, qual é a função do Ministério Público, a função do Poder Judiciário, enfim, para que nós possamos, a partir do diagnóstico, porque nós achamos fundamental o diagnóstico, elaborar políticas públicas e possibilitar o acompanhamento das políticas públicas.

Enfim, eu vou passar para a Relatora, que vai fazer alguns questionamentos. E em seguida eu vou passar para o Deputado Luiz Couto, que tem também algumas questões a serem feitas.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu vou começar com o Dr. Eduardo Varandas, porque ele tem que sair.

Dr. Varandas, eu gostaria de fazer alguns questionamentos ao senhor. O Ministério Público do Trabalho e a Polícia Rodoviária Federal realizaram em parceria a Operação Mitang, que tem como objetivo o flagrante de exploração sexual de crianças e adolescentes. E flagrou vários casos.

E o que falta para que essas casas não voltem mais para as ruas? Há novas operações sendo previstas? A Inspetora Luciana falou que as crianças vão e voltam. O que está faltando para que essas crianças não voltem mais? Ela disse também que agenciadores levam essas crianças. Essas crianças não estão em bordéis. Onde estão essas crianças? Vocês têm como localizar essas crianças? Como essas crianças vão até esses exploradores?

O senhor também, na sua fala, disse que foram feitas denúncias de policiais envolvidos, dando carteiradas para entrar em algumas pousadas. O que foi feito? O senhor teve como identificar esses policiais? Qual o tipo de providências que o senhor tomou?

Outra pergunta: foi impetrada uma liminar pelos empresários desses hotéis e motéis de estradas, que se sentiram lesados de alguma maneira, porque atrapalhavam os negócios deles, negócios escusos. O senhor acha que esse tipo de identificação estava atrapalhando os negócios deles na questão da exploração sexual de adolescentes? Eu gostaria que o senhor me respondesse essas perguntas.

A inspetora falou que as crianças retornam porque têm que manter a família. Vocês visitaram algumas famílias que são sustentadas por essas meninas ou meninos?

Fala-se muito em rede, rede organizada. Nós sabemos que uma rede, quando é combatida, ela se reorganiza em outro lugar. Cadê essa rede? Onde está o serviço de inteligência? O que está sendo feito para se desbaratar esse rede? O que o Ministério Público tem feito? Quais as providências que a Vara da Infância também tem trabalhado em conjunto com o Ministério Público para que essa rede possa ser desfeita? O que vocês estão fazendo junto com todos os atores que defendem os direitos das crianças e dos adolescentes?



Queria fazer também uma pergunta para o Dr. Fabiano Moura de Moura. O senhor falou que a criança não pode voltar para casa, que a criança tem que ser tratada. Mas onde tratar essa criança? Está certo, o agressor está lá, está dentro de casa e tem que ser preso. Não é? O que fazer para não revitimizar essa criança que foi vítima de abuso? Que políticas públicas têm que ser aplicadas? Qual a sua sugestão para esta CPI? *(Pausa.)*

Existem mais aqui. Eu me perdi toda. Existem tantas perguntas aqui. O senhor disse que crianças exploradas não devem ficar em abrigos. O que a Vara da Infância pode fazer no caso do enfrentamento desses crimes? O que vocês estão fazendo para contribuir com o Governo? O senhor disse que falta estrutura, que não funcionam os CREAS. O que vocês fizeram nessa questão para que todos os Estados sejam...O senhor falou que as crianças não são assistidas, não há psicólogos. Como o senhor fez isso? Nesse caso, qual a providência que o senhor tomou contra a Prefeitura? Eu gostaria de saber quais foram as providências.

E também para a Vereadora. O que os Vereadores estão fazendo nesse caso dos CREAS?

A SR. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Antes da resposta, Dr. Varandas, nós vamos passar a Presidência para o Deputado Luiz Couto. *(Pausa.)*

Então, vou passar a palavra para o Dr. Varandas. Eu farei algumas considerações, mas deixarei para fazê-las à tarde. São mais sugestões que nós colhemos aqui, algumas sugestões que vocês fizeram.

Então, vou passar a palavra para o Dr. Varandas, depois, para o Dr. Fabiano.

O SR. EDUARDO VARANDAS ARARUNA - A primeira pergunta foi sobre a parceria entre o MPT e a PRF para criar a Operação Mitang. A finalidade da Operação Mitang é servir de alerta à sociedade para o que está acontecendo. A gente quer mostrar a cara da exploração para o povo, que não quer ver; chamar à responsabilidade a Polícia Civil, que é a Polícia originariamente competente para apurar, no sentido de que dê seguimento aos inquéritos. Então, todas as vítimas encontradas na Operação Mitang são encaminhadas para a Delegacia de Polícia e a gente encaminha o caso à Procuradoria-Geral de Justiça, para encaminhar ao promotor responsável. Na verdade, é uma operação que se instrumentaliza como elemento para chamar à responsabilidade.



A Polícia Rodoviária Federal não abre inquérito para apurar a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Então, as crianças voltam, mas aí o voltar delas não é só um problema jurídico. Não existe no Brasil sistema de assistência social eficiente a essas vítimas. Eu já disse, desde o começo da minha fala, que o grande problema no que se refere à questão da exploração sexual é a miséria, e o País ainda tem uma massa de miseráveis. A menina retorna muitas vezes por quê? Ela não tem o que comer ou, mesmo tendo o que comer, ela tem outras necessidades que não são satisfeitas no seio familiar. Porque as políticas públicas são falhas, omissas e, muitas vezes, são patrocinadoras do próprio crime.

Então, essa é a questão. O retorno é porque não há acolhimento, não há interesse público, não há postura efetiva no que se refere ao tratamento do problema sob o aspecto social e psicológico, que foi o que foi dito por todo mundo aqui, pelo Promotor Marinho, pelo Juiz Fabiano. Elas vão sempre retornar enquanto nós, como Ministério Público ou Poder Judiciário, estivermos apagando incêndio ou enxugando gelo. Esse é o problema.

Questão 2. A questão dos agenciadores; onde estão as crianças; cadê essa rede? Essa é uma pergunta para ser feita ao poder policial. Nós do Ministério Público temos o poder investigatório, é verdade. Mas a estrutura básica da investigação dos crimes no sistema brasileiro está na Polícia. A ouvidora da Polícia falou aqui com muita sobriedade, com muita imparcialidade, que a Polícia está sucateada, que a Polícia Militar tem problemas sérios de corrupção e que a Polícia Civil tem problemas sérios de sucateamento. Poxa, como é que o Ministério Público, o Poder Judiciário, que se amparam no poder investigatório da Polícia, onde deveria ter delegacias abertas em todos os cantos e eficientes, poderão traçar uma radiografia tão precisa dessa rede de exploração? Não há como. Nós estamos apagando incêndio e enxugando gelo. Há um caso aqui, denuncia, há outro caso ali, denuncia. E assim o Brasil vai andando manco e atropelando crianças e adolescentes.

Então, é um problema de segurança pública, e a segurança pública no Estado da Paraíba é negligenciada, lamentavelmente. Então, vamos cobrar do Governador do Estado, vamos cobrar também de outros órgãos de Polícia como, por exemplo, a



Polícia Federal, que, embora não seja competência originária dela, eu, inúmeras vezes, lhe bati às portas e inúmeras vezes recebi um “não” de casos extremamente graves de violação a direitos humanos. Então, vamos chamar o Ministério da Justiça. É preciso que esses órgãos sejam chamados à liça.

Quanto à questão dos hotéis — eu estou sendo rápido para ser prático e tentar responder — e dos motéis, é preciso esclarecer o seguinte: a gente não pode demonizar os motéis. Não é esse o problema. A atividade dos motéis em tese não é ilícita. Eles têm, na verdade, a obrigação de pedir identificação de quem entra e quem sai.

Com o primeiro TAC que nós firmamos, os motéis passaram a exigir só do condutor do veículo. E nós entendemos que tem que ser de todos os que estão no veículo. Gerou uma demanda judicial. E o juiz concedeu a liminar para, por enquanto, até que seja julgado, seja apenas o condutor. Nós continuamos pressionando os motéis, inspecionando os motéis. E o que acontece? Eles alegam... Nós estamos tendo também audiências com os motéis no Ministério Público do Trabalho. O procedimento investigatório continua, independentemente de se a liminar do juiz foi dada ou não foi dada, a lei tem que ser cumprida. O procedimento investigatório na Procuradoria continua.

Tivemos uma reunião na semana passada para tentar uma solução negocial, para exigir a identificação de todos. Eles alegam que perderam 50% da lucratividade — certo? — com o pedido da identidade só do condutor. Então, eles estão com medo de que, pedindo de todos, a atividade seja extinta. Problema que nós temos que verificar.

Motel em tese não é lugar para fazer sexo, é um meio de hospedagem. Então, assim, o instituto já é desvirtuado no Brasil. Ponto 1, certo? Não existe nenhuma regulamentação legal para pessoas irem para aquele recinto fazer sexo. Então, dentro desse aspecto, a aplicar a ferro e fogo o Estatuto da Criança e do Adolescente, que exige que os menores, as crianças e os adolescentes — perdão — , que estejam em meio de hospedagem tenham que ser identificadas, todos os motéis da Paraíba têm que ser fechados. Porque aquela estrutura dos motéis no Brasil não permite a identificação. Porque mesmo que eles exijam de todos os presentes no veículo a identificação, nada impede que a criança esteja escondida no



banco de trás, na mala do carro. Então, a gente vai ter que reavaliar todo o segmento e fechar todos, não é?

Falta só uma, eu acho. *(Pausa.)*

Não. Obrigado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada.

Eu vou pedir que vocês sejam rápidos nas respostas porque nós temos que encerrar 13h15min em ponto, nós temos que sair 12h15min em ponto. Aí o Luiz Couto vai continuar, mas eu e a Presidenta vamos ter que sair, está bom?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou pedir ao Dr. Fabiano Moura de Moura que possa fazer as respostas necessárias. Nós já recolhemos alguns dados que eu acho são importantes, vamos aprimorar outros. Esses dados são absolutamente fundamentais para a gente detectar os nós, que são vários, os nós ou a ausência deles, porque um nó significa atar os diversos atores que estão trabalhando de forma muito pontual. Pontualmente, nós não vamos enfrentar a exploração sexual — penso eu.

O SR. FABIANO MOURA DE MOURA - A senhora conte comigo, até por dever, mas também com muita alegria de poder colaborar para que essas situações possam ter soluções diferentes que a gente tanto espera.

Nobre Parlamentar, três questões foram colocadas e me permitam dizer algumas ideias que nós temos a respeito. Primeiro, me confirme se foram estas três questões: o que fazer para não revitimizar? Fundamentalmente, cuidar desde o processo em que a criança dá notícia. E aí aquilo que nós já apresentamos como um único centro de escuta capaz de permitir que aquela criança, uma vez na primeira notícia a respeito de uma violência, possa ser conduzida e acolhida por um profissional preparado e, se necessário, que de novo seja ouvida por esse mesmo profissional, por essa mesma equipe. Isso na instância do Poder Executivo. Aí nós estamos falando do próprio sistema de saúde. Se for necessária uma escuta mais profunda. Então, por exemplo, com relação aos hospitais; ou seja também a respeito do eixo com relação ao Conselho Tutelar; seja também com relação às delegacias; seja também ao Ministério Público ou à magistratura; ou seja, todos os atores envolvidos tenham um centro — e nós estamos tentando idealizar esse centro de



cooperação —, onde todos vão compactuar o seguinte: em chegando o caso, seja encaminhado para esse único local onde a criança vai se sentir acolhida para poder falar e até também para evitar aquilo que se chama de “falsas memórias”, que são provocadas pelas várias escutas. A nossa ideia é isso.

O que nós estamos fazendo também — uma pergunta apresentada por V.Exa. —, é que nós tivemos capacitação de profissionais para escuta, através do Depoimento sem Dano ou da chamada escuta especializada, na modalidade da entrevista cognitiva dos nossos funcionários. Nós montamos... e ontem, como falávamos também, foi aprovado esse equipamento chamado “Justiça para te ouvir”, um projeto muito simples, de baixo custo, que é um ônibus adaptado para isso, com uma equipe para a qual nós poderemos investir cada vez mais em capacitação, porque a equipe é reduzida e poderá atender de uma só vez o Estado da Paraíba. Essa é uma realidade necessária. E nós também a apresentamos como sugestão para a não revitimização.

A questão do enfrentamento dos crimes é outra situação. A nossa lei de organização judiciária prevê que essas situações tenham um processo nas chamadas varas criminais. Nós propomos — e fica também a título de sugestão — que todas essas situações sejam vistas em Varas de Infância e da Juventude, onde, me parece, existe, até mesmo pela presença, um ambiente mais favorável para que essa criança seja acolhida. Imagino uma vara criminal em que, naquela situação, o adolescente ou a criança vítima dessa situação participe de um ambiente em que, parece-me, em alguns casos seja assustador e possa, portanto, causar algum sofrimento para a criança.

Eu sugiro — e aqui é a nossa luta — que existam varas exclusivas da infância e da juventude. Aliás, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê isso, e esses critérios não foram estabelecidos. Parece-me que apenas existe um número, um percentual de varas exclusivas, de 3% a 5% no Brasil. Uma das soluções, ilustre Deputada, é que sejam criadas varas exclusivas da infância e da juventude em todos os Estados.

Com relação à questão do CREAS — permita-me dizer e até ampliar mais —, não apenas o CREAS, mas toda a estrutura, é difícil imaginar que um Conselho Tutelar ou mesmo um CREAS possa atender à demanda. Nós estamos falando de



uma realidade que já conhecemos, ou que já é conhecida e divulgada pela imprensa da incidência e da ocorrência dessa violação dos direitos das crianças na questão da sexualidade, e nós perguntamos: os equipamentos têm profissionais em número suficientes e estão os equipamentos estruturados de modo a atender a essa demanda? Parece-me que a resposta será “não”.

Se nós temos apenas quatro CREAS aqui e nós temos a realidade de uma incidência maior... João Pessoa, quantos CREAS têm no Estado? Quem pode me ajudar? Eu acho que, com certeza, não vão chegar a dez. Eu estou chutando, mas eu acho que não chega. Mas vamos lá. João Pessoa, quatro. E nós temos uma realidade de apuração. Vejam, só nos três primeiros meses do Disque 100, de 200 casos já repassados pela Presidência dos trabalhos da CPI, quem é que fez a escuta para saber da veracidade dessas ocorrências? Quem está preparado para fazer uma primeira análise se aquilo é falso ou é verdadeiro?

Então, parece-me que fazendo um percurso no próprio fluxo, nós vamos ver uma deficiência em todos os setores. E aí eu proponho a revisão. Como? Eu apresento um equipamento melhor no sentido de, primeiro — eu já falei isso —, com funcionários, com pessoas capacitadas, bem remuneradas e estrutura suficiente de acordo com a demanda.

Tendo conhecimento do que é a demanda, nós poderemos estruturar de uma forma... Porque a minha grande preocupação — e aqui me permitam colocar — é dizer assim: que tipo de assistência foi dada a essa criança? Que tipo de assistência foi dada a essa criança? E, se tivesse essa necessidade, para onde seria remetido, seria encaminhado o processo? Então, nós vamos ver que, se nós considerássemos 200 situações — e nós temos quatro equipes —, considerando que, por exemplo, um acompanhamento psicológico, no mínimo, vai levar algum tempo, nós veremos rapidamente que cada CREAS — me parece tem dois ou três psicólogos — estaria deficitário.

Vai-se buscar isso nas universidades? Em parcerias? Que instrumento é esse? Então, nós sugerimos também essa revisão em todo o fluxo. É o que nós temos. Não sei se atendi, ilustre Parlamentar, às questões de V.Exa. (*Pausa.*) Pronto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada.



Eu vou passar a palavra para a Vereadora Sandra, que também tem uma resposta a ser dada.

A SRA. SANDRA MARROCOS - Eu queria ser bem breve. A Relatora pergunta sobre o que os Parlamentares e as Parlamentares fazem em relação aos CREAS.

Primeiro, eu, particularmente, parabenizo a equipe pela maestria com que tem caminhado. É um equipamento relativamente novo na cidade de João Pessoa. Nós conseguimos colocar quatro e, pela informação que eu tenho, ele tem funcionado, lógico que com as limitações colocadas, até mesmo por conta da política de assistência, com a qual nós temos que dialogar bastante — inclusive o Fabiano traz isso na fala dele.

Mas, em relação ao mandato que a gente representa, é uma parceria e uma parceria inclusive vendo os limites, mas principalmente as possibilidades.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu gostaria...

O SR. FABIANO MOURA DE MOURA - Temos 72 CREAS municipais, sendo quatro em João Pessoa; 20 CREAS estaduais e 72 municipais. Em João Pessoa são quatro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Enfim, eu vou apenas pontuar algumas coisas e passo, então, a fala para o Deputado Luiz Couto, que vai continuar aqui, porque nós vamos ter que nos retirar, e nós voltaremos. Esta audiência vai ser suspensa, tão logo o Deputado Luiz Couto faça as suas colocações e a Mesa possa se expor. Ela retorna. É a mesma audiência, com outra Mesa. Retorna às 15 horas.

Quero dizer, primeiro, que eu depreendo daqui que nós precisamos trabalhar nas medidas protetivas para as crianças vítimas de violência sexual. Eu acho que é correto não tirar e trabalhar na perspectiva do abrigo. Abrigo é uma revitimização, mas trabalhar na perspectiva de retirar o agressor do próprio lar e trabalhar na reconstrução dos vínculos familiares que ficam estremecidos quando se detecta ou quando se desnuda a situação de violência sexual.

Nós estamos trabalhando com uma proposta, na CPI, que seria a possibilidade de convênio entre a saúde e a Justiça para que possamos ter celeridade nos laudos, para que nós não dependamos dos IMLs, mas o atendimento



na saúde, o profissional já tenha a capacitação para poder emitir os laudos e acelerar o processo. As provas, os laudos são provas inconteste, que são importantes para se dar robustez aos inquéritos e possibilitar a responsabilização. Nós vamos trabalhar na perspectiva de assegurar no orçamento. Há uma metodologia do Orçamento da Criança e do Adolescente, o OCA, que ele, inclusive, consegue depreender o investimento nas diversas políticas públicas, que, via de regra, fica diluída nas políticas públicas o atendimento à criança e ao adolescente. Mas nós queremos institucionalizar a metodologia do OCA, do Orçamento da Criança e do Adolescente, e assegurar que, quando não houver a prioridade, os gestores possam ser responsabilizados, porque está na nossa Constituição, que é prioridade absoluta. Isso não pode ser letra morta e o gestor tem que ser responsabilizado.

Nós estamos trabalhando também na perspectiva de impedirmos o financiamento com recursos públicos de eventos onde se constate a exploração sexual de crianças e adolescentes. Portanto, evento de grande porte, eventos que acontecem costumeiramente ou anualmente, detectando ser exploração sexual, que seja impedido o financiamento por qualquer órgão público. Nós vamos levar e trabalhar na proposta do Centro de Escuta, até para que não tenhamos a mesma criança sendo escutada e muitas vezes de forma não especializada com a revitimização, porque exploração sexual provoca uma cadeia de revitimização. A primeira vitimização é a pobreza e a exclusão social. Eu falo da exploração sexual, não da violência sexual. A violência sexual não tem como fator tão preponderante a pobreza e a desigualdade social. A exploração sexual, sim, ela tem. É uma forma de adotar o trabalho infantil em famílias que são de baixa renda. Você joga e a primeira vitimização é a pobreza. A segunda é abrir mão da própria existência humana, é abrir mão do próprio corpo, abrir mão da vida da criança; e, via de regra, a terceira é quando ela não é escutada e ela é culpabilizada, que aqui já foi falado, ela é culpabilizada pelo que a sociedade construiu.

Nós não usamos o termos prostituição infantil, porque prostituição é uma ocupação que pressupõe o discernimento de as pessoas exercerem essa ocupação. Estamos falando de crianças e adolescentes em fases peculiares de sua vida. Estamos falando de exploração sexual, que não se resume à pedofilia, enfim,



porque você tem aqueles que lucram com a exploração sexual, que a exploração sexual se caracteriza, via de regra, pelo lucro ou pelo benefício de terceiros, que não estão diretamente envolvidos na relação.

Nós vamos solicitar, como aqui já foi sugerido também pelo nosso promotor, os dados ao CNJ e também para o Conselho Nacional do Ministério Público. Estaremos inclusive, estamos sugerindo, e já foi aprovado inclusive um requerimento onde nós estaremos com o Presidente do CNJ. Nós estamos solicitando uma audiência com o Presidente do CNJ, onde iremos falar sobre isso, mas nós vamos falar também sobre a decisão do STJ, que é um atentado contra a dignidade humana e a institucionalização da revitimização.

E, por fim, nós também estamos trabalhando na possibilidade de dar estruturas estaduais mais robustas para a Polícia Rodoviária Federal. Ou seja, na área de direitos humanos, que nós tenhamos uma divisão de direitos humanos, que ela possa ter esse processo e essa aditivação.

E dizer o seguinte: tem de cobrar do Poder Executivo. O Poder Executivo é insubstituível. Ninguém substitui a função do Poder Executivo, porque nós estamos falando de responsabilização, mas responsabilização significa que não houve uma política de prevenção. Se nós estamos falando do controle social ou de mudança cultural, o Poder Executivo tem uma função fundamental de desconstruir uma cultura. Quando nós falamos de cultura, não é para criarmos um tapete espesso e jogarmos debaixo dele todas as violações de direito. É para dizer que, se é uma cultura, foi construído. Portanto, pode ser desconstruído, como nós temos desconstruindo a violência doméstica, o sexismo, enfim, tantas coisas que ainda pairam neste País, tão açoitado pelas casas grandes e senzalas.

Vamos passar a Presidência ao Deputado Luiz Couto, que fará uma série de questionamentos. Vamos pedir licença para nos retirar. Voltaremos às 15h com a nova Mesa.

Esta audiência não está suspensa neste momento. Ela continua com a Presidência do nosso grande Deputado Luiz Couto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vamos continuar a nossa audiência, pedindo aos Parlamentares que venham mais para perto. Enquanto



continuamos a reunião, as Parlamentares irão sair porque terão uma entrevista numa emissora de TV.

Na CPI instalada são 26 Parlamentares titulares e um número igual de suplentes. Desses Parlamentares, 11 são mulheres. Temos um número significativo de homens que são defensores de Direitos Humanos, e alguns que estão lá muitas vezes não comparecem, mas na hora do relatório se houver alguém graúdo estarão lá para tentar retirar essas pessoas do relatório. Aconteceu isso na CPMI com nomes de pessoas que estavam envolvidas. Inclusive, um Vice-Governador de um Estado estava lá e os Senadores se juntaram para retirar o nome daquele que hoje é Governador. Era vice na época e agora é Governador.

Então, significa que efetivamente há uma cumplicidade muito grande com relação a essa impunidade que acontece.

Primeiro, começo com o Procurador Eduardo Varandas. Quero primeiramente parabenizá-lo. Digo que aquele caso de Sapé foi emblemático, no sentido de uma ação articulada em que estavam presentes o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Polícia Judiciária e o Juiz. De fato, depois que se identificou uma rede que funcionava, qual foi a reação? A reação foi de desqualificar a ação daqueles que investigaram ou que denunciaram. Essa é a prática que normalmente acontece.

Há uma passagem na história da Igreja que diz que quando João Evangelista estava preso na Ilha de Patmos, todos os dias ele chamava as pessoas que estavam lá presas e dizia uma única frase: *“Filhinhos, amai-vos uns aos outros; jovens, amai-vos uns aos outros”*. Um dia foram reclamar dele: *“Por que o senhor não muda o seu discurso? Todos os dias você repete o seu sermão”*. Ele disse: *“Quando vocês começaram a cumprir isso, eu deixo de falar”*.

Ou seja, é isso que deve acontecer. Quando começarem a tomar as providências, vamos deixar de falar disso. Vamos falar sobre outras coisas em que não foram tomadas as providências.

Em relação aos que estão presentes nessas investigações que vocês têm, e claro que muitas vezes não é da competência, se já encontraram casos de pedofilia via Internet, ou de pessoas de redes aqui trabalhando?



Parece que há um caso na região do Brejo de meninos que eram levados para a Itália, como tráfico de seres humanos. Prometiam que lá seriam modelos, mas não era isso que acontecia.

Essa questão da pedofilia via Internet é algo que tem crescido muito. Queremos, inclusive, que o representante da Polícia Federal diga alguma coisa sobre esse aspecto.

Foi colocada aqui a presença de policiais dando suporte ou proteção a alguns agrupamentos ou algumas redes, pousadas e hotéis que são utilizados para a exploração. Isso o Varandas colocou. Se também nessa situação que vocês identificam como agenciadores, há também os protetores que ficam por trás desses agenciadores, ou que muitas vezes são pagos para que não façam nada contra esses agenciadores. Vocês já conseguiram identificar essa situação?

Depois, outra coisa que gostaria de perguntar é que parece que está claro a relação entre exploração sexual, a questão da criminalidade, a impunidade. Essa é a fala do Alley Escorel.

Pergunto, Alley, sobre essa situação das denúncias que foram feitas. Há casos, inclusive, que muitas vezes não dependem de vocês. Por exemplo, para denúncias que foram feitas, muitas vezes membros do Ministério Público deixaram de dar prosseguimento à ação porque houve uma interferência do Poder Executivo, do Governador ou de membros do Judiciário para que aquele processo não ocorresse, o caso de violência sexual, de exploração sexual. Pergunto se nessa situação acontecem também essas interferências, muitas vezes mesmo quando vocês não aceitam. Mas há aqueles telefonemas, “olha, é meu amigo”, porque aconteceu na CPMI.

Na Paraíba eram 250 pessoas envolvidas de alguma forma. Como havia gente de um lado que estava no poder, e havia gente de outro lado que estava na oposição, fizeram um acordo para não se divulgar nada. E aí colocaram a culpa na Comissão, em vez de procurar fazer isso. Essa interferência é um elemento que faz com que a impunidade continue, porque as pessoas dizem que têm costa larga, têm proteção e por isso não vai acontecer nada — vamos continuar explorando crianças e adolescentes.



O cara lá que abusou sexualmente, um pedófilo, pode ser preso, mas na maioria aqueles que são clientes e que pagam por isso, normalmente esses nunca são presos.

Uma prova é que na CPI em que fui Relator na Assembleia Legislativa, naquela época eu denunciei três Deputados Estaduais. Aí me chamaram para uma reunião e disseram: “Olha, se você não tirar o nome daqui...”. Eu disse: Olha, eu não posso tirar, porque não fui eu. Isso é um depoimento. Registramos o que está no depoimento. Vocês vão contestar depois.

Disseram que iriam fazer Comissão de Ética contra mim, que iriam me expulsar do poder, que iriam cassar o meu mandato. Eu disse: Cassem, mas eu não vou retirar.

Quando o relatório foi a público, eles entraram com oito processos contra mim. Todos foram arquivados, porque, na realidade, eu estava exercendo uma função como Relator e aquele relatório aprovado não era mais um parecer do Deputado Luiz Couto, era um relatório oficial do Poder Legislativo Estadual.

Nesse aspecto, verificamos que há interferência, muitas vezes. Eu me lembro de que, numa CPI em que um policial civil era denunciado, um desembargador telefonou para dizer: *“Como é que vocês estão fazendo perseguição política com esse policial, que é um homem de bem, que não tem nada?”* Fomos ver a ficha dele, e vimos que havia um bocado de coisas que não eram de um homem de bem, até punição por porte ilegal de armas e por outras coisas. Não era tão homem de bem, como falava aquele desembargador, que não está mais na ativa.

Marinho, eu quero dizer para você que você tem desde sempre isto, já naquela CPI, quando você estava lá em Boqueirão. Começou lá. Quando você começava a levar as coisas para frente, diziam: *“Olha, você tem que ir para outro lugar.”* Você é um homem que muitas vezes fica na insistência, na persistência, não muda essa forma de trabalhar, mesmo quando tentam retirá-lo: *“Não, você vai ser promovido, vai para João Pessoa.”* Mas, depois, quando você começou a pegar uns processos em que havia algumas figuras, colocaram você lá para aquela região.

Mas é assim mesmo. D. Helder dizia: *“Não será a maioria que fará as grandes mudanças, serão as minorias abraâmicas as responsáveis pelas grandes mudanças.”*



É preciso acreditar nessa situação. Então, eu o parabenizo.

Agora, eu queria que você falasse mais sobre aquela decisão da Ministra do STJ. Aqui na Paraíba, quando daquele caso da exploração sexual de crianças e adolescentes na região de Patos, das redes, lá foram condenados; quando chegaram a uma câmara aqui, o Relator me disse aquela mesma coisa que a Ministra disse lá, ou seja, que a menina não era mais virgem e que iam porque queriam. Na realidade, parecia que era uma lição aplicada. Espero que agora isso não se aplique mais, porque mudou a legislação. Tenho certeza de que vamos levar para a prisão aqueles que exploram.

Quero perguntar outra coisa a você, com relação a essa situação das chamadas festas fora de época, como carnaval fora de época, São João e São Pedro — até tem um nome, “João Pedro e Companhia” —, em que efetivamente já tem a turma preparada, com uma relação e tudo o mais. Você levantou essa questão das bandas e tudo. É fundamental que possamos enfrentar essa situação.

Luciana, acho que nesse aspecto é importante o trabalho que vocês fazem, e quero parabenizá-los por isso. Vocês estão fazendo isso porque têm como princípios não apenas a defesa dos direitos, mas também o combate às violações a esses direitos. Isso é importante nessa situação toda que acontece, com esse aumento de casos.

Você disse que pode ter havido um aumento porque havia um olhar mais apurado e a presença maior daqueles servidores, mas de fato isso tem acontecido em outros Estados. É aquela velha história: quando é denunciado, há uma espécie de abafamento, de paralisação, mas, depois que a memória fica embotada, depois que se esquece de tudo, volta tudo com mais força.

Você falou de gente que já na sexta vez estava lá: voltava, tirava e voltava. Esse é um elemento que chama a atenção.

Tivemos um caso lá em Belém do Pará, onde havia um bingo, e o bingo era de gente até das Forças Armadas, que estava lá. Qual era a prenda? Era uma adolescente virgem, que era leiloada. Na realidade, isso mostra que, de fato, há uma...

Uma vez, dissemos para um Senador lá do Maranhão o seguinte: *“Olha, o senhor não pode fazer isso. O senhor não é nem membro daqui, e vem aqui insistir*



para se tirar o nome dessas pessoas.” E ele respondeu: “Vocês parecem que não gostam dessa fruta!” Eu disse: “Sua mulher não deve ter gostado de o senhor ter desfrutado dela, porque é um desrespeito. O senhor trata assim: joga fora.” Na realidade, o povo depois decidiu fazer que ele não retornasse mais, cassou o mandato dele.

Nessa questão, Luciana, alguma vez houve a identificação de alguns agenciadores? Vocês sabem que existem, mas não houve a presença? Ou vocês solicitaram à Polícia ou ao Ministério Público que investigassem essa questão dos agenciadores, dos que estariam por trás desse agenciamento?

Dr. Fabiano, também quero parabenizá-lo por isso. O senhor fala uma coisa e assume — porque, às vezes, quando se acusa, as pessoas querem negar. O senhor assume que, de fato, o sistema precisa ser revisado. Ou seja, há uma inoperância, não das pessoas: é porque o sistema, como está, não mais dá condição de enfrentamento. Eu queria colocar essa situação e mostrar que é importante que possamos enfrentá-la.

Pergunto a todos vocês se de fato, nessa relação de exploração sexual de crianças e adolescentes, do turismo sexual, do tráfico de seres humanos — e já está comprovada essa relação —, se vocês também encontraram nessa relação o tráfico de drogas: adolescentes que eram usadas para exploração sexual também eram usadas para serem aviões do tráfico de drogas. Indago a vocês se identificaram essa relação ou se nas denúncias feitas aparece também essa vinculação.

Acho que era isso. A Sandra não está aqui. Esse aspecto, gostaríamos que agora vocês o comentassem. Já que os dois não falaram naquela primeira rodada, passamos a palavra ao Alley e ao Marinho Mendes, depois à Luciana e ao Dr. Fabiano.

O SR. ALLEY BORGES ESCOREL - Deputado Luiz Couto, quanto à colocação da existência de policiais ou envolvidos nesse sistema de exploração, confesso que pelo menos ao meu conhecimento não chegou um caso. Existiu, aliás, um único caso. Eu solicitei inicialmente ao próprio setor da Polícia que o averiguasse, e a resposta foi negativa. Não satisfeito, solicitei uma investigação ao setor de inteligência do Ministério Público, e também nesse caso não foi comprovado.



Relativamente à questão de interferência, eu não sei. Existe um adágio popular, uma frase que aprendi muito cedo: “*A formiga sabe a folha que come.*” Confesso que, em toda a minha vida profissional, nunca tive nenhuma forma de abordagem, nem sob o ponto de vista de oferecimento de vantagem nem de intimidação.

Confesso que, em toda a minha vida profissional, eu nunca tive nenhuma forma de abordagem, nem sob o ponto de vista de oferecimento de vantagem, nem de intimidação ou interferência, porque é até pior. Realmente, não tive.

O senhor também solicita informações quanto a se houve alguma associação de denúncia com relação a drogas. Infelizmente, existe. A droga hoje, se assim se poderia chamar, seria aquilo que chamo câncer social. O aumento da criminalidade está envolvido com o aumento do consumo de drogas. O maior número hoje de assassinatos e homicídios de crianças e adolescentes tem grande correlação com as drogas também. E não poderia ser diferente essa relação dessa troca ou desse comércio, dessa exploração envolvendo também droga.

Com certeza, a grande dificuldade nossa hoje, Deputado, é às vezes a falta de um banco de dados e de uma qualificação para que a gente trabalhe em cima de dados mais efetivos, para afirmar. Mas afirmo, sem sombra de dúvida, que há uma correlação, sim, da exploração sexual com a droga.

Há algo interessante também para lhe colocar, Deputado Luiz Couto, me permita — e desculpe-me, às vezes, quando lhe chamo de padre, pois não consigo dissociá-lo da figura do sacerdócio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É claro que sou, e sou com muita honra.

O SR. ALLEY BORGES ESCOREL - Até tive o prazer de ter o Padre Luiz Couto celebrando o meu casamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Por isso ela é bem feliz!

O SR. ALLEY BORGES ESCOREL - Exatamente! (*Risos.*)

Deputado Luiz Couto, há um dado interessante nessa questão da exploração e até do abuso: nunca, nunca chegou ao conhecimento da Promotoria, do Ministério Público, um único caso, só um, que envolva abuso sexual ou exploração na classe média alta. Será que não existe? Exploração, não sei; mas, com certeza, abusos



existem. Ganhou a mídia nacional o comentário a respeito de Xuxa, o depoimento dela, e tantas situações. Os dados que temos, tanto da questão da exploração quanto do abuso, são dentro da classe hipossuficiente economicamente. Vão denunciar, falam mesmo, o vizinho denuncia... Infelizmente, na classe alta há um verdadeiro pacto de silêncio, de impunidade, e a gente não tem hoje nenhum dado, uma única denúncia. Volto a dizer, não existe um único caso de denúncia de exploração sexual ou de abuso na classe alta.

Infelizmente, ocorre aquilo que foi colocado também aqui pelo Dr. Fabiano: é uma luta nossa. A grande dificuldade hoje, Deputado Luiz Couto, é ver que esta rede não funciona. A gente tem consciência da fragilidade dela e da desarticulação, como ela atua. O Dr. Fabiano mencionou aqui algo em relação aos CREAS: poucos são os números de casos que chegam aos CREAS, um paradoxo de 200 para 15. O que aconteceu com os outros? Será que os outros todos não foram comprovados? Será que todas as denúncias foram infundadas? E a gente vê essa total desarticulação na apuração disso, não só na questão protetiva.

E volto, para também não me alongar muito, a essa divisão que existe e que o Fabiano mencionou: há uma total separação da nossa área de atuação protetiva, que é a nossa, a minha, a do Dr. Fabiano — a do Marinho talvez não, pois atua nas duas, não sei —, da parte de responsabilização penal. A gente não sabe nada. Há um abuso sexual. Vai ser instaurado o inquérito; isso, depois, vai lá para as varas criminais, e a gente não sabe mais de nada. Se esse abusador for solto por um *habeas corpus*, a gente não sabe nada, até para proteger a família. Há uma total separação hoje da Justiça, que não trabalha... Aí defendo o que disse o Dr. Fabiano, A gente defende que esses crimes praticados contra crianças e adolescentes também ficassem na Vara da Infância e Juventude, para que a gente tivesse uma ideia tanto da responsabilização do agressor como também da proteção à criança e ao adolescente que é vítima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

Com a palavra o Dr. Marinho Mendes.

O SR. MARINHO MENDES MACHADO - Falando sobre influências externas, eu acho — parabeno o Alley e quem nunca sofreu — que o costume deste Brasil velho é a conversa de pé de ouvido, telefonemas, intimidações de todo jeito, com



ações. A quantas ações não já respondi? Representação em todos os espaços. Hoje, no Ministério Público, não, mas, até bem pouco tempo, tinha Procurador que pedia. Mas já faz tempo do passado; a nova visão é diferente. Mas se sofre, sem dúvida nenhuma.

Ano passado nós conseguimos, com muito custo, um mandado de prisão para prender um menino que estava sendo acusado de estupro de 3 meninas de 12 anos, 3 adolescentes de 12 anos. Mas, olha, não se passaram 8 dias, foi revogado, e fizeram uma carreata na cidade — o povo. No dia da audiência de instrução, as meninas e as famílias sumiram. Eu perguntei: *“Cadê as vítimas?”* Disseram: *“Pagaram as passagens de todo o mundo, mandaram para o Rio de Janeiro, deram uma casa a cada uma”*. E o interessante: a cidade toda lá solidária, solidária com o menino. A cidade toda... Malvisto! Então eu sou uma pessoa profundamente malvista porque eu vou, enfrento. Essa história de dizer que tem uma rede, não está identificado... Meu amigo, tem alguém falhando aí, tem alguém falhando.

A história dos abrigos. Poxa! Eu vou a casa e vejo. Entrei com uma ação agora de destituição do poder familiar de um casal, D. Sônia, até minha amiga. São 6 filhos. Ela faz sexo na frente das crianças. O marido dela é idoso, e ela tem outro companheiro. Então, o idoso mora na cozinha — a casa é de um quarto. Poxa! Não há possibilidade nenhuma nesse momento de se colocar as crianças numa família substituta, não há. E vamos botar onde? Aí vamos abrir mão das instituições?! As instituições podem estar erradas, mas neste momento é o único lugar onde se pode.

Poxa, eu conheço a realidade. Esses dias, um menino foi acusado de violentar outro. Fomos lá na casa dele. A mãe estava embriagada; o pai, portador de deficiência mental; uma pobreza daquelas de doer. Nós vamos botar esse menino onde? Tudo bem, o agressor está preso. Aí o menino vai dizer: *“Onde?”* Aí é muito fácil dizer: *“É depósito, é isso, é aquilo”*. Não tem. Onde nós vamos botar? Aí vai o CNJ, lá em Brasília... Então, essas teorias sentimentais são muito importantes academicamente, mas vá lá para a ponta, vá lá na casa onde está acontecendo o horror. Bota o pé no chão.

Então, uma das críticas que eu faço eu faço à minha instituição. Quando eu faço à Justiça, eu não faço aos juízes; eu faço críticas institucionais, porque o atendimento é péssimo. Tem rapazes aí e moças do Ministério Público, da Justiça



que vão lá na comarca, correndo, fazem audiência, entram no carro com ar-condicionado e vão embora. Não atendem um miserável, não atendem um excluído, não atendem uma vítima, não atendem nada!

Aqui, esse fenômeno ocorre na Justiça também, doutor, o mesmo fenômeno. Há uma corrida para promoções. Por exemplo, abriu a Vara da Infância e da Juventude de Campina Grande — um exemplo. Aí aquela moça e aquele rapaz que não têm nenhuma vocação, não têm nenhum trato para aquilo, mas querem vir do interior para cá... Aí eles vêm e são promovidos. Aí quem perde?

Então, influências há do poder político, do poder econômico. Eu sou um cara aberto, eu converso com todo o mundo.

“Doutor, eu queria falar com o senhor.” Logicamente, o cara não faz uma proposta... *“Olha, mas fulano é um menino tão bom, filho de fulano; e essa menina é isso, é aquilo.”* A gente escuta isso. Eu escuto tanto do pobre, como do rico, como do político. Eu converso com todo mundo. Por isso é que eu tenho dados, dados demais, porque todo o mundo me diz — me diz no meio da rua, me diz em casa, me diz no fórum. Não tem na Promotoria, não tem. Porque esse discurso é muito bonito. Mas vá à Vara da Infância agora para ser atendido agora, vá ao Conselho. É perigoso não achar ninguém. E, se for às promotorias, a mesma coisa. Porque isso é um sacerdócio, é vocação, é compromisso.

Eu sei que abrigo, instituição não é lugar para criança. Lugar de criança é numa família muito bem estruturada. Isso é no Brasil ideal; mas eu estou lá no Brasil real, miserável, morto de fome. Por isso eu abro a boca aqui, sem muita formalidade, sem muitos cuidados com o rebuscamento de palavras. Eu quero trazer a realidade da forma que está lá.

Eu vou, eu vou. Outro dia fui a uma construção. A menina já estava com a calcinha aqui. Um homem de 80 anos... Está preso. Talvez porque as cidades sejam pequenas, talvez porque eu esteja presente, que eu estou lá de domingo... Eu já vou no dia de domingo, porque tem uns promotores e juizes que... Não sou eu que estou dizendo, é a imprensa. E se você for para... *“Ah, me dê nomes.”* Vá, que o cara vai na terça-feira e já volta na quinta, porque tem que fazer pilates, tem que fazer academia, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo.



E as influências existem. Veladas, invisíveis, não diretas, e tal. Louvo quem está blindado contra isso. Agora, a grande diferença que faz é você ter estatura, envergadura moral para nunca ceder a qualquer tipo desses apelos. Eu sou bem claro para o sujeito, bem aberto. Então, intimidações com processos, com ameaças, com tudo, isso também são influências.

Logicamente, o ideal a gente está buscando, correndo atrás. Não era nem para a gente estar perdendo mais tempo. Já era para... E outras coisas importantes. Mas, infelizmente, tem que ficar patinando, e tal e tal e tal. Mas eu tenho muita esperança de que um dia a gente tenha equipes multidisciplinares em todos os cantos, na Vara da Infância, na Promotoria da Infância, no Conselho Tutelar, no CREAS e tudo, e muito bem remuneradas. Políticas públicas afirmativas, protetivas para retirar, para construção de casa, geração de emprego, geração de renda. Com isso eu também sonho e eu tenho consciência disso, mas eu estou lá e neste momento eu ainda defendo.

Esta semana, doutor, nós teremos uma reunião com os 4 Prefeitos para a gente fazer um abrigo, porque estamos mandando nossas crianças... É impossível. O juiz vai fazer o quê? Vai levar para casa? Vai levar para casa?! Nós fizemos uma mobilização lá para ver: *“Olha, você fique um final de semana com uma criança, com um adolescente desses”*. Com os católicos apostólicos romanos, que aí eu falo do que eu sou, que eu sou católico apostólico romano consciente e esclarecido. *“Fique aí. Eu vou ficar com trombadinha?”*

Lá nós fizemos a escolinha do promotor. Os meninos, coercitivamente... Aí o cara de fora do contexto vai dizer: *“Ó, ele está fazendo uma violência contra os meninos”*. Eu vou buscar os meninos, levo-os para terem aula de música, aula disso, aula daquilo. Há muito tempo que eu venho... *“Vamos fazer uma parceria aqui com A, com B, um projeto Segundo Tempo, de cultura, de esporte, do que for”*. Não aparece. Então, sou muito sonhador, demais. Eu sei disso tudo, mas eu sou real. É muito melhor tirar a criança da família implodida, ou explosiva, e colocar num abrigo — não num abrigo-depósito; estou falando de abrigo, instituição séria — do que deixá-la lá.

Acredito muito, e sou muito — como se diz? — otimista. A gente vai vencer isso aí.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

Com a palavra a Dra. Luciana.

A SRA. LUCIANA DA SILVA DUARTE - Bom, com relação a... O senhor perguntou se, nesse trabalho que nós fizemos, foram identificados agenciadores. Nesse período em que eu estou aqui, nesse período de 7 meses, não. Entretanto, para responder em relação a tempo, a levantamentos anteriores, eu teria que verificar esses dados. Entretanto, esse noticiamento de que esse *modus operandi* já vem acontecendo, eu sei, desde 2007, quando eu trabalhava na Coordenação de Inteligência, que nós consolidávamos os dados relativos a esse mapeamento.

Uma parte que já foi respondida, mas só porque é relevante: nesses locais onde a gente classifica como locais de vulnerabilidade à ocorrência da exploração sexual de crianças e adolescentes, onde a gente encontra o tráfico de drogas, a vulnerabilidade é maior. Então, é assim: parece que um crime atrai o outro. Eu não tenho relatos aqui de crianças sendo usadas como aviãozinho. Agora, a presença do consumo de drogas ou de tráfico de drogas no local aumenta a criticidade para ocorrer a exploração sexual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO MOURA DE MOURA - Ilustre Deputado, eu vou ficar com a resposta e me somar, me aliar àquilo que o Dr. Alley falou a respeito das informações com relação ao processo criminal: que, ainda que hoje a competência esteja não nas Varas da Infância, mas nas Varas Criminais. Portanto, a resposta careceria da indagação dos juízes criminais.

Agradeço a consideração que V.Exa. fez através, a partir do nosso trabalho. Com muita alegria nós temos feito aquilo que nos é possível, mesmo sabendo que precisamos fazer muito mais.

Eu entendo que a função do juiz, como do promotor, é de não se satisfazer com aquilo que existe, mas de fazer valer o que está na lei. Nós temos uma Constituição que estabelece como prioridade absoluta a criança e o adolescente. Nós temos uma Constituição que prevê a proteção integral. Nós temos como normas aquelas que possibilitam isso. E cabe a nós fazer com que os responsáveis por isso cumpram o seu papel, e não apenas ficar arrumando ou entendendo jeitos, que não são jeitos apropriados, para o resultado dessa questão.



Permita-me dizer, querido amigo, mais uma vez, Marinho. O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária prevê o equipamento e, através... Pelo menos um equipamento da chamada “casa-lar”, não abrigo — nem o nome é apropriado —, para determinadas situações. E, principalmente, nós queremos dotadas as chamadas “casa de passagem”, que são as chamadas “casas diagnósticas”. O que é fato é que lugar da criança nunca será num abrigo.

Aliás, os abrigos que nós temos aí, a exemplo de comarcas bem próximas a João Pessoa, são de infringência total aos direitos da criança e do adolescente, que precisam ser revistos. Nós estamos buscando a readequação desses ambientes, para que se possa ter, pelo menos, um nível de dignidade.

O que cabe a nós, eu entendo, ao Poder Judiciário, com a devida vênua, é a reordenação desses equipamentos, mas não para crianças vítimas de violência. Seu lugar é em casa. O que nós precisamos fazer... Aliás, deixe-me fazer uma homenagem e uma consideração à fala de V.Exa., Dr. Marinho, quando coloca a preocupação, além da punição do responsável pela agressão. Que ele possa também ter um olhar no sentido de buscar a sua recuperação diante de uma perversão, assim compreendida essa prática da pedofilia. É para que não torne a voltar.

Então, seja responsabilizado e seja também possibilitada uma revisão dos seus conceitos e de suas práticas. Isso merece também e é uma atitude que devemos ter, uma atenção toda especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Dr. Fabiano.

Agradeço a contribuição feita aqui pelo Dr. Alley, pelo Dr. Marinho Mendes, pela Superintendente Luciana e pelo Dr. Fabiano Moura.

Nada mais havendo a tratar, vou suspender os trabalhos até as 15h, para que possamos prosseguir com a segunda etapa desta reunião.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós temos hoje diversos representantes de Conselhos Tutelares, então, não vai dar para chamar todo mundo para a mesa, mas a partir do momento em que as pessoas forem sendo ouvidas, nós chamaremos os outros para falarem daqui.



Vamos ouvir então um representante do interior, do Município de Bayeux, que irá participar desses trabalhos, porque o de Guarabira não chegou, um outro que está aqui, em seguida vamos ouvir outras pessoas na hora em que forem chamadas. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, nós estamos retomando os trabalhos da audiência pública que teve início na parte da manhã, quando ouvimos, em grande medida, representantes do sistema de justiça, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público da Paraíba, o Poder Judiciário, enfim, e nós agora queremos ouvir os conselheiros dos Conselhos de defesa de direitos, os Conselheiros Tutelares, enfim, também o Poder Executivo, pois também não tivemos a oportunidade de conversar com o Governador. Mas, como já foi dito, vamos chamar o Governador para ir a Brasília para que possa receber das mãos da dos membros da CPI o levantamento que estamos fazendo nesta diligência que está sendo realizada.

Esta é uma diligência feita e construída a partir de um requerimento do Deputado Luiz Couto. O Deputado Luiz Couto é membro da CPI, um membro absolutamente atuante, já participou da outra CPI. *(Palmas.)* E nós queremos aproveitar para agradecer ao povo da Paraíba de ter dotado o Brasil, o Congresso Nacional, de uma pessoa dessa envergadura moral, enfim, dessa capacidade de articulação e do comprometimento com os direitos da criança e do adolescente. Nós queríamos igualmente, inclusive, chamar para a mesa, agradecer à Deputada Sandra Marrocos, que tem nos acompanhado, à Vereadora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se os anjos disserem “amém”, ela vai ser a próxima Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Luiz diz que, se os anjos disserem “amém”, isso será apenas um anúncio que está sendo feito de um futuro próximo, dizendo o nosso Deputado ... *(Risos.)*

Mas, enfim, chamo a Vereadora Sandra Marrocos, que tem nos acompanhado, enfim, com muita dedicação, com muito carinho aqui nos trabalhos aqui no Estado da Paraíba. A Deputada Liliam Sá, que já se encontra conosco, é a Relatora desta CPI de Turismo e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.



Eu vou chamar para compor a Mesa — nós não temos uma mesa muito ampla, nós não vamos poder, talvez nós chamemos as pessoas para que elas possam fazer as suas falas e para que elas possam voltar para os seus lugares. Nós não temos espaço suficiente para que todas possam estar conosco aqui à mesa.

Mas eu vou chamar para compor a Mesa a Sra. Maria Aparecida Ramos, que é Secretária de Desenvolvimento Humano do Estado. (*Palmas.*) É um prazer tê-la aqui. A Sra. Sônia Carvalho, que é Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (*Palmas.*); a Sra. Liliane Belarmino, que é Coordenadora do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de João Pessoa (*Palmas.*); o Sr. Josivaldo Farias de Albuquerque, que é Conselheiro Tutelar de Bayeux (*Palmas.*); o Sr. Carlos Antônio Ribeiro, que é Conselheiro Tutelar da Região Norte (*Palmas.*); o Sr. Tenente Josivaldo Leite de Oliveira, que é do 4º Batalhão da Polícia Militar de Guarabira (*Palmas.*); o Sr. Lenon Jane Fontes de Souza, Presidente do Conselho Tutelar da Região Sul de João Pessoa (*Palmas.*); a Sra. Sandra Rodrigues, Conselheira Tutelar do Sudeste (*Palmas.*); e o Sr. Vinícius Fernandes Araújo, Conselheiro Tutelar de Mangabeira. (*Palmas.*) Nós também queremos chamar aqui para representar o Município, o Secretário Antonio Jácome. (*Palmas.*)

Eu gostaria de mais uma vez agradecer ao Presidente desta Câmara Municipal, o Vereador Durval Ferreira, que, de forma absolutamente generosa e gentil, nos acolheu nesta Casa nos dotando de todos os recursos humanos e materiais necessários para os bons trabalhos, o bom desenvolvimento dos trabalhos da nossa CPI. E apenas reafirmar que nós estamos aqui com a Deputada Liliam Sá, que é do PSD, do Rio de Janeiro, que é Relatora desta CPI, e o Deputado Federal Luiz Couto, que aqui já foi falado que é o autor da iniciativa desta audiência pública.

Como temos uma Mesa que tem uma participação maior do que foi na parte da manhã, e como nós achamos que as pessoas que quiseram falar foram prejudicadas pela premência do tempo, nós vamos diminuir o tempo de fala dos componentes da Mesa. Nós vamos estabelecer um tempo de 8 minutos para cada um e cada uma de vocês que quiserem fazer o uso da palavra para depois colhermos as inscrições das pessoas que estiverem com intenção de falar, de contribuir com o debate ou de fazer qualquer tipo de questionamento. Nós vamos



oferecer o tempo de 3 minutos para as pessoas que estiverem com a intenção de se inscrever para poder contribuir com o debate.

Ao final das falas, vamos passar a palavra à Relatora para que ela faça os questionamentos e as considerações que sentir necessárias para consolidar ou, enfim, fundamentar o seu parecer. E passamos para os membros, os Parlamentares, para que também possam fazer uso da palavra. Então, está claro o procedimento? Oito minutos para cada componente da Mesa. Em seguida, nós abrimos para as pessoas que quiserem se inscrever por um prazo de 3 minutos, e passaremos a palavra para a Relatora para que, sem perda de tempo, faça suas considerações e os seus questionamentos. Passamos a palavra aos Srs. Parlamentares e ouviremos as respostas às perguntas que lhe foram feitas. Em seguida, caminharemos para o encerramento. Claro?

Então, portanto, vamos começar. Nós vamos dar a palavra para os membros da Mesa, antes, porém, nós gostaríamos de lembrar que as pessoas que quiserem fazer qualquer tipo de denúncia e tiverem qualquer tipo de receio em serem identificadas ou de serem visibilizadas, nós estamos colhendo, e já vamos fazê-lo no dia de hoje, mas nós estamos colhendo depoimentos em caráter reservado, assegurada a intenção e a vontade dos depoentes da preservação do sigilo, assegurado, portanto, o sigilo. As pessoas que quiserem fazer depoimentos e não se sentirem à vontade, se sentirem constrangidas para fazê-lo de forma pública, nós estamos assegurando o sigilo de todos esses depoimentos.

Apenas peço a vocês, se porventura quiserem anotar o Disque CPI da Exploração Sexual para que vocês possam fazer contribuições, sugestões, proposições de marcos legais, proposições de políticas públicas, denúncias, que vocês possam utilizar esse Disque como um canal aberto de diálogo com a própria CPI. O número é 0800-619619, 619 duas vezes, então, 0800-619619. Esse é o disque da CPI. Então, quem quiser fazer denúncias, apresentar sugestões, apresentar propostas, propostas de políticas públicas, de legislação, enfim, contribuições, comentários, enfim, sugestões, nós queremos dialogar com todas e todas porque sabemos que o sucesso desta CPI está diretamente relacionado à possibilidade construirmos um grande movimento em todo o Brasil para podermos



fazer uma investigação profícua que possa ser um instrumento de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes e também ao turismo sexual.

Então, para dar continuidade, eu vou começar escutando os conselheiros.

Aliás, aproveito para dizer que nós aprovamos, na quarta-feira, o projeto de lei que assegura os direitos trabalhistas e sociais dos conselheiros e unifica as eleições inclusive. (*Palmas.*) Acho que é um marco importante, estabelece os mandatos para 4 anos, estabelece as eleições unificadas, o que vai dar visibilidade, vai possibilitar ações do Estado e do Governo Federal de forma muito articulada. E também asseguramos todos os direitos dos conselheiros, direitos conquistados com muita esperança, mas, sem sombra de dúvida, também com dor pelo povo brasileiro.

Então, eu vou começar pelos conselheiros, que têm a função de aplicar as medidas e que, portanto, têm a capacidade de estar fazendo um diagnóstico não apenas da incidência da exploração sexual, como também dos mecanismos que existem no Estado de enfrentamento a essa exploração sexual.

Então, começando pelos conselheiros, começo pelo Conselheiro Tutelar de Bayeux, na Paraíba, Josivaldo Farias de Albuquerque. O senhor tem o prazo — pode falar da tribuna, se assim o desejar — de 8 minutos.

O SR. JOSIVALDO FARIAS DE ALBUQUERQUE - Boa tarde a todos. Gostaria de saudar a Mesa, na pessoa do Deputado Luiz Couto, do companheiro Luiz Couto. Primeiro, a gente vem falar, enquanto conselheiro tutelar, contente e feliz, sabendo da ação e da aprovação, muito feliz, contente com essa aprovação da emenda a esse projeto de lei, o que fortalece, com certeza, e a gente tem o entendimento do fortalecimento da ação do Conselho Tutelar em nível nacional. Então, a gente fica muito contente e feliz. E eu gostaria de levantar aqui algumas questões que, na verdade, hoje são sentidas como questões relacionadas a algumas dificuldades de conselheiros tutelares, no que se refere a uma ação, à necessidade de integração, de ações integradas, com relação ao enfrentamento da questão da exploração sexual, não só aqui na Paraíba, mas em nível nacional.

No Município de Bayeux — Bayeux é uma cidade com aproximadamente 100 mil habitantes, fazendo parte da Região Metropolitana da Grande João Pessoa —, eu diria que, com características de cidade de interior, mesmo a gente estando aqui tão próximo de João Pessoa — a gente tem algumas características de cidade de



interior —, uma questão que a gente leva em consideração hoje como sendo uma dificuldade muito grande, e é preciso haver ações no sentido de combater esse tipo de questão, é a falta de integração enquanto Região Metropolitana. O que é que a gente tem hoje no Município de Bayeux? Quando a gente toma algumas atitudes de enfrentamento no Município, a gente tem situações em que outros Municípios estão tendo uma verdadeira conexão de exploração sexual, como casos que nós já enfrentamos, que nós já tivemos no Município de Bayeux, como, por exemplo, pessoas que vêm de outros Municípios e que levam as crianças, que levam as nossas adolescentes para desenvolver a atividade da exploração sexual, por exemplo e principalmente, na cidade de João Pessoa. Isso é uma questão grave que a gente considera.

Nós tivemos um caso, e vou relatar só por alto, nós tivemos um caso, por exemplo, de um engenheiro, de uma pessoa de renome aqui na cidade de João Pessoa, que levava, tinha os seus motoristas, que iam exatamente às áreas mais carentes da cidade. Meninas com porte físico dentro dos padrões, bonitas, com altura, tinham dois taxistas aqui na cidade de João Pessoa que iam pegá-las, iam só pegar essas meninas e trazê-las aqui para uma mansão em João Pessoa. Isso há aproximadamente há uns 5 anos, e nós só descobrimos porque uma das meninas foi excluída. Tinha uma de 12 anos que, por não estar dentro dos padrões de porte físico, foi excluída; não recebia as benesses, não recebia os benefícios. Ela ficou com raiva e foi denunciar no Conselho Tutelar. A gente só descobriu por conta disso. Esse caso foi um caso em que, inclusive, essa menina foi muito importante, porque a partir dela nós descobrimos a casa, encaminhamos a denúncia para o Ministério Público na época e foi feito o flagrante. Então, isso é só para a gente observar a facilidade que a gente tem na conexão com os outros Municípios. Então, isso tem acontecido com mais frequência.

A gente acredita que, em outras situações, isso tem acontecido também, mas eu considero que, enquanto há toda uma ação, uma conexão criminosa com relação à questão da exploração sexual, a gente ainda não tem ações em conjunto — por exemplo, com relação à Região Metropolitana da Grande João Pessoa — no sentido de enfrentar essa situação. É preciso que a gente comece a pensar uma conexão nesse enfrentamento. Temos ações ainda tímidas com relação a isso.



Uma questão que eu gostaria de levar em consideração aqui é com relação à questão dos conselheiros tutelares em si. Não é à toa e não é coincidência que, nos Conselhos Tutelares — eu tenho acompanhado algumas questões na Internet —, principalmente nos Conselhos Tutelares mais atuantes, a gente tem situações, não raro, de conselheiros sendo ameaçados de morte. Em Bayeux, todas as vezes — e acho que isso não é coincidência — em que se tinha denúncias de autoridades, de pessoas de renome na cidade envolvidas com exploração sexual, aconteciam casos em que conselheiros tutelares eram ameaçados de morte. Isso aconteceu desde a primeira gestão do Conselho Tutelar em Bayeux, há mais de 10 anos. A maioria aqui deve conhecer e se lembrar do caso do juiz da infância, inclusive com conselheiros tutelares, chegando-se ao ponto de forjar a situação e de colocar droga na casa de conselheiro tutelar para desqualificar a ação dos conselheiros.

Eu considero extremamente importante que se pense, que se comece a pensar na questão da proteção aos conselheiros tutelares, porque são os conselheiros tutelares que estão na ponta, que estão no dia a dia, que estão no enfrentamento direto dessas ações. A gente sabe que, na maioria dos Municípios, existe uma estrutura muito aquém do que a gente verdadeiramente precisa para ter uma atuação mais direta, para ter uma atuação mais coesa no enfrentamento, e eu fico muito preocupado com o número de ameaças que esses conselheiros têm recebido. Em Bayeux, repito, desde o caso mais inusitado, que foi o caso do juiz da infância que foi afastado à época, desde casos recentes de denúncias de Vereadores e de outras autoridades lá, praticamente em todas as vezes em que se recebiam denúncias, se tinham, praticamente ao mesmo tempo, ameaças de morte dos conselheiros tutelares. Então, eu acho que essa é uma preocupação que precisamos considerar e precisamos ter alguns encaminhamentos nesse sentido também, com relação à proteção dos Conselhos Tutelares, não só aqui na Paraíba, não só no caso da cidade de Bayeux, mas em nível nacional.

Era esse um pouco da contribuição que eu gostaria de dar. Eu agradeço.
(*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós já estamos colhendo as inscrições das pessoas que quiserem fazer uso da palavra após a fala dos participantes da Mesa.



Eu gostaria de chamar para fazer uso da palavra o representante do Conselho Tutelar da Região Norte de João Pessoa, Carlos Antonio Ribeiro da Silva.
(Palmas.)

O SR. CARLOS ANTONIO RIBEIRO DA SILVA - Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Luiz Couto, porque nos orgulha muito, como paraibanos, tê-lo lá na Câmara defendendo os mais delicados problemas que atingem tanto o País quanto o nosso Estado.

Com relação ao tema desta sessão, nós, conselheiros tutelares, no dia a dia, encontramos muita dificuldade para atuar no acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas de qualquer tipo de violência, e ainda é mais grave quando se trata de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Eu ouvia o relato do colega que me antecedeu e lembro que, logo quando me iniciei na função de conselheiro, me chegou às mãos um caso de um médico bem famoso daqui de nossa cidade que vivia pegando adolescentes ali na orla marítima pra saciar o seu desejo sexual. E nós encaminhamos essa denúncia pra delegacia.

A imprensa toda tomou conhecimento de imediato e cobrava das autoridades uma atitude. E, pra minha surpresa, na delegacia nós fomos ameaçados de calar a boca, isso por parte da delegada, ameaçando até de me prender se eu continuasse encaminhando essa denúncia contra essa pessoa, pelo fato de ele ser amigo da delegada e por ser uma pessoa de nome aqui na cidade. É claro que essa zoada toda só durou uma semana porque, claro, ele, com o poder econômico que tinha, conseguiu calar tanto a voz da mídia quanto das outras pessoas. Até hoje a gente não sabe o resultado final dessa apuração.

Lembro-me de que fui pra uma audiência ainda, e lá tinha cinco advogados para defender o médico e tinha apenas o promotor pra defender a vítima. E, mesmo assim, cheio de ironias. Dentro da própria delegacia, a delegada, na escuta que tentou fazer a mim, ela colocou a advogada do médico lá sentada para que ouvisse todo o meu depoimento. E eu me recusei a falar com ela na frente de uma advogada que estaria ali pra ouvir o que tinha contra seu cliente. E isso incomodou bastante, porque as ameaças ficaram sendo constantes, até que a mídia se calasse um pouco.



Se não me falha a memória, já faz 3 anos, por aí, e nada de concreto foi feito em favor da vítima. Sei que ela engravidou. Existe a suspeita de que a criança seja dele, e tudo, mas ela continua de pior a pior. Ela se mudou da cidade, mas, judicialmente, ela não teve a proteção devida.

A gente tem também recebido, depois de todos os meios que foram colocados à disposição, denúncias constantes dentro dos Conselhos para serem analisadas, acompanhadas e para serem aplicadas as medidas de proteção. Mas ainda é muito difícil fazer isso. A nossa rede, o nosso sistema mesmo, em si, é fragilizado. E não falo só aqui, no nosso Estado, na nossa cidade, não. Eu acho que isso ainda é em nível de Brasil, que a gente encontra fragilidade quando a gente cobra até do Disque 100 algumas informações mais precisas das denúncias que nos chegam ao Conselho, e não se tem isso também de forma concreta.

Recentemente, nós entregamos um pacote de denúncias aqui infundadas e com dados ao representante do Disque 100 que aqui esteve, pedindo que eles usassem um critério de seleção daquelas denúncias, porque estavam causando dano a um trabalho inexistente, sendo pedido pela Secretaria Nacional.

Quanto às delegacias, aos espaços de atendimento em si de proteção à criança e ao adolescente, existe muita falta de sensibilidade. Nós temos delegacias especializadas na cidade, mas não temos a sensibilidade dos delegados que à frente delas atuam. Eu costumo encaminhar os casos às delegacias com muito receio. Deveria ser o contrário: deveria encaminhar com muita certeza de que a coisa ia andar e que ia ter um resultado positivo, mas, quando a gente chega a uma delegacia, pelo menos a sala que tem lá reservada, Sandra, para a equipe técnica, que deveria estar ali pra atender à criança, ela só está ali e pronto. Na maioria das vezes, quem vai atender e fazer a escuta da criança ou do adolescente que chega ali é a escrivã. Com a delegada, quase nunca a gente consegue falar, a não ser que a gente chegue junto com a imprensa.

Tenho dito isso em alguns lugares, porque, assim, é uma indignação constante de a gente procurar a delegacia pra denunciar esses casos e encontrar essa dificuldade. Na maioria das vezes, a gente faz a denúncia lá, encaminha em paralelo para o Ministério Público, para que o Ministério Público também passe a cobrar das delegadas a agilidade do inquérito policial, porque senão não sai disso.



Para não dizer que tudo está ruim, mais ou menos uma semana atrás nós recebemos um caso de um pai que vinha abusando de uma filha de 6 anos. É uma família que a gente acompanha já há algum tempo, e aconteceu isso dentro de casa. A outra irmã presenciou tudo e chegou pra gente a denúncia. Pela primeira vez, pelo menos dos casos que eu encaminhei à delegacia, essa pessoa foi presa em flagrante. Não sei se vai continuar presa, mas foi presa em flagrante, com a escuta da criança, porque, na maioria das vezes, quando a gente chega à delegacia, nos dizem assim: "*Tem testemunha?*" É a primeira coisa que se pergunta.

Eu entendo que a testemunha de um abuso sexual é quem pratica o ato e quem é vítima. Raramente se tem testemunha de quem está sendo abusado sexualmente, porque, se o cara fosse fazer isso em vias públicas, a gente não teria esse acúmulo de casos aí escondidos e violência contra crianças e adolescentes. Então, o pedido da testemunha, né, e não levar em conta a fala de quem sofreu a violência, eu acho, no mínimo, absurdo, e espero que um dia acabe. Espero que os profissionais que estejam à frente desses órgãos tenham a sensibilidade para ouvir a vítima. Agora, é fazer uma escuta qualificada. Não é simplesmente ouvir ela dizer o que aconteceu, com o medo que ela está ali embutido e, com toda a fragilidade da vítima, dizer: "*Não, isso aí não é suficiente*". A outra dificuldade é esperar o laudo médico que, na maioria das vezes, leva, em média, 15 dias para ser encaminhado a uma delegacia.

Hoje de manhã, foi falado aqui, se não me falha a memória, que está se fazendo uma parceria com a Saúde para que isso seja feito já nos hospitais e se evite causar mais constrangimento à vítima, de espaço em espaço, até que seja feita uma escuta qualificada. Então, essa é outra dificuldade da espera por esse laudo que dura uma eternidade para quem foi abusado.

Então, eu espero que as delegacias especializadas que existem aqui na cidade, no nosso Estado, elas passem a funcionar de verdade 24 horas. Não basta funcionar de segunda a sexta só até às 18 horas. Os casos que a gente pega nos horários posteriores têm que ser encaminhados pra uma delegacia comum. Se a gente já tem encontrado dificuldades da sensibilidade dentro das delegacias especializadas, vocês não têm ideia, quando a gente chega dentro das delegacias



comuns, de como é o tratamento, principalmente para crianças e adolescentes, que já vão ali numa situação de fragilidade total.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Carlos Antônio Ribeiro da Silva.

Eu gostaria de anunciar a presença da Sra. Luza, que é Presidenta da Associação das Profissionais do Sexo da Paraíba, e convidá-la, se assim ela desejar, para que ela venha também compor a Mesa e prestar o seu depoimento. Luza. Então, pronto, anunciando a presença, então, se a senhora desejar fazer uso da palavra, esteja à vontade.

Eu queria chamar, para fazer uso da palavra, o Sr. Lenon Jane Fontes de Souza, que é Presidente do Conselho Tutelar da Região Sul de João Pessoa. (*Palmas.*)

O SR. LENON JANE FONTES DE SOUZA - Bom dia a todos e a todas. Boa tarde, desculpa. Eu saúdo a Mesa em nome do Deputado Luiz Couto, a quem os Conselheiros Tutelares admiram seu trabalho frente à briga constante referente à questão da criança e do adolescente. Parabenizo a Deputada Erika Kokay pelas suas palavras de ontem nessa luta pela regulamentação da função dos Conselheiros Tutelares.

Infelizmente, ainda teve representante nosso, Sandra, Deputada aqui, né, que fez uma palavra infeliz. Quero pedir até desculpa aos demais Parlamentares, que eu acho que você, primeiramente, tinha que avaliar realmente qual é a função do Conselheiro Tutelar pra poder fazer alguma crítica e ir contra aquele texto que estava lá, excepcional. (*Palmas.*)

Eu agradeço a todos os Parlamentares que tiveram o apoio da regulamentação da função de Conselheiro Tutelar.

Na questão do tema da exploração, como Presidente da Associação dos Conselheiros e ex-Conselheiro do Estado da Paraíba e representante no Fórum Nacional dos Conselheiros Tutelares, eu vou me privar um pouco de falar exploração no Município de João Pessoa, mas vou abrir, a nível de Estado, exatamente sobre a exploração sexual.



A exploração e abuso sexual de criança e adolescente está mais caracterizado no Município de João Pessoa. Mas, todo dia, como representante dos Conselhos Tutelares, nós recebemos denúncias de vários municípios do Estado da Paraíba — inclusive hoje recebemos denúncia —, onde estão fazendo dos Conselheiros Tutelares jumentos de carga, porque estão só lá na ponta. O Conselho Tutelar é o órgão principal de defesa dos direitos da criança e do adolescente, a porta de entrada de todas as violações de direitos. O sistema de garantia de defesa, principalmente no seu eixo de defesa, está deixando os Conselhos Tutelares numa situação muito arriscada, perigosa, para apurar o quê? Os abusos e explorações sexuais.

As denúncias chegam aos Conselhos Tutelares. Quando se procura o delegado ou o Promotor ou o Juiz, nenhum deles se encontra na cidade. Nós temos uma comarca de quatro, três municípios, onde, infelizmente, é um promotor, juízes que atendem. Geralmente, há um abuso, alguma exploração sexual no meio da semana. Todos os problemas são levados ao Conselho Tutelar para serem resolvidos. No entanto, não é seu papel resolvê-los, mas, sim, os de abuso e exploração sexual quando caracteriza crime. Quem tem de resolver os demais problemas são as delegacias e o Poder Judiciário, através do Ministério Público.

Então, estamos nessa situação. Passamos por um momento difícil. Conselheiros Tutelares são ameaçados de morte em seus Municípios exatamente por essas situações. Nos municípios pequenos, principalmente, a maioria das pessoas, a sociedade, a comunidade sabe quem são os exploradores. Geralmente são aqueles senhores que têm poder aquisitivo melhor que ficam explorando sexualmente as crianças e os adolescentes numa certa idade. Todo mundo sabe, principalmente os responsáveis pelo policiamento, os delegados. Mas sempre mandam para os Conselhos Tutelares, fazendo-os de vítimas, para apurarem as denúncias de abuso ou de exploração sexual, deixando-os, muitas vezes, numa situação difícil. Mesmo assim, quando fazem o encaminhando para a delegacia de polícia de alguma coisa, eles ficam informando, entregando os Conselhos Tutelares, dizendo que está sendo uma provocação deles, que o papel é deles e ainda pedem a solução daquele problema. E isso acontece muitas vezes. E quando o Conselho



Tutelar exerce realmente o seu papel de aplicar medida de proteção, onde estão as políticas públicas?

Nós temos grandes dificuldades no Município de João Pessoa. Aqui nós não temos políticas para caracterizar, principalmente, adolescente vítima de exploração sexual. Eu tenho colegas nossos, conselheiros tutelares, que, por exemplo, pegaram uma adolescente na orla marítima e, aplicando a medida de proteção, quando foram entregá-la em sua casa, no Bairro São José, ela mostrou ao conselheiro tutelar um bebê, Cida, de 1 ano de idade e perguntou: *“Quem vai sustentar o meu filho?”* A mãe dela estava lá, desempregada também, uma senhora já de idade. O Conselheiro entrega-lhe a adolescente. Na mesma hora, ela voltou à orla marítima, para ser explorada sexualmente. Então, tem que haver uma política pública. Ela está ali assumindo uma situação para dar sustento à família. E não há realmente uma política pública para dar suporte a essas adolescentes que estão sendo exploradas.

No Município de João Pessoa, nós temos o grupo S, do SESC, que criou o Projeto ViraVida, excelente, para onde estão sendo encaminhados adolescentes, inclusive pessoas de até 21 anos de idade.

Portanto, sentimos falta de uma política pública. A exploração e o abuso sexual cresce a cada dia. Vimos, há pouco, pessoas públicas, como a Xuxa, darem seus depoimentos. Todo dia, nos Conselhos Tutelares, chega denúncia de abuso e exploração sexual. É um absurdo. Então, temos que ver onde está esse foco, para começarmos a discutir e combater a exploração e o abuso sexual que todo o dia está crescendo, não só no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, onde os Conselhos Tutelares estão totalmente desestruturados, mas em todo o País.

Através da Secretaria de Estado e a Associação, conseguimos computadores para todos os Municípios de João Pessoa. Através de Cida foram entregues 188 computadores. O contrato que o gestor público fez com a Secretaria foi para dar manutenção aos computadores tutelares. Infelizmente, Cida, nem a Internet eles estão colocando, até mesmo para receber denúncia através do Disque 100. Então, nós temos essa dificuldade. Noutro momento, Cida, vou procurá-la para que façamos uma articulação, a fim de que os gestores públicos tenham compromisso com a causa da criança e do adolescente e façam com que o Conselho Tutelar seja



realmente um órgão de proteção, valorizando-o, dando-lhe estrutura para que atenda da melhor forma possível a criança e o adolescente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Lenon.

Passo a palavra ao José Roberto dos Santos Lira, Presidente do Conselho Tutelar da Região Praia de João Pessoa. (*Pausa.*) Ausente.

Passo a palavra ao Leonardo Macena dos Santos. (*Pausa.*) Ausente.

Então, passo a palavra a Sandra Rodrigues, representante do Conselho Tutelar da Região Sudeste de João Pessoa. (*Palmas.*)

A SRA. SANDRA RODRIGUES - Boa tarde a todos e a todas. Saúdo a Mesa em nome do Deputado Luiz Couto, da Vereadora Sandra Marrocos. Em nome do nosso Colegiado, em João Pessoa, trago uma saudação especial à Deputada Erika Kokay pelo seu gesto de valorização do nosso trabalho e aprovação do PL nº 3.754. Nós somos muito gratos por isso, Deputada. (*Palmas.*) Sinto-me contemplada em várias falas de colegas que me antecederam.

Tenho contribuição a fazer, sim, com a vivência e experiência adquirida nos Conselhos Tutelares, especialmente dos de João Pessoa.

Na verdade, o que há de concreto é a ausência de políticas públicas na área da proteção. Ou seja, é preciso que haja uma articulação de todo um sistema, de toda uma rede e a criação de novas políticas que deem o respaldo necessário para mudar esse quadro, que já foi aqui bem traçado. Então, temos programas que são referência, que trazem um resultado concreto. Mas esse programa não é uma política pública, mas privada, através do Sistema S, que eu trago e referendo com muito orgulho e com muita satisfação.

Temos feito um trabalho de parceria com Conselhos Tutelares de João Pessoa, Ministério Público, CRAES e outras instituições no combate ao abuso e exploração sexual, onde temos como ferramenta o Projeto ViraVida, do Sistema S. Eu o trago como exemplo, dentro das políticas públicas do nosso Município e do nosso Estado, para usá-lo como um norte. Este projeto traz aos jovens a possibilidade de mudança da sua condição, porque não apenas os insere em cursos profissionalizantes, mas também lhes oferece oportunidades que vão além disso, como estrutura psicossocial, pedagógica e de empregabilidade ao final do projeto. É



uma política de ressocialização de fato, para a elevação da autoestima desses jovens. Nesse projeto, eles vão encontrar mecanismos, condições para se enxergarem de maneira melhor e vislumbrarem um futuro para suas vidas. E é isso que faz a diferença, em detrimento da ausência dessa política.

Nós temos a atribuição, no Conselho Tutelar, de auxiliar os gestores nas políticas públicas. E essa é uma forma de estarmos mostrando para esses gestores que existem, sim, condições para que possamos efetivar essas políticas de maneira a fazer a diferença e não de faz de conta. O Conselho Tutelar recebe a denúncia de um abuso e exploração sexual, faz os encaminhamentos, mas, efetivamente, não exercita a política pública, não é quem a pratica, quem a executa. Então, ficamos à mercê e à margem do que realmente funciona e do que não funciona.

Um projeto concreto é aquele onde os jovens têm uma bolsa de estudos, que faz com que os estimule e os atraia para um universo em que eles vão estar saindo de uma realidade, que é a exploração sexual, e sendo gratificados de alguma maneira. Ou seja, esses jovens estarão tendo uma contrapartida. Nesse intervalo em que estão no projeto, dedicando-se a estudos, à profissionalização e a outras temáticas, ressocializando-se, eles têm também essa bolsa que está garantindo, de alguma maneira, a sustentabilidade de sua família. Então, por que não podemos, enquanto Governo, enquanto executores de políticas, estar modelando essa temática como forma de mudança a partir de um projeto como esse? E é isso o que eu trago para as senhoras e os senhores como referência.

Vou dar um exemplo da realidade da nossa cidade. Quando entrevistamos um adolescente que tem o perfil de exploração sexual para encaminhamento ao projeto, numa fala que eu acho que vai ser comum para todos os colegas aqui, ele nos diz o seguinte: *“Eu faço programa, mas isso é besteira. Todo o mundo lá onde eu moro faz também.”* Então, estão entendendo qual é a dimensão dessa realidade? Ela vai além daquilo que conseguimos atingir.

O projeto tem um perfil. O jovem que vive essa realidade tem que ter, pelo menos, 16 anos para ser inserido no projeto. E qual é a nossa realidade? Eles começam a ter essa realidade a partir dos 16 anos? Não, é bem antes disso. Nós temos uma realidade de jovens que, se pudéssemos estar incluindo em programas desse modelo, estaríamos fazendo isso desde cedo, desde muito tempo atrás, sem



esse parâmetro. Essa é a realidade cruel que nós enfrentamos. Mas é uma realidade onde as pessoas, os moradores da nossa cidade, as pessoas que estão inseridas nesse universo não veem outra alternativa que não a de se manter dessa maneira, porque é comum para elas e uma forma de lhes dar sustentabilidade.

Outro, hoje, chegou para mim e falou assim: “*Conselheira, eu gosto de fumar e de beber. Eu não tenho mais 17 anos, então eu posso. Mas a minha mãe é costureira, ela dá o sustento da família e todas as condições familiares fazendo costura. E aí? Eu vou ficar esperando que a minha mãe costure para me dar um dinheiro para comprar meu cigarro e minha bebida? Quando eu estou com o meu grupo, quando eu estou no meu meio*” — no meio em que ele é inserido —, “*eu vivo essa realidade como todos os outros colegas. Então, eu posso fazer isso e ter o dinheiro do meu cigarro, da minha bebida.*” Enfim, é estarrecedor? É. Mas é a realidade que nós vivenciamos.

Então, quis trazer para as senhores e os senhores não só os pontos que já são bastante batidos na história, mas também uma visão diferenciada de política pública que pode fazer a diferença na vida desses jovens. Esta é a minha contribuição. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Uma boa contribuição. Parabéns, Sandra. Obrigada.

Passo a palavra ao Vinicius Fernandes Araújo, Presidente do Conselho Tutelar de Mangabeira, em João Pessoa. (*Palmas.*)

O SR. VINÍCIUS FERNANDES ARAÚJO - Deputado Luiz Couto, Deputadas, Vereadora Sandra Marrocos, conselheiros e conselheiras, amigos pedagogos, assistentes sociais, psicólogas, enfim, todos que abraçam esta causa, sou conselheiro desde 2008. Realmente, conforme disseram os colegas, nós temos muitas dificuldades.

No Município de João Pessoa, tivemos muitos avanços, não posso negar isso. Mas, para as senhoras e os senhores terem uma ideia, de 2008 até o mês de junho de 2012, nós já mudamos de casa três vezes. Onde está a qualidade do nosso serviço? Formação continuada para os profissionais conselheiros, bem como para os funcionários que ali trabalham. Eu não posso ofertar uma qualidade ao meu público se, desde o vigilante ao auxiliar administrativo, não estiverem antenados.



Enfrentamos muitas dificuldades. Tivemos agora uma eleição do Conselho Municipal, pessoas novas, que querem mostrar um bom trabalho.

Acredito que nós, juntos, conselheiros, Conselho Municipal, poderemos virar essa página, mudar essa história. Acredito muito nisso.

A questão das delegacias é uma verdade, as dificuldades do acesso às delegacias. Nem no horário administrativo, muitas vezes, encontramos delegado. Imaginem nos fins de semana, no horário da noite, a sensibilidade, como bem colocou o Conselheiro Carlos, dos profissionais que estão ali para nos atender. Parece até que o conselheiro trouxe um problema.

Uma das questões que acho importante colocar para esta CPI é a do Estatuto nas escolas. Por que ainda não está sendo trabalhado o Estatuto nas escolas? Profissionais que não têm compromisso com a criança e o adolescente muitas vezes recebem as denúncias. Muitas vezes, crianças informam a esses profissionais e esses profissionais se omitem, desqualificando o art. 13 do Estatuto. Isso é grave, gente.

O Disque 100, inicialmente criado para trabalhar na questão da exploração sexual, hoje atende a tudo: briga de vizinho, maus tratos. Isso tem complicado um pouco o nosso trabalho.

O CONANDA recomenda que cada Conselho Tutelar deve atender um público de, no máximo, 100 mil habitantes. É uma recomendação. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sra. Vereadora Sandra, vocês que nos escutam em casa, só a área de Mangabeira se chama Região Mangabeira... Se fôssemos atender só Mangabeira, eu acredito que já estaríamos dentro do que recomenda o CONANDA, Sra. Secretária. Então, atendemos toda Mangabeira, Valentina, Bancários, uma área enorme.

Confesso: não tenho dado uma qualidade como esperava dar e como as pessoas esperam, por conta dessa demanda. A demanda tem crescido. Aí vai uma crítica a todos nós. Temos realizado vários trabalhos — o Ministério Público da Paraíba, o Ministério Público do Trabalho, a Câmara Municipal, ONGs, Conselhos Tutelares —, mas de forma individual. Precisamos sentar e corrigir esse erro.

Fala-se muito na questão da justiça restaurativa. Eu me preocupo que, desde 2008, acompanhando alguns casos de exploração sexual, e muitas vezes por



peessoas que teriam o dever de cuidar e de zelar por essas pessoas, sendo pais, padrastos, tios, outras pessoas... No caso do pai, às vezes se torna até cômodo. O Conselheiro pega a situação, encaminha à delegacia especializada, faz o tratamento de saúde com aquela criança, encaminha ao Ministério Público para destituição do pátrio familiar, poder familiar; o cara, ou o pai, o cidadão às vezes é preso. Quando tem uma certa condição, em 3 meses, 4 meses, você já o vê dentro da comunidade.

E a criança? Fica aqui como sugestão para os Srs. Deputados que precisamos imaginar, criar algo, algum mecanismo para que essas pessoas venham a indenizar essas vítimas. Porque a sociedade espera o quê? Que prenda, o cara vá preso, que chegue lá dentro e sofra consequências. É isso que a sociedade espera. Mas, se a gente for pensar assim, a gente vai estar violando também direitos humanos. Isso é o certo? Não. Ele precisa pagar pelo que fez, mas acredito que a história da indenização é muito importante.

Essa história de criança é o futuro do amanhã, precisamos acabar com isso. Criança tem que ter garantidos os seus direitos hoje. Um país que não valoriza suas crianças, que não valoriza seus idosos... Quem vai ser valorizado nesse país? Precisamos de creches de qualidade. Está lá no art. 54 do Estatuto que toda criança de 0 a 6 anos terá o direito. Meus irmãos, caros Deputados, toda semana a gente vê essa violação. Não temos espaço para os nossos pequeninos.

Educação de qualidade. Eu desafio, a nível de Paraíba ou João Pessoa, um político, um gestor que tenha colocado seu filho numa escola pública. Se tiver, me apresentem. Precisamos melhorar nossas escolas. Precisamos melhorar a qualidade, os espaços públicos dos quais as crianças e os adolescentes precisam. Precisamos preparar esses adolescentes para o mercado de trabalho.

Para finalizar, eu vou entrar na questão do tráfico de drogas hoje, que também tem exploração sexual e também trabalho infantil. Isso é que é o pior. Quando se apresenta, chega ao Conselho Tutelar uma questão de um adolescente ameaçado de morte, muitas vezes nós não temos para onde encaminhar. E, o pior, você sabe o que está acontecendo dentro da comunidade. E por que não fazem nada? Cadê a segurança no nosso Estado? Então, precisamos combater fortemente essa situação.



Queria parabenizar o Deputado, a Vereadora, que muito nos orgulha o serem Parlamentares, e deixar um recado para vocês, àqueles que estão aqui presentes e àqueles que nos assistem. Estamos prestes a uma eleição. Precisamos visualizar e recomendar e votar em pessoas que tenham o compromisso com a criança e o adolescente, porque assim a gente vai só ficar enxugando gelo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Sr. Vinícius.

E vamos passar agora ao Tenente Josivaldo Leite de Oliveira, do 4º Batalhão de Polícia Militar, do Município de Guarabira, PB, que participou, ultimamente, de um ato de... uma casa que estava explorando sexualmente crianças. Ele, como comandante, vai falar sobre isso aqui e também sobre a situação da exploração sexual naquele Município, naquilo que ele tiver conhecimento.

O SR. JOSIVALDO LEITE DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos.

Srs. Parlamentares, demais autoridades, o objetivo da nossa participação nesta audiência pública é justamente relatar a ocorrência policial militar vivenciada no último domingo, dia 10 de junho, em conjunto com o Conselho Tutelar da cidade de Guarabira.

Naquele instante nós acolhemos o clamor de uma mãe que há 3 dias não tinha notícias de sua filha. Ela, desesperada de tanto procurar, teve a notícia, a informação de que essa menor estava em uma casa, essa casa supostamente afeta à prostituição. *Incontinenti*, fomos até o local e lá encontramos essa menor, junto com outra jovem, ambas daquela cidade, que estavam nesse local e diziam estar ali apenas para se divertirem, diversão essa com bebidas alcoólicas, acompanhadas de outros dois menores, menores contumazes perturbadores da ordem naquela região. Inclusive, foram encontrados com os mesmos dois armamentos, um revólver calibre 38 e uma pistola de uso restrito do Exército brasileiro, de calibre 9 milímetros. Infelizmente, a responsável pelo local não foi encontrada; não foi encontrada, infelizmente. Então, os menores foram encaminhados à autoridade policial, juntamente com o armamento.

E esse fato, realmente, de fato, trouxe muita preocupação, ganhou grande repercussão na cidade e região. Até então, não se tinha esse apontamento, essa indicação dessa exploração nesse local, na nossa cidade. Isso trouxe essa



preocupação. Investigações foram envidadas, foram realizadas no afã de poder exterminar, que fatos como esse não acontecessem na nossa cidade.

Por fim, eu quero asseverar o compromisso, o apoio e o interesse da Polícia Militar, irrestrito, o apoio irrestrito em poder combater e estar nessa luta para evitar que crimes, que a exploração sexual possa acontecer em nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós gostaríamos de agradecer a presença e parabenizar a atuação do Tenente Josivaldo Leite de Oliveira.

Nós gostaríamos de justificar duas ausências: a ausência da Deputada Estadual Gilma Germano, que não pôde estar aqui por motivo de força maior, e da Delegada da Mulher Ivanisa Olímpio de Almeida. Justifico a ausência dessas duas mulheres, que cumprem uma função importante em defesa dos direitos da pessoa humana, em particular da criança e do adolescente.

Nós vamos passar agora a palavra para a Secretária de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba, e já vamos justificar que, logo após a sua fala, ela terá que se ausentar, porque já se encontra em um relativo atraso para um compromisso que foi assumido anteriormente com o Governo Federal. Portanto, eu passo a palavra agora à Sra. Maria Aparecida Ramos de Meneses, Secretária de Desenvolvimento Humano da Paraíba.

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa, nas pessoas da Presidente da CPI, Deputada Erika; da Deputada Liliam Sá; do Deputado Luiz Couto, meu companheiro de universidade; da minha ex-aluna e Vereadora Sandra Marrocos.

Quero cumprimentar o Plenário e, inicialmente, justificar a ausência, que já foi colocada pela manhã, mas eu faço questão de justificar à CPI, que encontrou uma situação atípica. O Governador Ricardo Coutinho está em missão fora do País, o Vice-Governador foi convocado pela Presidenta Dilma e teve que se ausentar do Estado, e nós tivemos hoje a inauguração, a pedra inaugural da AACD em Campina Grande, que é uma instituição fundamental para as pessoas com deficiência, o que nos impediu de comparecer aqui pela manhã, embora a representação do Governo se fizesse presente através de vários profissionais, técnicos, que trabalham na área.



Eu gostaria de afirmar à Comissão que o fato de não estarmos com o Governador — o Governador não ter recebido — em hipótese alguma significa que o Estado não tenha compromisso com a temática. É o inverso. O Estado tem, desde que o Governador Ricardo Coutinho assumiu, a firme determinação de criar uma política de proteção à infância que vá para além do enfrentamento da exploração sexual, envolva a questão do trabalho infantil e da convivência familiar.

Eu gostaria de comentar, fazer aqui um breve diagnóstico do Estado para os nobres Deputados, dizendo o seguinte: nós entendemos que combater a exploração sexual contra crianças e adolescentes é, antes de tudo, combater e enfrentar o problema da pobreza extrema no Estado da Paraíba. Nós somos o terceiro Estado com maior número em pobreza extrema, 613 mil paraibanos vivem nessa condição de insegurança alimentar e social.

E eu gostaria também de dar um dado que eu considero importante aos Deputados. Nós temos 223 Municípios no Estado da Paraíba, dos quais 80% têm menos de 20 mil habitantes.

São importantes esses dados, porque isso impõe ao Governo do Estado, impõe aos que fazem as políticas públicas no Estado da Paraíba uma ação que diz o seguinte: como nós sabemos que hoje qualquer política pública tem a dimensão do território, do Município, esses Municípios que têm 3 mil, 6 mil, 8 mil, 10 mil habitantes ficam fora de qualquer edital e de qualquer convênio ou cofinanciamento do Governo Federal.

Isso nos impõe um problema gravíssimo. Nós assumimos a Secretaria de Desenvolvimento Humano e constatamos que o Estado da Paraíba não possuía, do ponto de vista da assistência, que é o carro-chefe dessa política, um marco legal. Nós não tínhamos pacto federativo, não tínhamos plano estadual de assistência, não tínhamos política de capacitação. Então, no ano que passou, nós tivemos toda uma preocupação em formular, elaborar esse marco legal.

Nós temos uma realidade onde a alta complexidade no Estado da Paraíba inexistente. Nós não temos... Não é só na área da assistência, não é só na área da criança e do adolescente. Faltam também, na questão do idoso, as instituições de longa permanência, a proteção ao idoso, à pessoa com deficiência. Enfim, nós temos um cenário que, no dizer de Gramsci, que é um autor importante nessa



discussão das políticas públicas, é de pessimismo na análise, mas de bastante otimismo nas ações, porque, da nossa parte, da parte do Governo, existe determinação em reverter essa situação. E ela se reverte como? Primeiro, eu quero dizer, com muitos programas, com muito acesso a bens e serviços e com inclusão produtiva por parte das famílias mais empobrecidas do Estado da Paraíba.

Vocês poderiam me dizer: quais são as ações que estão sendo feitas na área da questão da exploração? Nós temos algumas coisas que já estão sendo encaminhadas. Nós temos o plano estadual de enfrentamento da exploração, que foi lançado no dia 17. É um plano que não é apenas do Governo do Estado. É um plano — e aí é o elemento que, eu diria, é o otimismo na ação, porque nós temos uma sociedade civil organizada nessa área, através de fóruns, de entidades, de organizações. Então, esse é o elemento positivo.

O que nós temos mais a oferecer? Nós temos uma perspectiva de ação transversal. Essa é uma questão não de uma secretaria. Ela é uma questão de Estado, então ela envolve uma ação transversal da segurança, da saúde, do turismo, da educação.

Nós temos feito na área da assistência. Nós hoje já temos o Portal Paraíba, que é um elemento importante na divulgação da discussão sobre a criança e o adolescente; o fortalecimento dos Conselhos Tutelares através da Escola de Conselhos: nós temos um programa em que formaremos até o final do ano — não é isso, Mayara? —, até julho, 950 Conselheiros Tutelares. Este aqui é um momento importante. Nós temos também todo um trabalho no Legislativo. A Deputada Gilma Germano tem um projeto de lei que foi aprovado, o 564, que prevê ações nessa área. O monitoramento nós precisamos fortalecer.

E o que os Conselheiros falaram aqui é bem verdade. Nós não temos, no Estado da Paraíba, a questão do monitoramento e do trabalho em rede. Aos CREAS, que são 92, dos quais 72 municipais e 20 estaduais, falta essa relação com o Conselho Tutelar. Os casos precisam ser referenciados. Precisamos, do ponto de vista da tecnologia, utilizá-la no sentido de que esses casos estejam imediatamente interligados. Qual o papel que cabe ao Estado? O monitoramento, o acompanhamento, e isso precisa ser feito de forma mais efetiva. E algumas ações já estão sendo articuladas nesse sentido.



Estamos implementando também, com o Ministério Público, que tem sido um parceiro fundamental, o PPCAAM, que é a Política de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Então, essa é outra coisa importante.

Agora, entendendo que essa é uma política de territórios, de Municípios, nós precisamos mudar a cultura, no Estado da Paraíba, de muitos gestores municipais que não querem inclusive os serviços quando eles são ofertados.

Então, eu gostaria de terminar minha fala dizendo assim, que muito tem sido feito na área dos CREAS regionais. Para você ter uma ideia, Deputada Erika, os CREAS regionais, que são importantíssimos no recebimento das denúncias e na articulação da rede, no Estado, sequer possuíam veículos, e a ação imediata do Governo foi a compra de veículos para todos os CREAS para que eles possam referenciar os Municípios, acompanhar os casos, colocar telefone e Internet, que é o mínimo de serviço que pode ser oferecido aos profissionais.

Eu gostaria aqui de deixar a certeza para a Comissão de que o projeto que está colocado hoje para o Governo do Estado só terá êxito se nós enfrentarmos, de forma decisiva, não apenas a exploração, mas sobretudo a questão da proteção à infância na Paraíba. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu queria dizer que, para este ano, nós apresentamos uma emenda para fazer com que os nossos Conselhos Tutelares possam ter uma estrutura, o chamado *kit*, que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos está realizando, está fazendo o pregão. Com a emenda que nós colocamos de 450 mil, só dá para a gente atender a 15 Conselhos, porque o *kit* é um carro, uma impressora com computador e mais um bebedouro para que, de fato, as pessoas tenham. Vamos colocar para o próximo ano uma nova emenda para que cada Município possa ter essa estrutura para poder funcional. Às vezes vem a denúncia, e não há sequer um carro para investigar lá, para procurar. Nesse sentido, nós estamos também trabalhando nessa questão. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu vou... Antes de a senhora se retirar, porque é a única representante do Poder Estadual, do Executivo Estadual, e nós precisamos fazer algumas perguntas porque, sem o Poder Executivo, nós não conseguimos aparelhar a Polícia, fazer bons inquéritos, não



podemos responsabilizar e não temos como atender às crianças vítimas de violência nem de enfrentar, de fato, a exploração sexual.

Então, eu vou passar a palavra para a nossa Relatora, Deputada Liliam Sá, para que ela possa fazer as suas indagações e as suas considerações.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Cida, desculpe, eu sei que você tem que sair, mas você estava falando que o Estado vive em extrema pobreza, e nós sabemos que um dos fatores que levam a fazer com que as nossas crianças sejam vítimas do aliciamento para prostituição infanto-juvenil é a pobreza. Eu gostaria de saber — você falou em programas — quais são os tipos de ações que o Governo está fazendo para enfrentar essa pobreza; qual o enfrentamento que vocês estão levando a essas famílias; que tipo de assistência vocês estão levando a essas famílias. Eu gostaria de saber se vocês têm horário integral para essas crianças, se elas estão nas escolas; o que vocês estão fazendo, além do que você já falou, para minimizar o sofrimento dessas crianças e dar um retorno também, porque criança na escola é criança fora da rua. E ela fora da rua, ela fica longe do aliciador. Eu gostaria de saber de você quais são essas ações, o que vocês estão fazendo para minimizar esse sofrimento; qual o atendimento que vocês estão dando a essas famílias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria também de fazer algumas perguntas e, como a senhora tem problema de tempo, poderia aproveitar.

Primeira: qual foi a execução orçamentária do ano passado e deste ano nas políticas próprias à criança? Qual era a dotação orçamentária para o plano? O plano não foi implementado ainda, ele foi recém-lançado e ele precisa ainda ter corpo e ser implementado e existir de fato, não é? Ele foi lançado, segundo informações, no dia 17, e a gente não tinha essa informação pela manhã. Aliás, foi dito que aqui não tinha um plano, mas, de fato, não existe ainda um plano, porque ele acabou de ser lançado.

Então, nós gostaríamos de saber sobre a questão da dotação orçamentária, qual a previsão na LDO, qual o orçamento que está estabelecido para o plano, porque, se o plano existe, ele tem uma previsão de estar neste orçamento, porque, senão, ele não tem como se executar.

A segunda coisa que foi muito falado aqui é a questão da falta de estrutura das Polícias. Eu sei que a senhora é de uma secretaria específica, mas é a única



representante, penso eu, estar aqui representando o Governo Estadual. Então, qual é a perspectiva de que nós tenhamos uma estrutura de investigação das Polícias que não represente isso, ou seja, Polícias que não funcionam durante o final de semana, que não funcionam no feriado, que não têm estrutura para proceder ao atendimento. E aqui eu queria saber se está funcionando...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, mas ele não é da Polícia Civil, é representante do Governo.

Qual é a perspectiva, como está previsto no Orçamento? E, por fim, qual foi a execução orçamentária das políticas específicas para a criança que se deram no ano passado e que se estão dando neste ano? Nós estamos no meio do ano, até o meio do ano, qual foi a execução orçamentária das políticas de criança? E a discussão do SIPIA. O SIPIA, pelo que eu pude depreender aqui, não está implementado nos Conselhos Tutelares. E ele é importante ser implementado. Como é que estão as tratativas, enfim, para que nós possamos ter a implementação do SIPIA?

Nós sugerimos ao Governo do Estado do Rio Grande Norte — estivemos com a Governadora —, nós sugerimos que houvesse um fórum permanente, que utilizasse a estrutura do Conselho Estadual. O Conselho Estadual é um conselho intersetorial, porque ele conta com várias políticas públicas e também com a participação da sociedade civil. Eu não sei como está funcionando — mas isso nós vamos saber logo em seguida, porque está aqui a Presidenta do Conselho Estadual —, mas nós sugerimos à Governadora que houvesse uma... Porque, assim, o plano foi construído. Seguramente ele foi construído de forma compartilhada, porque não tem como não ser construído dessa forma, tanto com a sociedade civil, como com o conjunto de políticas públicas. Sugeri que criássemos um fórum onde houvesse um diálogo muito permanente. Eu não sei quem é do Executivo que está se relacionando com o movimento de criança, porque não tem Secretaria de criança... É a senhora, não é? A sua é a Secretária de Desenvolvimento Urbano. Não é isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Desenvolvimento Humano? Aqui na nossa nominata está Desenvolvimento Urbano. Por isso que eu não estava entendendo direito. Mas, enfim, Desenvolvimento Humano.

Então, assim, como é que está a fluidez desse canal, das discussões e essa construção do fórum que não pode se resumir só ao Conselho de Direitos, ele tem que envolver quem lida diretamente com a implementação e a aplicação... O conselheiro tutelar faz função que era de juiz, que é aplicar as medidas, embora não execute, porque quem executa é o próprio Estado. Então, penso que deveríamos construir — e foi a sugestão que nós demos para o Governo do Rio Grande do Norte e que foi aceita, em princípio, pela Governadora —, mas que nós pudéssemos estar trabalhando na perspectiva desse fórum, para que houvesse um espaço de construção permanente de monitoramento das políticas, inclusive do próprio plano, não é? Seriam essas as questões.

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Bom, primeiro dizer à Deputada Erika e à Leila — ao Luiz Couto eu não faço referência porque ele já conhece —, primeiro, dizer o seguinte: eu sou Secretária de Estado. Embora seja da área de desenvolvimento humano, este Governo trabalha com a transversalidade; é obrigação minha entender as demais políticas e é obrigação minha saber o que o Governo faz, não só minha, como qualquer Secretário que aqui estivesse poderia responder as questões que vocês levantam. Então, nós trabalhamos desse jeito.

A questão da segurança pública, nós, o Governador... E é importante destacar o seguinte: nós pegamos um Estado onde 78% da receita do Estado estava comprometida com funcionalismo público e encargo financeiro. Então, nós pegamos uma situação bastante difícil, mas, apesar disso, 4 milhões foram investidos recentemente na área da segurança pública. Porque, para vocês terem uma ideia, sequer as viaturas tinham gasolina, combustível para poder fazer a apreensão. Os nossos policiais sequer tinham coletes para poder fazer. Então, foram investidos recentemente 4 milhões de reais só na área de aparelhamento da Polícia.

É pouco? É insuficiente para a demanda que nós temos, inclusive no enfrentamento da questão da exploração. Mas nunca se inibiu e se puniu tanto nessa área como no momento atual. Então, tem todo um empenho nesse sentido.



Concurso foi feito em gestões anteriores; os policiais não foram chamados. E recentemente o Governador contratou praticamente — acho que foram mil policiais —, contratou...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - ... É. Civil. Fez o chamamento. Exatamente.

(Não identificado) - Polícia Civil.

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - É. Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Civil ou Militar?

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Civil.

A outra questão é a pergunta feita sobre o que é que nós estamos colocando em termos de alternativa para a pobreza. Sei que a pobreza não é uma prerrogativa da Paraíba, é de todo o Brasil, por isso que a Presidenta Dilma lançou um plano de enfrentamento. A Paraíba é o terceiro Estado do País, então tem que ter um olhar especial para a Paraíba do Poder Público Federal. E esse olhar está sendo realizado. Diversas ações no campo da busca ativa, da transferência de renda, mas por parte do Governo Estadual está sendo feito na área da inclusão produtiva.

Nós temos o Empreender, que é um órgão importante de microcrédito para as pessoas. Nós temos a questão da Economia Solidária. Só este ano mais de 4 milhões — e ela se encontra na minha Secretaria —, estão sendo investidos. O Empreender Mulher, que é um programa importante na área da inclusão produtiva; o Cooperar, que estava desativado, que é microcrédito e ajuda do ponto de vista técnico aos pequenos produtores rurais, foi reativado. Mais de 52 milhões estão sendo investidos nessa área.

Então, ações existem, desafios imensos. Porque se eu dissesse aqui que este Governo, com 1 ano e 6 meses, deu conta da totalidade e dos desafios na área da criança e adolescente, eu estaria mentindo. Isso aí não é correto. Nós temos muita coisa a ser feita. Os conselheiros tutelares colocaram aqui a realidade. Tem Conselho Tutelar que sequer tem um telefone — não é? —, não tem computador. Então, o desafio é imenso.

Essa questão orçamentária é outro problema. No ano passado nós não tínhamos como atuar com o Orçamento, porque nós estávamos, Deputada,



executando o orçamento que nos foi deixado pelo Governo anterior, que não previa um centavo para política de criança e adolescente. Nós investimos... Neste ano nós estamos com um milhão e meio nessa área para investimento. Muito reduzido, insuficiente, mas eu costumo dizer o seguinte: eu olho para frente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual foi a execução este ano?

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Nós estamos em plena execução...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual foi o percentual?

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Em torno de 800 mil reais. O próprio Conselho da Criança e do Adolescente está aqui, fez diversos convênios e programas nessa área, está aqui a Rede, que pode confirmar. Do ponto de vista...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De quanto? De um milhão e...

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Um milhão e meio entre a assistência e criança e adolescente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, não. Só criança e adolescente nós estamos falando.

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Criança e adolescente, 500 mil reais. O fórum permanente...

A SRA. MAYARA DE FÁTIMA MARTINS DE SOUZA - Quinhentos mil reais.

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Para criança e adolescente. Embora na área da assistência que trabalha com políticas para criança e adolescente foram alocado recursos que também vão para essas ações.

A questão do fórum permanente, nós temos... Eu acho que essa foi a coisa melhor que aconteceu quando nós assumimos a Secretaria, exatamente a relação com a Rede, com a sociedade civil, que é incansável. Então, essa relação ela é permanente. Nós estamos em plena elaboração do Plano de Convivência Familiar. E esse fórum permanente, ele existe entre as Secretarias. Nós estamos nos reunindo, na próxima semana, Segurança, Saúde, Educação e Turismo, juntamente como o



Ministério Público e Poder Judiciário. Estamos articulando a Rede para, junto com a gente, executar o Plano, não é? Então, essa política, ela existe.

Referente ao SIPIA — Mayara, que é a Coordenadora da escola, da Casa dos Conselhos, ela passa aqui a informação —, nós entregamos 179 computadores, estamos entregando os demais.

É importante destacar que o Governo... Embora não esteja no Orçamento propriamente do Conselho da Criança e do Adolescente, mas nós estamos fazendo um investimento em material permanente para ser entregue aos Conselhos com recursos do Governo do Estado. Então, nós vamos entregar a todos os Municípios esse *kit*. Encontramos o SIPIA parado e precisamos devolver um recurso de um projeto. Infelizmente, não tivemos como recuperar. Mas estamos numa formação básica sobre o SIPIA, com um conselheiro tutelar de cada Município. E os mesmos levaram um CD com instruções sobre o sistema. E atualmente a gente está fazendo o cadastro dos Municípios com relação aos dados: conselheiro, endereço, rede de proteção. Ou seja, todas as informações, porque nem isso nós tínhamos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, pelo que eu entendi, Secretária, o SIPIA não está funcionando.

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Não, o SIPIA está em processo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está funcionando o SIPIA ou não? Os conselheiros estão dizendo que não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não está funcionando o SIPIA.

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Mayara, por favor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, mas o computador não quer dizer que o SIPIA esteja funcionando. O SIPIA é um programa, tem que ter a capacitação do conselheiro...

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Nós estamos... Exatamente, nós estamos estruturando. O primeiro passo é entregar...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, ele não está funcionando.

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Eu gostaria só de passar a palavra aqui pra representante.

A SRA. MAYARA DE FÁTIMA MARTINS DE SOUZA - Boa tarde a todas e todos. Eu estou aqui como Administradora Estadual do SIPIA.

Como a Secretária colocou, quando a gente assumiu o Governo do Estado, encontramos o SIPIA parado. Tínhamos um projeto referente a 2008. De fato, nunca funcionou em nosso Estado o SIPIA, nem na época que era de disquete. Enfim, é um argumento e algo que os conselheiros tutelares vêm trazendo pra gente. A gente tentou executar o recurso, só que venceu o prazo de execução. A gente não conseguiu um aditivo junto ao Governo Federal, tivemos que devolver o recurso.

Então, com o recurso estadual que a gente tinha, que não estava previsto no Orçamento anterior, a gente fez uma formação básica. E infelizmente só participou um conselheiro tutelar de cada Município, que voltaram aos Municípios com esse CD, com essas aulas expositivas. E aí eles...

O que é que a gente está fazendo atualmente? A gente está fazendo o cadastro. A gente tem Natália, que está à frente falando com todos os Municípios. Por quê? Porque para o SIPIA funcionar, como a Deputada colocou, é um sistema, tem uma estrutura, e precisam estar cadastrados todos os dados: Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente, Sistema de Garantia de Direitos dos Municípios, dados dos conselheiros tutelares. E a gente está pedindo aos Municípios. Muitos Municípios ainda não enviaram pra gente.

A gente está na formação de Escola de Conselhos e, junto a essa formação, a gente está pegando esses dados. Então, a pretensão é que, neste ano e para o ano que vem, quando a gente conseguir cadastrar, se realize uma formação de forma que contemple todos os conselheiros. E a prioridade é João Pessoa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MAYARA DE FÁTIMA MARTINS DE SOUZA - Não funciona. Infelizmente, ainda não funciona. O Secretário está dizendo que está funcionando, é isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



A SRA. MAYARA DE FÁTIMA MARTINS DE SOUZA - Infelizmente a gente ainda não está conseguindo... Do SIPIA, SINASE.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O SIPIA é Conselho Tutelar, não é de alta complexidade.

A SRA. MAYARA DE FÁTIMA MARTINS DE SOUZA - Isso. Não é o SINASE.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, é o SINASE.

A SRA. MAYARA DE FÁTIMA MARTINS DE SOUZA - E esse que o Conselheiro coloca é o do SINASE. E aí a gente não está... Eu estive numa reunião em Brasília, e a prioridade é até 2014, que esteja funcionando pelo menos nas capitais. E é isso que a gente quer. Este ano e no ano que vem, uma formação que contemple todos, porque é um sistema que é complicado de se mexer, precisa ter noções de informática, que não é qualquer pessoa que vai conseguir. De fato, não vai ser uma formação que vai conseguir fazer com que as pessoas fiquem craques em utilizar o sistema. Mas a gente está nessa atenção, está fazendo esses cadastros, e está tentando recuperar um sistema que está parado há muito tempo.

O companheiro Lenon está conosco também junto à ACONTEPAB e a gente está junto nesse processo. Esses computadores foram uma conquista que foi feita da ACONTEPAB junto com a Secretaria de Desenvolvimento Humano, e a gente está trabalhando nessa parceira desde os primeiros momentos que a gente entrou na gestão. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, a gente agradece a participação da Mayara, mas pelo que ficou claro, houve um recurso, há um recurso federal para a implementação do SIPIA e o Estado não teve como viabilizar a sua implementação, o recurso foi devolvido, porque venceu o prazo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Não, o recurso era de 2008, quando nós assumimos não tivemos como recuperar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois é, isso foi dito. Foi dito que o Estado não teve como efetivar o recurso e o recurso foi devolvido. E o SIPIA não está funcionando. Mas existe já uma intenção e uma preparação na perspectiva



de que o SIPIA venha a funcionar. Eu só gostaria... Eu vou passar a palavra ao conselheiro, mas, antes disso, eu...

A senhora falou sobre a Secretaria de Segurança, mas a pergunta é muito específica, porque aqui foi falado, hoje, pela manhã, várias vezes, foi falado também agora à tarde, que é um funcionamento que é muito instável das delegacias, e inclusive delegacias de proteção, delegacia especializada. Eu não estou falando da estrutura de viaturas e tal, ou coisa que o valha, mas nós estamos falando da estrutura específica para a política de criança e adolescente. São as delegacias especializadas ou seções — não sei se aqui existe —, seções especializadas em atendimento de violência sexual em crianças e adolescentes, e violência contra a criança. Isso é uma coisa.

A segunda coisa — eu queria uma resposta mais específica sobre a questão da criança, não sobre a segurança em geral — é sobre o instituto. Eu não sei como se chama aqui, mas seria o instituto de investigação que fornece os laudos, que ajuda no processo de construção das provas ou dos elementos necessários para instauração do inquérito. No Rio Grande do Norte se chama ITEP, aqui se chama, em Brasília se chama IML. Mas, enfim, que seria o instituto que faz os laudos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - GEMOL. Porque é o seguinte: o que nós estamos percebendo é que o Instituto GEMOL, ele tem uma demora muito grande de emitir os laudos. E, sem os laudos, o inquérito fica precário, o que não leva à responsabilização. Então, portanto, eu gostaria que a senhora pudesse aqui discorrer sobre como está e quais são as demandas do GEMOL e quais são as ações no sentido de superar. Porque nos parece que é absolutamente fundamental que nós tenhamos um instituto com psicólogos, com profissionais de Tecnologia de Informação, de TI, porque nós não vamos conseguir fazer o enfrentamento, se nós não tivermos o avanço tecnológico que as redes estão tendo.

Então, eu gostaria que a senhora pudesse explicar de forma mais concreta a estrutura da Secretaria de Segurança com recorte específico nas políticas de crianças e adolescentes, na especialização de criança e adolescente, que pudesse falar como está o GEMOL. A senhora falou que 30%, um terço do recurso foi



implementado esse ano, executado esse ano. E, pelo que foi falado, não tinha previsão orçamentária e não houve remanejamento, inclusive.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, a senhora me explique depois, não tem problema nenhum. E a última coisa é que nós gostaríamos do plano.

Nós estamos fazendo isso em todos os locais — não é específico aqui —, mas nós gostaríamos também que a senhora pudesse nos fornecer os planos.

E, também, a senhora disse que houve um aumento das punições do ano, pelo que eu entendi, do ano passado para este ano, mas não sei, que houve aumento das punições. Eu gostaria que a senhora pudesse nos fornecer os dados. Quais foram as punições? Nós estamos falando especificamente de exploração sexual de criança e adolescente. A senhora disse que houve um aumento das punições, pelo que eu entendi, não sei se foi bem isso, acerca da exploração sexual de criança e adolescente. Então, eu gostaria... Se a senhora disse que houve um aumento, eu gostaria de saber qual foi o percentual, quantos casos que foram, para que... Nós estamos também investigando a questão da responsabilização e da impunidade.

Vou passar rapidamente para o Conselheiro e depois passo para a senhora. E sei que a senhora vai ter que se retirar, já foi dito aqui.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LENON JANE FONTES DE SOUZA - É só a critério de esclarecimento sobre a questão do SIPIA, Cida. A gente sabe que não é uma coisa fácil, não é verdade? E muito, não está na sua execução hoje, os Municípios não estão executando, muitas vezes é por dificuldade propriamente da questão do gestor. E por nós termos um processo eleitoral, muitos deles que vieram fazer esse curso em João Pessoa, essa formação do SIPIA, ele retorna lá para o Município. Eu conheço vários que deixaram de ser conselheiro tutelar. Então não repassa, fica uma coisa difícil de ser trabalhado. Está sendo trabalhado realmente a questão do SIPIA no Estado da Paraíba, como a questão da Escola de Conselhos, com um pouco de dificuldades, mas a gente vai crescendo exatamente no sentido das suas falhas e



nos seus encaminhamentos. Tem que ser. Nós estamos avançando a nível do Estado da Paraíba, como em outros Estados.

Eu falo como representante do Fórum Nacional dos Conselhos Tutelares, conheço a realidade do País todo, a dificuldade do SIPIA não só não Estado da Paraíba, mas a nível Brasil mesmo, e nós demos esse pontapé. Agora, infelizmente, nós vimos a necessidade, Cida, de realmente fazer a formação para os cinco, mas nós vamos de Município a Município regionalizar. Porque no Estado da Paraíba, hoje, nós precisamos realmente de um banco de dados sobre a questão da violação dos direitos da criança e do adolescente.

O SR. VINÍCIUS FERNANDES ARAÚJO - Deputada, queria também esclarecer na questão do GEMOL que uma das nossas preocupações, conselhos tutelares, é que muitas vezes quando a gente vai com a vítima, criança ou adolescente, e acessa esse serviço, a gente não vê a prioridade absoluta. A gente espera, muitas vezes fazer corpo delito (*palmas*), e questão de presidiários, pessoas que estão presas, e também com cadáveres, e as crianças e adolescentes muitas vezes ficam esperando. A gente já teve vez de esperar 1, 2, 3 horas para ser atendido. Então, isso é uma grande dificuldade, vitimizando mais ainda as crianças e adolescentes. O laudo leva no mínimo 30 dias. Isso também dificulta a aplicação de medida de proteção do conselheiro — frisar isso aí também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, vamos aqui resumir: a questão do SIPIA está clara; a questão da estrutura de segurança com recorte de criança e adolescente; os avanços na punição, que me parece que são importantes; a questão do GEMOL, para que nós... Porque é um elemento que nós vimos que é um ponto de fragilidade em geral. Não é uma situação específica daqui, mas é uma fragilidade. Nós precisamos superar, do ponto de vista de aparelhar, de fortalecer. Às vezes faltam psicólogos, não tem privacidade.

Eu não sei se aqui os conselheiros podem falar, porque, em muitos lugares, não têm privacidade. Não sei se aqui tem, mas é um elemento importante: que haja privacidade. Às vezes a pessoa chega, oferece a denúncia, está do lado de outra, mas aqui há a questão da prioridade. Porque isso ajuda na responsabilização, está certo? Seriam essas as questões.



Eu só queria, depois que a senhora falasse, dizer para a Relatora, Deputada Liliam, que o nosso Tenente Josivaldo, ele vai ter que se retirar também, e que nós já pudéssemos fazer, se tiver alguma pergunta, Deputado Luiz Couto, Deputada Liliam, para também logo em seguida da resposta da Secretária, a gente já ter condições de liberar também o Tenente, para a gente continuar a nossa audiência.

Então, com a palavra a Secretária Maria Aparecida.

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Referente à questão do GEMOL, esse atendimento é feito reservadamente. Tem equipe, mas é insuficiente, em termos do número de especialistas que precisa ter no acompanhamento dos casos. Nós temos essa questão que os conselheiros já colocaram, é um prazo grande. Se a gente for ver, 30 dias é um prazo bastante grande estendido para um caso, que tem muita urgência. É por isso que nós estamos convocando as áreas do Governo para que a gente possa — e nós vamos sentar na próxima semana, quarta-feira, para diante dessas questões sabermos como vamos dar o tratamento e o enfrentamento.

Eu quero dizer que na área da criança, da segurança, no que tange ao avanço, ele é importante, porque ele tem a punição, e a punição inibe, ela é importante, mas na área específica da criança e do adolescente nós precisamos ainda construir de forma efetiva essa política. O aumento das punições: nós temos hoje dados que revelam que diminuiu no Estado da Paraíba em 4% de forma geral, do ponto de vista da segurança, da punição dos casos na Paraíba. Eu precisaria pegar os dados específicos para passar para vocês.

Agora eu quero dizer o seguinte: eu me sinto extremamente à vontade e o Governo se sente à vontade. Eu entendo que essa é uma questão para ser enfrentada por toda a sociedade. Ela tem uma dimensão também no aspecto cultural — e na Paraíba isso é muito forte. Nós ainda temos um número muito grande de crianças que saem dos Municípios para trabalhar em casa de família — isso aqui é muito forte ainda — e muitas delas são vítimas. Nós temos uma cultura de que é melhor sustentar a família explorando o próprio corpo do que procurar o enfrentamento. Isso ainda é forte. A mídia também reforça. Nós precisamos ganhar a mídia para uma outra visão dessa questão.



E dizer que eu entendo o trabalho da Comissão como um trabalho importante, um trabalho que levanta questões para o Estado. Ao Legislativo cabe elaborar leis, ao Executivo cabe executar, cabe elaborar programas e ações. Não é uma coisa fácil. A questão no Brasil da proteção social é muito recente. E no Estado da Paraíba, que é um dos Estados ainda com atraso cultural, econômico e social muito grande, eu tenho absoluta certeza de que nós vamos enfrentar, e que, quando os Deputados voltarem aqui, nós vamos ter muito o que colocar para os Deputados em termos das ações.

Entendo que aqui, Edilma, nós estamos num processo que é coletivo. Se as políticas públicas não existiam, eu tenho absoluta certeza de que você, que todos nós aqui construiremos dias melhores para a Paraíba. Se eles não existiram, eles já estão sendo processados e existirão de forma mais efetiva em pouco tempo aqui na Paraíba.

Quero agradecer, dizer que, infelizmente, o MDS tem duas representantes lá na Secretaria de Desenvolvimento Humano me aguardando para uma reunião; mas eu vou deixar Mayara Martins, que é a representante da Secretaria neste momento aqui, e me coloco à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Claro, a senhora então ficou de nos apresentar a questão da evolução da punição. Podia apresentar também a questão da execução, com as ações específicas. Eu sei que é difícil colocar agora, mas pode encaminhar depois.

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - E o plano.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o plano.

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - É só dizer para onde a gente envia que a gente... Passar os contatos para a gente enviar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos passar os contatos da CPI e a senhora envia para a CPI. Nós estamos dando um prazo das informações — também solicitamos na parte da manhã — de 10 dias, para que possam ser fornecidas. E nós devemos chamar o Governador para fazer...

A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Lá em Brasília.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Lá em Brasília.



A SRA. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES - Pode ter certeza que o Governador irá, e eu me farei presente também na visita com ele.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Muito obrigada, Secretária Maria Aparecida Ramos de Meneses. (*Palmas.*)

Eu passo a palavra para a Relatora, para saber se ela quer fazer algum questionamento. Depois, nós vamos escutar os representantes dos Conselhos Municipal e Estadual e o Secretário-Adjunto de Desenvolvimento Social do Município de João Pessoa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu quero só agradecer à Secretária pelas explicações.

Eu quero fazer agora as perguntas para o Tenente Josivaldo de Oliveira, porque ele está para sair. E eu gostaria de fazer umas perguntas para ele, porque, hoje pela manhã, nós tivemos aqui a nossa primeira parte, e foi falado que a Polícia Militar teria comprometimento com a rede de exploração sexual infantojuvenil aqui na Paraíba. Nós sabemos que não são todos os policiais, porque o policial, ele é íntegro, é correto, isso faz parte. Alguns policiais fazem parte da banda podre, nós sabemos disso, e que esses policiais deveriam não estar vestindo uma farda, deveriam estar fora da Polícia. E esses policiais deveriam ser identificados e ser mandados embora, não é verdade?

Eu gostaria de saber do senhor se há uma conexão com a rede de exploração sexual infantojuvenil, o tráfico de drogas, o tráfico de pessoas, o crime organizado, a pedofilia. Se o senhor tem índices, se o senhor sabe como funciona essa conexão, se o senhor tem como dizer para a gente, na sua experiência.

E quero também saber por que tantas denúncias de policiais envolvidos na rede de exploração sexual infantojuvenil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou só... Deputado Luiz Couto, quer fazer alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu queria. O 4º Batalhão da Polícia Militar de Guarabira cobre quantos Municípios? Quantos estão na área de atuação do 4º BPM? E que outros Municípios, além do Município de Guarabira? O senhor colocou sobre aquela descoberta daquela casa que estava envolvida com a prática de



exploração sexual, também de drogas, etc. Que outros Municípios teriam também denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes na área do 4º BPM?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria, Tenente, de... Foi dito aqui que a política de enfrentamento, de investigação, enfim, a política de segurança de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes estava a cargo da Polícia Militar, e não da Polícia Civil, inclusive a parte de investigação estaria a cargo da Polícia Militar.

A Polícia Militar, pelo que nos consta, é uma polícia preventiva, de atuação preventiva e de atuação ostensiva. A parte de investigação se dá através da Polícia Civil. E nós gostaríamos de saber se isso é fato, e por que isso se dá, e qual é a relação, e como é que se dá essa relação no processo de enfrentamento, por parte da Segurança Pública, à exploração sexual de crianças e adolescentes aqui na Paraíba — no que lhe couber, porque sei que o senhor não é o comandante da Polícia Militar do Estado, mas é apenas comandante de um batalhão. Portanto, no que lhe couber.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele também não é... Aqui está dito assim: o senhor não é o comandante, o senhor é...

O SR. JOSIVALDO LEITE DE OLIVEIRA - Coordenador de policiamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Coordenador de policiamento.

Então sabemos que, em função disso, o senhor está com a palavra para responder.

O SR. JOSIVALDO LEITE DE OLIVEIRA - Por início, a primeira pergunta, cara Parlamentar, dizer que pelo menos eu desconheço essa participação da Polícia Militar, de policiais, em prostituição. No entanto, a Polícia Militar dispõe de suas normas internas, de seus Regimentos, perante a disciplina e a hierarquia, além de todas as normas pátrias do nosso País. Então, se porventura casos como esses acontecerem, tenham certeza de que a Polícia Militar irá fazer a apuração com toda transparência, lisura, comprometimento e imparcialidade. Até porque a Polícia Militar não se deixará macular por conta de fatos isolados de alguns policiais. Esse é o



pensamento da nossa Corporação. Servir é um legado de segurança. Este é o nosso objetivo: servir sempre a população.

Quanto à pergunta da conexão entre tráfico de drogas, exploração sexual e crime organizado, na nossa região, particularmente, nós podemos dizer que há uma relação entre o tráfico e a exploração de menores, até por conta desse último fato que nós presenciamos, trabalhamos e atuamos no último domingo. Poderíamos dizer que como crime organizado talvez ainda esteja um pouco distante, mas, pode até ocorrer futuramente. Tomara que não. Vamos trabalhar para isso, para que se evite chegar a esse patamar.

Quanto ao Município, o 4º Batalhão compõe 26 Municípios; sua região são 26 Municípios. E nós temos assim, que eu possa me lembrar agora, que no Município de Cuitegi houve registro de prostituição de menores. No entanto, não posso aqui asseverar o desfecho dessas investigações, mas recorro-me de que no Município de Cuitegi, bem próximo a Guarabira — fica a 5 quilômetros de Guarabira —, houve crimes dessa natureza.

Quanto ao trabalho da Polícia Militar, que é investigatório ou não, nós sabemos que realmente o serviço da Polícia Militar é preventivo, mas que, devido às necessidades, ele passa também a ser repressivo. Você está aqui, o crime ocorre em outro local, a guarnição vai até o local e resolve o conflito interpessoal, restaura a paz e retorna ao policiamento normal. Então a gente parte de um policiamento ostensivo, preventivo, e chega até o repressivo. Agora o investigativo, evidentemente, está a cargo da Polícia Civil. Se está ocorrendo ou não, aí eu deixo a palavra com os responsáveis por aquela área na cidade. Prefiro não mencionar comentários, até porque poderia estar aqui sendo leviano, não estar sendo honesto com aqueles profissionais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então o senhor diz que a atuação da Polícia Militar é uma atuação preventiva-ostensiva, é óbvio, e também repressiva, óbvio também, mas investigativa é da Polícia Civil. E o senhor não tem como saber como é o processo de investigação, ou, enfim, o senhor não tem elementos. É isso?

O SR. JOSIVALDO LEITE DE OLIVEIRA - O.k. Evidentemente que a Polícia Militar não se nega a colaborar. Havendo informações, a gente...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sei, sei. O senhor tem notícia da existência de redes aqui? Redes? Redes de exploração sexual?

O SR. JOSIVALDO LEITE DE OLIVEIRA - Não. Nada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ou seja, aliciadores, enfim, que têm contato com estabelecimentos comerciais, sejam bares, boates, enfim, redes de exploração sexual.

Rede significa uma construção criminosa que se relaciona com outros segmentos, como estabelecimentos comerciais, bares, hotéis, motéis. Enfim, o senhor tem notícias disso aqui?

O SR. JOSIVALDO LEITE DE OLIVEIRA - Particularmente na nossa região não. São fatos isolados que a gente vê, mínimos ainda, um embrião, que não assim como uma...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor não detectou a presença de aliciadores.

O SR. JOSIVALDO LEITE DE OLIVEIRA - Exatamente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E nas ruas, assim, das meninas? O senhor já viu meninas de 7, 8, 9, 10 anos sendo exploradas sexualmente?

O SR. JOSIVALDO LEITE DE OLIVEIRA - Não, na nossa cidade não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, é uma ação que não tem um aliciador, um chamado cafetão ou cafetina?

O SR. JOSIVALDO LEITE DE OLIVEIRA - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor nunca percebeu isso?

O SR. JOSIVALDO LEITE DE OLIVEIRA - O que pode ocorrer é a necessidade da menor, até por conta própria, mas não com aliciador propriamente ali gerenciando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há notícias, Tenente, e o Conselho Tutelar de Guarabira informou sobre uma incidência grande na região das redes de exploração sexual, além do caso de adolescentes que eram levados para a Europa, principalmente para a Itália, como travestis. V.Exa. não tem essa informação porque também não é o comandante, é apenas do destacamento da Polícia, mas, de fato, essa incidência não é pequena naquela região. Guarabira foi sempre colocada como



um raio, relação de vários Municípios, onde a prática do abuso da exploração sexual ela foi muito profunda, era muito consistente. Talvez o senhor não tenha essa informação, mas, de fato, o Conselho Tutelar — e o conselheiro não veio hoje aqui —, mas nós temos a informação passada por uma conselheira de que a incidência lá é grande.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O Tenente está dizendo que ele está respondendo por uma área dele, pelo destacamento, e os conselheiros estão dizendo que tem. Eu realmente também tenho notícias que tem. Essa menina mesmo, que ela trocou o corpo por um pastel, a gente sabe que é daqui. Nós temos notícias. Então, é em certos lugares, são áreas diferentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, veja bem, o que nós vamos fazer. Eu vou pedir ao Francisco, o Secretário da CPI...

O que nós vamos fazer, Francisco, é solicitar ao responsável, o comandante da Polícia Militar e ao Chefe da Polícia Civil também. Há informações, Francisco, sobre o Secretário de Segurança. A gente pode solicitar ao Secretário de Segurança — é melhor — os casos e se há identificação de redes de exploração.

O senhor entendeu, não é? Não é atuação isolada e pontual. Eu vou ter que fazer, vou passar... O senhor quer fazer alguma pergunta para ele?

O SR. LENON JANE FONTES DE SOUZA - Eu queria só fazer a questão de esclarecimento. Pode ser que não seja até de conhecimento do Tenente Leite, pela questão do destacamento, mas a gente que a maioria desses Municípios... E a questão do Brejo, Guarabira, como ele é um polo, na realidade, a gente sabe que existe a questão da exploração de redes sexuais porque chega até conhecimento, principalmente eu que sou presidente da associação, chega realmente esse conhecimento.

Agora, eu queria chamar até a atenção do Deputado Luiz Couto, um local e um Município aqui da região do litoral sul que geralmente as pessoas levam, as pessoas grandes, as pessoas com poder aquisitivo que têm casa, no Conde, em Jacumã, tem várias casas inclusive de exploração de adolescentes sendo vítimas dessa questão dessa violência. É um pedido até meu que através do Tenente, o senhor mesmo, que através da Polícia Militar, com a Segunda Seção, vá a campo, à região do Conde, que nós temos várias denúncias. E nós temos um Conselho



Tutelar fragilizado sem nenhuma condição de estrutura para estar encaminhando muitas vezes para a delegacia. E há informes ainda que geralmente tem pessoas influenciadas da Polícia dentro dessa rede.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Então, nós vamos fazer o seguinte: nós vamos encaminhar para o Secretário de Segurança solicitando as informações sobre a existência de redes, quantas já foram detectadas, quantas já foram responsabilizadas.

O senhor quer falar mais alguma coisa?

O SR. JOSIVALDO LEITE DE OLIVEIRA - Só agradecer a compreensão e dizer que eu não tenho conhecimento, até porque nós praticamos um policiamento preventivo e nós não vamos propagar fatos que a gente não tem certeza, como comprovar com provas. Isso nós não faremos. Então, eu não tenho conhecimento, não vou falar aqui perante os senhores algo que eu não possa comprovar. Então, isso eu não trago e não faço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Claro. Claro. A gente agradece a sua participação. Nós vamos solicitar ao conselheiro que possa também nos remeter, o Lenon, nós vamos solicitar que o senhor possa nos remeter, nós vamos solicitar, a Secretaria da CPI vai passar o nosso endereço para que o senhor possa relatar essa situação que aqui foi dita para nós, as informações.

Eu vou passar a palavra para Liliane Belarmino e vou dizer quem está inscrito para falar depois dos que compõem a Mesa. Nós ainda temos a Liliane, a Sônia e o Antônio Jácome, o Lorenzo Dalaini, a Terezinha Barros, a D. Rô, e o Sérgio Lucena, que é Conselheiro Tutelar. São essas as pessoas que estão inscritas.

Alguém mais quer se inscrever? (*Pausa.*) Então, nós vamos fechar com essas quatro pessoas que estão inscritas.

Vou passar a palavra agora a Liliane Belarmino, que é Coordenadora do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, de João Pessoa. (*Pausa.*)

Um minuto, por favor, Liliane. Edilma Ferreira. Quem mais? (*Pausa.*) A Edilma Ferreira é Conselheira? (*Pausa.*) Está certo.

Eu vou, então, passar a palavra para Liliane Belarmino e, depois, para Sônia Carvalho e Antônio Jácome.



A SRA. LILIANE BELARMINO - Boa tarde. Boa noite, já, quase, a todos. Quero cumprimentar a Deputada Erika Kokay, a Deputada Liliam Sá, o Deputado Luiz Couto, a — Deputada futura, quem sabe — Vereadora Sandra Marrocos. Minha fala vai ser muito curta. Minha fala vai ser muito curta...

Bom, eu quero colocar para a Deputada e para a Mesa que eu assumi agora a presidência, a coordenação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e estou, assim, numa missão. Aqui vai ser um comprometimento. Estava na Comissão do ECA, o Estatuto da Criança, que está completando 22 anos agora. Lamento o companheiro do Conselho Tutelar não estar aqui, porque é a primeira ação que a gente faz de unir a União dos Conselheiros Tutelares com o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sei que existe um plano de ação que foi feito em 2006 e que agora, nesta gestão, nós estamos dispostas a sentar, a dialogar junto com toda a rede, com os conselhos tutelares que estão na ponta vendo o que acontece. Hoje eu aprendi muito aqui com eles, com a realidade deles, com toda a rede e com o Conselho dos Direitos. Então, no momento, eu não posso falar muita coisa porque estou me apoderando.

E quero responder também que este ano, os 22 anos do ECA, a nossa bandeira é que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja trabalhado, entre no PPP das escolas, que é ECA 22 Anos - Direito à Escola Integral e de Qualidade. O meu compromisso aqui, junto ao Deputado e demais Deputados, é que a gente vá sentar junto com o Conselho. Quero o compromisso de todos aqui para a gente sentar e fazer esse plano de ação, enviando, depois, para que seja fortalecido. O meu intuito é fortalecer essa rede, porque eu acho tudo muito separado. Então, a gente... Ninguém é melhor do que todos nós juntos. A causa da criança e do adolescente é uma missão, é uma causa nobre. Como eu admiro os Srs. Deputados, a coragem de estar aí na frente! Então, o meu compromisso, enquanto Presidente do Conselho dos Direitos, é esse com vocês, de fazer um plano de ação junto com toda a rede, os conselhos, enviar depois para vocês. E que a gente se dê as mãos.

Acho importante hoje a CPI aqui em João Pessoa, que provoca esta discussão que a gente traz à tona, mesmo sabendo que tem instituições que já trabalham a violência contra a criança e o adolescente, mas estamos nessa luta.
(*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Liliane Belarmino.

Passo a palavra agora para a Presidenta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Sra. Sônia Carvalho.

A SRA. SÔNIA CARVALHO - Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Sônia Carvalho, sou Presidenta Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e, para quem não sabe, mas eu acho que todos aqui conhecem, o Conselho é um órgão controlador, normativo e fiscalizador de todas as ações no Estado da Paraíba, que trata da problemática da criança e do adolescente, além de ser deliberativo de suas ações.

Durante esse tempo em que estamos lá no Conselho Estadual, e até posso dizer com muita propriedade, porque desde 1992 que participo desse trabalho, desde que o Conselho se iniciou com a primeira lei que criou o Conselho Estadual, a gente não tem nenhuma denúncia nesse sentido de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Nós não temos, embora saibamos que existe, que é sério e que não existe só aqui na Zona da Mata, na beira da praia e nessas cidades que possuem praias. Dizem que geralmente é onde mais ocorre.

Existe também no alto sertão paraibano, como eu tomei conhecimento, em Tavares, que é uma região a mais de 400 quilômetros daqui, onde existe a exploração sexual de crianças e de adolescentes de uma família que tinha menores de 9 a 14 anos de idade, isso em 1992. A mãe ficava na porta da casa, no dia da feira, cobrando quanto ia para cada serviço daquelas crianças. Eu fiquei assustada e estarecida na época e perguntei se as autoridades não haviam tomado nenhuma providência e me foi dito que elas também estavam inseridas nesse contexto e que elas também se utilizavam daqueles serviços.

Então, é assim, o que eu quero dizer é que é uma coisa seriíssima e difícil de ser detectada, é um ato desumano, injusto, desonesto, vil, ignóbil, mas que, infelizmente, existe contra crianças e adolescentes, que são as maiores vítimas e que não sabem se defender, não sabem requerer os seus direitos. Portanto, nós, enquanto sociedade civil, é que temos de tomar realmente essa providência, embora não seja um fato novo, é um fato antigo, desde a época da casa da roda, da época do descobrimento do Brasil isso já existe, isso não é de agora. As crianças viviam



vendendo flores nas ruas e já se prostituindo quando o Brasil foi iniciado. Isso não é novo. Sabemos que o Deputado Carlos Lacerda, que foi jornalista, foi executado no Rio de Janeiro porque quis denunciar ou porque estava denunciando os soldados de polícia que estavam recebendo propina da prostituição infantil, todo mundo sabe disso, inclusive nas revistas *Veja* e *Época* desta semana saiu uma retrospectiva sobre esse fato. Então, não é um fato novo, não é um fato de agora, mas é difícil de ser detectado porque ele é silencioso. Isso não significa que não devemos lutar por essas questões. Devemos, sim, todos os dias, porque, como eu já disse, é profundamente desumano, porque age contra pessoas que não sabem como se defender.

Então, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente está de portas abertas, nós temos um colegiado profundamente voltado para as causas sociais, profundamente comprometido com essas questões e qualquer denúncia que apareça junto ao Conselho Estadual nós, Conselheiros, estamos dispostos a levar às autoridades. Essa é a minha contribuição e eu estou aqui para qualquer pergunta que queriam fazer nesse sentido.

Agradeço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Sônia Carvalho.

Passo a palavra ao Secretário-Adjunto do Desenvolvimento Social do Município de João Pessoa, o Sr. Antônio Jácome.

O SR. ANTÔNIO JÁCOME FILHO - Boa noite a todos e a todas. Quero cumprimentar o Deputado Federal Luiz Couto, que tem dedicado a sua vida, no mundo sacerdotal, principalmente, a causas nobres como essa, a criança e o adolescente. Quero saudar também a Erika Kokay, Presidente da CPI; a Liliam Sá, Relatora da CPI e, em especial, a amiga e parceria, na luta do dia a dia pelo enfrentamento também dessa causa, Sandra Marrocos, que tem dedicado parte ou quase todo o seu tempo a lutar para melhorar a vida da população de nossa cidade.

Em nome do Prefeito Luciano Agra, que manda um abraço fraterno a todos, principalmente do colega Secretário Lau Siqueira, que, por motivo superior, não pôde estar aqui, estamos todos em sintonia, empenhados em fazer com que essa ação da CPI, que apura denúncias contra a exploração sexual de crianças e



adolescentes, possa de fato obter bons resultados também aqui no Estado da Paraíba.

Quando nós falamos de política pública, sabemos da importância da execução das mesmas, e na Secretaria de Desenvolvimento Social no Município de João Pessoa temos procurado, com muita responsabilidade e compromisso, fazer com que essas políticas possam ser efetivadas. E, na política de assistência, temos procurado fazer com que os programas, projetos e serviços da assistência possam, de fato, chegar àquelas pessoas que deles precisam, porque a política de assistência já tem uma lei que dá essa garantia de direitos à população que dela precisa.

De fato, dentro da média complexidade, temos na proteção social especial uma política que está em plena expansão no Brasil, que é a dos CREAS, os Centros de Referência Especializado de Assistência Social. Aqui em João Pessoa também, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, já estamos com dois CREAS funcionando e, além de aprimorarmos os serviços dos CREAS, estamos expandindo para mais dois. Até o final de junho teremos quatro CREAS funcionando.

De fato, quando nós falamos de enfrentamento à violência e ao abuso à exploração sexual de crianças ou de adolescentes, nós nos encontramos com realidades muito complexas. Vocês já colocaram aqui as diversas situações com que nós nos deparamos. Hoje pela manhã nós tivemos a oportunidade de ouvir membros do Judiciário, do Ministério Público e do Ministério Público do Trabalho, e deram depoimentos importantíssimos acerca do enfrentamento que estão fazendo e o que sofrem para poder realizar essas ações. Nós também temos os nossos limites, as nossas dificuldades, mas os CREAS hoje têm uma parceira muito forte com o Ministério Público, com a Delegacia da Infância, com a Promotoria da Infância e principalmente com a sociedade civil organizada.

Nós hoje contamos com a rede de proteção social que está a cada dia mais se mobilizando e se articulando para melhor oferecer condições de trabalho para os nossos profissionais, que temos dentro daqueles que fazem esse atendimento de forma qualificada, porque nós fazemos e estamos continuando uma capacitação permanente com esses profissionais. Mas, acima de tudo, quero dizer também que



temos o CMDCA, que nos ajuda muito, e aqui deu testemunho a nossa companheira Lílian, e, por fim, os Conselheiros Tutelares, eles é que estão na ponta e aqui enfrentam, com muita coragem, com muita dedicação, esse problema e, muitas vezes, nos trazem essa demanda que nós, por obrigação, temos de fazer os devidos encaminhamentos e fazer com que a aplicação, a efetivação da política possa acontecer.

Então, por exemplo, um instrumental que nos tem ajudado muito nos CREAS é o Disque 100. De janeiro a abril de 2002, nós recebemos mais de 200... Quer dizer, o Disque 100 recebeu mais de 200 denúncias aqui do nosso Estado, do Município de João Pessoa, e para os nossos CREAS, os cinco Conselhos Tutelares passaram apenas 15 denúncias. E gostaria de saber por que isso. Acho que o colega Vinícius colocou que muitas das denúncias estão indo para outra vertente, em vez de serem denúncias específicas que tratem do abuso e violência de criança e adolescente, também há outras relacionadas ao idoso. Eu não sei se esse foi o caso. Mas aqui, da nossa parte, é mais uma cobrança, porque, de fato, dentro do fluxo da rede, o CREAS tem esse papel de receber dos conselheiros tutelares, para poder fazer os devidos encaminhamentos. Então, nós sabemos que os CREAS têm esse papel importante de poder fazer esse encaminhamento.

Hoje nós estamos com 186 famílias em acompanhamento pelos CREAS no Município de João Pessoa. Esses CREAS estão atendendo, em média — os dois CREAS que estão funcionando —, 45 famílias, através de uma demanda espontânea. Também nós recebemos dos Conselhos Tutelares ou da Promotoria da Infância, quando é o caso.

Nós sabemos que é importante fazer com que essas crianças possam ter um destino certo, elas possam receber o atendimento adequado. Para isso, neste momento, nós temos um centro de atendimento, que é um setor localizado no Arlinda Marques, que faz um atendimento ambulatorial e psicológico, de forma sistemática, que está, também, nos ajudando e recebendo os casos que estamos encaminhando dos CREAS. Então, tem nos ajudado bastante, tem sido fundamental para esse enfrentamento esse acompanhamento por parte desse setor localizado no Arlinda Marques.



Além disso, nós temos, dentro do nosso sistema de proteção social, as casas de acolhida, que têm, de certo modo, dado um suporte a alguns casos — não falamos de todos. Mas quando é oportuno, colocamos temporariamente, em um desses nossos serviços, essas crianças e adolescentes, para que elas possam, depois, serem encaminhadas para a rede ou para o lugar mais adequado.

Por fim, eu gostaria de dizer que essa interface que nós temos com a saúde, hoje, tem exercido um papel fundamental, principalmente para ajudar as famílias dessas crianças e adolescentes. O CREAS tem realizado um diálogo permanente com as outras instituições, principalmente com o Ministério Público, porque nós sabemos que sem o Ministério Público também nós não haveremos de dar passos mais adiante.

Queríamos apenas colocar que entre tantas ações que nós procuramos realizar em prol dessa causa, o Plano Municipal de Enfrentamento à Exploração de Criança e Adolescente foi elaborado por toda a sociedade civil, junto com a Prefeitura Municipal, com as Secretarias de Desenvolvimento Social e com o Conselho Municipal da Assistência, aprovado em 2006. Neste momento, está havendo uma nova discussão para uma nova revisão nesse plano.

Quero dizer também do Código de Ética, que foi citado aqui pela manhã pelo Procurador do Trabalho, Eduardo Varandas, que tem sido (*ininteligível*) do diálogo com a rede hoteleira, porque nós sabemos que um dos grandes problemas está no turismo sexual. Para isso, a Secretaria conseguiu, no ano passado, um recurso oriundo de um programa do Ministério do Turismo, TSI Infância, que vai nos ajudar a implementar ações, principalmente campanhas preventivas para esses dois eventos que acontecerão em 2014 e 2016, e que terão também aqui sua influência na Paraíba.

Portanto, são ações que nós consideramos importantes. A nossa Secretaria está de braços abertos, com esse serviço, procurando cada vez mais aprimorar, para que essa política possa ser efetivada e melhorar de fato a situação de nossas crianças e adolescentes em nosso Município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, companheiro Antonio Jácome.



Agora, vamos passar a palavra para as pessoas do plenário.

Como hoje, dia 15, é o Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso, vamos dar precedência, agora, às pessoas. Chamamos a Dona Rô, para que seja a primeira. Ela está desde a manhã ali, caladinha, lá, esperando a hora de falar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Se quiserem colocar o microfone para a Dona Rô falar. Vem para cá? Quer vir aqui? Pode ir.

A SRA. ROSANA FERRAZ CABRAL - Eu não represento órgão nenhum. Boa tarde, boa noite já para vocês todos e para o senhor também. Já é a idade, de vez em quando some o nome da pessoa, sabe? Mas eu queria dizer — alguns já me conhecem — que estou aqui, desde a manhã, ouvindo tudo atentamente. Eu pensei em nem vir hoje aqui, mas depois me deu um estalo: "Eu vou". Porque isso que eu estou vendo aqui, eu já, há 5 anos venho acompanhando, eu venho assistindo, desde Nádia Paletó, enfrentamentos, etc., etc. Desculpem-me porque eu vou ser franca: depois continua tudo do mesmo jeito. Desculpem-me. Mas eu vim e gostei das primeiras palavras de Eduardo Varandas, do Curador da Infância e Juventude, e do outro também. Eu pensei que não iam dizer nada, porque, infelizmente, maquiar a situação é o que se faz — maquiar. E sabemos que a situação é séria, e cada vez ela está aumentando.

Eu sou uma ouvinte de rádio — uma escuta danada —, às 5 horas da manhã já estou ouvindo. Estão matando as nossas crianças, os nossos jovens. Todos os dias: um, dois, três, quatro, cinco. E não é mais de 16 anos em diante. Agora é de 13, de 14 anos. Então, estão matando os nossos jovens. Daqui a pouco nós não teremos mais nem Exército. E penso: é aqui? E nos outros Estados? E nas outras cidades? Quantos são? Certo.

Então eu, que já tenho três bisnetos, pergunto o que será dos meus netos pequenos — porque eu ainda tenho netos pequenos — e dos meus bisnetos? O que vai ser para eles? O que eles irão enfrentar? Porque no máximo preocupação séria de todos os lados, uma preocupação séria: "Vou fazer o meu trabalho sério, vou cuidar disso; é meu trabalho, e vou fazer seriamente isso". Eu não vejo isso.

Sinceramente, desculpem-me. Sandra Marrocos, admiro muito seu trabalho, você me desculpe. Os Conselhos Tutelares não têm como fazer o trabalho deles,



estão desamparados. (*Palmas.*) A única representante do Estado aqui se engasgou com todas as respostas. Vamos dizer a verdade: ela não sabia o que ia responder. E aqui deveria ter uma autoridade maior do Estado, deveria ter mais autoridades ainda.

Então, desculpem-me a minha sinceridade. Eu sinto isso, que é "faz de conta que estamos fazendo alguma coisa". Na verdade, todos nós sabemos que não é bem assim.

Obrigada e me desculpem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dona Rô, a senhora não tem que pedir desculpas porque é uma realidade. Nós verificamos isso. Basta verificar que a faixa etária em que mais cresceu o número de assassinatos com armas de fogo foi de 10 a 14 anos: 32%. Um crescimento assustador, mostrando que nossas crianças, nossos adolescentes... E só para dar um dado para a senhora, de cada 100 presos nas prisões, 63% são jovens de 18 a 29 anos. E estão querendo reduzir a maioria penal! Ou seja, daqui a pouco, as crianças que vão nascer já serão recrutadas para também serem vítimas desse assassinato.

A senhora não tem que pedir desculpas, não. Esta é a realidade. Nós temos que dar razão: as políticas precisam ser implementadas.

Agora nós temos Lorenzo Dalaini, da REMAR. Nós estamos remando também.

O SR. LORENZO DALAINI - A REMAR é a Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes, uma rede mista da sociedade civil organizada, do poder público, que trabalha em rede, na articulação política de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Eu queria dar pelo menos uma contribuição, a partir dessa perspectiva do trabalho em rede, dizendo que se fala de exploração sexual, já se falou anteriormente. É um problema complexo, então, tem que ser resolvido de forma articulada, porque é um problema econômico, é um problema político, é um problema cultural, é um problema social. Já se falou da extrema pobreza, da cultura machista, escravagista, de todas essas questões que se acumulam. Claro que é um problema muito amplo e, para ser enfrentado, tem que ser enfrentado de forma ampla.



Agora, percebemos que não há dados concretos. Quando se fala de alguns casos, diagnósticos mais sérios, mais apurados, não existe especificamente para a questão da exploração sexual, mas também, em geral, sobre um diagnóstico da situação das vulnerabilidades sociais das nossas crianças e adolescentes.

O pressuposto de qualquer plano estadual ou municipal que seja, para criança e adolescente, em geral, ou mais específico, como é o caso da exploração sexual, ou convivência familiar (*ininteligível*), a erradicação do trabalho infantil, precisa de dados, e não temos. E muitos “achismos” aparecem por aí.

Então, acho que uma das questões fundamentais é poder investir, tanto que o nosso plano estadual, aqui da Paraíba, prevê um estudo, um diagnóstico mais aprofundado sobre a exploração sexual. Precisamos de mais dados para poder ver as causas reais e as várias... Por exemplo: a presença de redes. Sabemos que existem redes organizadas, mas é um saber sem provas concretas, sem uma articulação de dados. Precisamos de diagnósticos, de dados.

Ligado a isso, quem mais pode trabalhar essas coisas? É claro, em nível estadual, mas sobretudo no nível local. Então, nos Municípios, falava-se em Conselhos Tutelares, uma preocupação nossa, muitas vezes, dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Eu estou na escola de conselhos, como outros colegas aqui, e quando a gente está encontrando todos os Municípios da Paraíba, Conselheiros Tutelares e Conselhos de Direitos, os Conselhos de Direitos são muito fragilizados, não são apoiados, não são favorecidos, e são um dos responsáveis pela elaboração da política da criança e do adolescente nos Municípios. Então, precisamos fortalecer os Conselhos Municipais. Precisamos ter condições de elaborar uma política, plano de ação, planos de aplicação, um fundo, mas a partir de dados, de diagnósticos.

Uma das questões que sentimos na complexidade das questões, o CMDCA, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, surgia em dificuldade. Aqui são da rede organizada. As Redes de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, acho, é uma questão fundamental.

Hoje de manhã eu estava em Lucena, na rede de proteção, estava o Prefeito, estavam vários Secretários, 50 pessoas, o Oswaldo Trigueiro, Procurador do



Ministério Público, discutindo a problemática da comarca de lá e toda uma série de coisas. E as coisas caminham mais quando a rede se organiza.

Então, precisamos fortalecer os Conselhos dos Direitos, fortalecer as Redes de Proteção Integral nos Municípios. Que possam ser elaboradas, realmente, políticas públicas integradas, de forma articulada, a partir de diagnósticos, planos operativos.

É mais nesta linha que eu queria dar uma contribuição na complexidade das questões. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Lorenzo.

O senhor tem toda razão: nós precisamos ter um banco de dados para que possamos, a partir desse banco de dados, estabelecer as políticas públicas para o enfrentamento dessa questão, entre aquilo que é abuso, que é exploração, que é da pedofilia via Internet, enfim, uma série de questões que nós..., o tráfico de seres humanos também, que é o tráfico interno e o tráfico internacional.

Tudo isso é importante, e esse banco de dados, para nós estabelecermos essa relação.

Agora, para falar, concedo a palavra à Profa. Terezinha Barros, professora da Escola de Conselhos. *(Palmas.) (Pausa.)*

Aqui, D. Terezinha, estava a Sandra Marrocos, que a gente chamou primeiro aqui. Eu disse: *“Ah, chama o Lorenzo, porque D. Terezinha tem juventude acumulada.” (Risos.)*

A SRA. TEREZINHA APARECIDA DE FRANÇA BARROS - Gente, boa noite. Não sei se vou conseguir dizer tudo que estou aqui com vontade de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Diga.

A SRA. TEREZINHA APARECIDA DE FRANÇA BARROS - Porque é muito complicado para um professor o poder de síntese, em 3 minutos, dizer aquilo que está realmente lhe passando pela alma.

Mas, em primeiro lugar, eu gostaria de saudar a Mesa em nome da anfitriã — a Vereadora Sandra Marrocos, na realidade, é anfitriã desta CPI — e agradecer, com muita honra, ao nosso Deputado, à Relatora, à Deputada Federal, e dizer o seguinte: esta é uma situação em que eu me sinto muito cômoda nesse momento, porque aqui eu não estou na condição de representante de ninguém.



Isto aqui é uma CPI. Quem deveria estar aqui efetivamente, para responder ao que esta CPI necessita levar de dados, não está. Mas, para quem não tem vez nem voz, o professor sempre se coloca nesse lugar.

Até agora, o que nós ouvimos, e isto nós compreendemos que é o mister desta CPI, são as denúncias. Mas eu aprendi enquanto estudante, lutando contra a ditadura militar, correndo da Polícia Federal, que não devemos ficar só na denúncia; também temos que anunciar. Infelizmente, só denunciamos; falta ainda obtermos a cultura do anúncio.

Perdoem-me, mas, aos 60 anos, 45 de militância, a minha impaciência humana, neste momento, nestas situações, se sobrepõe à minha paciência filosófica. Eu penso que nós já ganhamos grau suficiente para estamos caminhando para a consolidação daquilo que efetivamente é de direito, o que é direito. O que é de direito é direito — está na lei. Nós não deveríamos estar aqui mais falando em violação de direitos; nós aqui deveríamos estar falando em prevenção, ampliação.

Então, uma proposta a esta CPI: nenhuma sociedade por si só, aliás, a educação por si só não modifica nenhuma sociedade, mas nenhuma sociedade sobreviverá sem educação.

E aqui quem está falando não é só a pedagoga nem a advogada; é a mãe, é a mulher e, principalmente, Srs. Deputados e colegas aqui presentes, é a avó.

Eu não corri da Polícia Federal para deixar isto aqui que eu estou presenciando para os meus netos. Eu lutei pelos direitos, pela cidadania, e estou vendo a Nação brasileira — e quando eu falo de nação eu me reporto a povo, principalmente à população infantojuvenil — sendo dizimada. E não há como se falar de país sem nação. E não é este País que eu sonhei para os meus netos.

E aqui, veementemente, é a avó que está dizendo: este não é o País que eu quero, este não é o País que eu sonhei. As carreiras que eu levei da Polícia Federal não foram para, ainda hoje, aos 60 anos, estar participando de uma CPI, para ouvir simplesmente aquilo que eu, há 45 anos, escuto: violação de direitos.

Então, está na hora de todos nós que fazemos parte desse grande Sistema de Garantia — em qualquer eixo em que nós estejamos, seja na proteção, na defesa e na promoção —, está na hora de começarmos a anunciar, ou seja, a fazer.



Sra. Relatora, eu proponho que, a partir de agora, nós trabalhemos no eixo que sai dos três previstos no Sistema de Garantia de Direitos, que nós trabalhemos no eixo da prevenção.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Profa. Terezinha Barros. (*Soa a campanha.*) Apitaram umas duas vezes aí, é o...

(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é. Mais não. (*Risos.*)

Só que agora nós é que corremos atrás, para ver se as denúncias se tornam em anúncios, em proteção, em políticas públicas.

O quarto inscrito é o Conselheiro Tutelar Sérgio Lucena.

O SR. SÉRGIO LUCENA - Boa noite a todos. Hoje é um dia muito especial: a CPI está aqui presente em João Pessoa, o que devemos saudar este momento, porque é um momento histórico. A Vereadora Sandra, que é anfitriã aqui do evento, junto com o Deputado Luiz Couto aqui, construíram este momento, para que nós tenhamos essa oportunidade de discutir e colocar propostas e aprofundar essa temática que é tão importante no nosso dia a dia.

Mas estou aqui para colocar algumas propostas que são necessárias e urgentes no nosso entendimento. A primeira delas é a criação de setor especializado na Polícia Militar para combater a exploração e o abuso sexual. Não só combater, mas também um trabalho de prevenção, de um setor especializado.

A segunda proposta é que, nas principais cidades da Paraíba, sejam implantadas delegacias especializadas no combate e na prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes.

A terceira proposta é a implantação do PPCAAM no Estado do Paraíba. Foi publicado no *Diário Oficial*, no ano de 2010, mas, de lá para cá, tem algumas discussões. Mas chegou o momento de a gente ter na prática o PPCAAM. É fundamental porque, a cada dia, a quantidade de crianças e adolescentes ameaçados tem se tornado uma rotina nos Conselhos Tutelares. E a gente fica com muita dificuldade de encaminhamento, para que garanta a vida deles.

Pois bem, nossos amigos que estão aqui presentes, eu gostaria de falar, neste momento, como quem está na ponta, como conselheiro tutelar, quando chega



uma mãe, quando chega um pai, quando chega uma denúncia, quando aquela criança chega até o Conselho Tutelar, o nosso procedimento e as dificuldades que encontramos.

Hoje não basta apenas encaminhar a criança para a delegacia especializada, depois acompanhar até o (*ininteligível*), depois fazer o estudo psicossocial e dar continuidade ao acompanhamento através do CREAS/PAEFI. É preciso também proteger a criança, porque as vítimas estão passando a ser ameaçadas. Além de o abusador, em uns casos, ser preso ou não, mas, depois de todo esse histórico de procedimento, a gente tem sido obrigado a deslocar algumas famílias de onde moravam, vítimas, por culpa das ameaças que surgem.

Então, a extensão desse problema está, cada vez mais, se tornando mais complexa, e a gente precisa de fortalecimento da rede para ter respostas necessárias para essa problemática.

Na verdade, o papel da mídia tem sido devastador nisso tudo. Os crimes contra crianças e adolescentes da mídia ultrapassam toda ética possível, expondo as vítimas da forma mais absurda, propiciando que essas vítimas passem a ser ameaçadas por comunidades, pelos moradores de um bairro, como culpadas porque foram abusadas, culpadas porque foram exploradas.

Então, é preciso discutir, de forma profunda, o papel da mídia nessas notícias que são veiculadas nos programas policiais, em todas as cidades brasileiras hoje, mostrando essa questão da banalização, da exploração e da violência sexual contra crianças e adolescentes.

E, para concluir, gostaria de dizer, quando se falou a palavra prevenção, no dia 18 de maio, os Conselhos Tutelares lançaram a campanha de prevenção e de orientação para os pais, técnicos, professores e de todo o Sistema de Garantia de Direitos. Dia 18, no Conselho Norte, reunimos os mais diversos segmentos. Lá lançamos cartazes, panfletos de orientação e prevenção, porque é preciso que os pais estejam mais atentos, já que a maioria dos crimes sexuais, infelizmente, acontecem dentro da própria casa, dentro da própria família, dentro do próprio bairro e da comunidade. Então, é fundamental que essas campanhas de prevenção se fortaleçam.



E, para concluir, eu quero parabenizar os Deputados Federais, na pessoa da Deputada Erika Kokay, Presidente da CPI, também o Deputado Luiz Couto, a Relatora que está aqui presente também, a Deputada Liliam, por essa semana histórica que tivemos no Congresso Nacional, na Câmara, na quarta-feira, que foi a aprovação do PL 3.754, dos Conselhos Tutelares, que garante os direitos trabalhistas dos Conselhos Tutelares em todo o Brasil.

Temos mais de 2 mil Conselhos Tutelares que não têm sequer o 13º, um terço de férias, não têm nada além da estrutura. Então, aquele foi um momento histórico, uma luta de muitos anos, onde a gente pede que esses Deputados que deram suor, deram sangue naquele momento — porque foi um debate muito profundo —, que eles estejam junto com os Senadores, com a Presidente Dilma, para, o mais rápido possível, sancionar essa lei, para beneficiar milhares de Municípios que nem sequer têm os direitos trabalhistas garantidos pelos Conselhos Tutelares.

Então, a gente está muito grato aos Deputados Federais que, naquele momento, foram à tribuna e defenderam com unhas e dentes, junto com os conselheiros tutelares de todo o Brasil que estavam em Brasília, aquele momento histórico. Quando eu falo nessa questão é porque, quanto mais o conselheiro estiver mais forte na sua base, mais condições ele tem de proteger a criança e o adolescente e fortalecer o sistema de garantia de direitos.

Parabéns a todos vocês por este momento da CPI, que está aqui hoje. E que a gente continue juntos, fortalecendo esse trabalho de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Sérgio.

Quero dizer que é obrigação nossa de aprovar aquela lei, aquele projeto de lei que vai agora para o Senado. Foi acordado lá, a Deputada Erika Kokay, como Relatora, teve papel importante nesse acordo que foi feito, porque, no momento em que foi colocado para votação, havia resistência de diversos Parlamentares, e, a partir do acordo feito, foi aprovado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Isso. Está lá.



E eu quero dizer para vocês o seguinte: é fundamental inclusive a unificação da data de eleições. Vai impedir, inclusive, aquilo que acontece em algumas regiões, onde a interferência política ou econômica funciona. Agora, num dia só, a população brasileira vai saber que, naquele dia, em todos os Municípios que têm Conselhos Tutelares, haverá uma eleição para a votação dos seus conselheiros.

É muito importante, além de assegurar todos os direitos trabalhistas aos conselheiros. Parabéns a vocês. *(Palmas.)*

E vamos ouvir agora Edilma Ferreira, Conselheira Tutelar. Depois nós iremos ouvir a nossa Sandra Marrocos, que vai ter que se ausentar. E depois a nossa Relatora vai fazer as perguntas aos membros que estiverem aqui.

A SRA. EDILMA FERREIRA - Boa noite a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Boa noite.

A SRA. EDILMA FERREIRA - Eu gostaria de me identificar especificamente: eu não sou Uilma, eu sou Edilma Ferreira, Conselheira Tutelar de João Pessoa, educadora e especialista.

Gostaria de parabenizar todos e todas que direcionaram seu dia para essa luta, dizer que é muito válida. Quero saudar a mesa, na pessoa da Vereadora Sandra. Dizer que isso é muito importante, Sandra, para nós, conselheiros, estarmos aqui, ter essa oportunidade de ter voz. E isso é muito importante para a gente.

Quero dizer que a minha bandeira é a bandeira da criança, o meu lado é o lado da criança e do adolescente. E a gente precisa se desarmar. Nós precisamos entender que a gente tem um horizonte, um lado só. A gente precisa priorizar, se desarmar e entender que precisamos sonhar — eu, como Conselheira Tutelar — com um espaço de trabalho onde a gente possa receber, acolher as famílias, as crianças e adolescentes que nos buscam, no espaço do Conselho Tutelar, de uma forma digna e acolhedora.

Precisamos ter uma sala para atender a família de uma forma qualificada, de qualidade, onde as psicólogas precisam ter um espaço para fazer a escuta das pessoas vitimadas com dignidade. Isso a gente sonha. A gente sonha com uma gestão que veja o Conselho Tutelar, o conselheiro tutelar, como parceiro desse processo, dessa luta. Ela precisa ser efetivada, de fato, com políticas públicas de



qualidade, onde todos e todas que fazem essa rede de proteção vistam a camisa, se desarmem, gente.

Nós estamos num mundo civilizado, onde as pessoas precisam entender que a criança está além de tudo isso. Então, é com essas palavras que eu quero dizer... Combatendo a exploração sexual, através de uma educação de qualidade, através de uma creche que acolha, que dê a proteção a essa criança, que acolha essas famílias, que seja uma ponte de segurança, de proteção, de apoio a cada um. Eu, como Conselheira Tutelar, minha proposta era a política de prevenção. Mas a nossa demanda é tremenda, e a gente não consegue fazer ainda essa política.

Mas quero dizer que estou aqui para contribuir com a política da criança e do adolescente, independente de onde esteja.

Então, é com essas palavras que quero dizer e gostaria de colocar que nós precisamos estar abertos, independente de qual posição. E precisamos nos unir, porque é ouvindo quem está lá na ponta que a gente atribui uma política de proteção de qualidade, que ela venha de frente ao real problema.

Quem tem esses dados realmente são os conselheiros tutelares, que têm a vivência, têm essa demanda e sabem onde estão as feridas da nossa sociedade. E a gente precisa ter vez e voz. É em espaços como este que a gente precisa ouvir e ser ouvido, não só hoje, mas sempre.

Então, uma boa noite para todos e obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar a palavra para a Vereadora Sandra Marrocos, porque ela vai ter que se retirar. E aproveito para agradecer enormemente o carinho, a acolhida, enfim. Mas vou lhe passar a palavra, depois, eu passo para a Relatora, para que possa fazer sua consideração, depois, para os Deputados, e nós encaminhamos para o encerramento.

Com a palavra a Vereadora Sandra Marrocos.

A SRA. SANDRA MARROCOS - Bom, eu vou ser bem breve. Dizer que, apesar do cansaço — nós estamos todas e todos cansados —, eu ainda tenho três agendas hoje, mas vai dar tudo certo, eu tenho certeza. Eu tinha esquecido de uma, mas meu companheiro Luiz Couto me lembrou, e eu agradeço.

Mas olhe só, gente, eu acho que hoje a gente viveu... Apesar de eu achar, com todas as letras e com todas as palavras, quem me conhece sabe disso, que o



que está faltando aqui é o Secretário de Segurança do Estado... Ele deveria estar aqui. Mas foi válido.

Na parte da manhã, a gente escutou aqui os operadores de direito ligados à área da criança e do adolescente e se pôde perceber que — e é verdade, sabe Deputada Erika, Deputada Liliam, é verdade o que se viu — aqueles operadores que estavam aqui são, de fato e de direito, comprometidos, porque são militantes da causa também. E a gente escuta aqui os conselheiros tutelares e sociedade civil.

Terezinha, eu morro de ciúme, porque minha filha faz estágio com ela e é doidinha por ela. Mas, ao ouvi-la, eu percebi o porquê de tanto encantamento.

A gente pôde escutar Lorenzo, e a gente dialoga. E a gente pôde ouvir os conselheiros e conselheiras tutelares. A gente sabe que falta avançar bastante, mas a gente sabe o quanto avançou, na cidade de João Pessoa. Isso precisa ser reconhecido, porque, senão, a gente não parte da realidade.

É a mesma coisa de olhar para a questão da exploração sexual de criança adolescente e, de repente, não dizer tudo. Então, não dizer que se avançou na questão de estrutura, na questão de visibilidade, na questão de respeito e de diálogo com os conselheiros e conselheiras tutelares, nessa gestão, é não ser verdadeiro. Agora, a gente falta avançar muito. E isso precisa ser dito.

Dizer que a minha companheira Cida disse “sim” a muita coisa aqui. Ela disse “sim”, porque quando a gente pegou este Estado... E quando eu digo a gente é porque eu não sou apoiadora do projeto que esta aí, eu sou construtora. Faz 17 anos da minha vida que eu construo, quotidianamente, a possibilidade de o Luciano ser Prefeito hoje, de o Ricardo ser Governador, de a Dilma ser Presidenta, de o Luiz Couto ser nosso Deputado.

Pela primeira vez, Erika, a cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, vivencia a implantação do projeto do Campo Democrático e Popular, cheio de desafios. No início de tudo, viemos para esta Câmara, e eu não era Vereadora ainda, estava lá, de onde eu sou, dos movimentos sociais, e a gente teve que vir para cá, a população inteira, para dizer da importância da criação da Secretaria de Habitação, na cidade de João Pessoa, que hoje já entregou mais de 17 mil casas.

Dizer para vocês que eu fui Coordenadora do Orçamento Democrático, o Orçamento Participativo, quando foi implantado. E ele estava dentro da reforma



administrativa. Eu fiquei 3 meses sem salário, porque esta Câmara não votava. Não votava, porque esse projeto precisava da reforma administrativa, Vereadora Elisa, para implantar o Empreender, que é um programa de microcrédito pioneiro e que só existe na cidade de João Pessoa e no Estado da Paraíba, que deu acesso às pessoas em situação de pobreza para conseguirem se libertar. Não é distribuindo cesta básica — apesar de eu ser assistente social e defender a política de segurança alimentar e a cesta básica faz parte dela, mas a gente tem que gerar renda.

Eu acho um absurdo chegar aqui e dizer que Cida não disse que pegou completamente desestruturada com um convênio que era de 2008, que não foi implantado. Quando o Governo assumiu, não teve tempo hábil, mas não foi por conta de compromisso não, porque quem conhece Cida Ramos sabe da história dela. Foi por conta de tempo burocrático. O recurso voltou. Se esse recurso tivesse ficado, hoje seria uma outra realidade, a capacitação e a formação dos conselheiros e conselheiras.

Então, isso precisa ser reconhecido. Isso precisa ser dito, que é para a gente sair daqui realmente com a realidade. É isso que acontece. Hoje tem um Governo que tem sensibilidade.

E aí eu queria pedir desculpa, porque é tanta coisa na minha vida, mas eu participei de uma sessão na Assembleia, junto com a Deputada Gilma Germano, e o plano estadual foi apresentado, Erika. E, na manhã, eu fiz essa falha de memória.

E aí eu queria parabenizar as mulheres, as assistentes sociais, que eu conheço da militância, que estão à frente dessa política hoje no Estado da Paraíba, onde está inserida a política da criança e do adolescente.

Queria dizer que uma das emendas — já assinei aí quando eu me comprometi — foi colocando o orçamento para que a gente conseguisse implementar mais ações no ano que vem.

E, no mais, dizer para vocês... Luiz Couto, olhe, se não fosse você, em alguns momentos de dúvida, que eu tive um bocado, para onde é que eu vou, que esse negócio está meio... E aí eu olho para você, sabe Luiz? E você hoje é a minha maior referência política neste Estado. Eu me espelho na sua ação, na sua coragem, na



sua ousadia, na sua firmeza de caráter e de projeto. E é isso que a gente tem que ter. E saiba que é uma honra demais estar aqui.

Dizer, Erika, Liliam, que sejam muito bem-vindas, Liliam; dizer aos funcionários e funcionárias que foi um prazer ter vocês aqui; agradecer aos meninos da Câmara, às meninas da Taquigrafia. Hoje a gente foi além. Hoje a gente já está em 7 e 15; dizer à Wallene que foi um prazer organizar essa sessão com você, e ao meu assessor França; agora estão a Célia e a Leca aí, mais o França, que fez essa ponte; agradecer ao pessoal que serviu café, que cuidou de tudo, da segurança, ou seja, agradecer a todo mundo.

E encerrar convidando vocês, eu vou agora, que já deve estar começando, para o I Encontro da Juventude LGBT, no Estado da Paraíba. Lá na Universidade Federal da Paraíba, a gente vai estar fazendo um processo de discussão de dois dias. Vamos ter um *show*, no final, bem bacana; quem quiser aparecer no final da noite por lá, e para nos preparar para a parada, para a Parada da Diversidade que vai acontecer aqui na nossa cidade.

Então, companheirada, estamos juntos, estamos misturados. Não me interessa, sabe, Vinícius, não me interessa o que me afasta dos lutadores e lutadoras. Em alguns momentos o processo político nos afasta. O que me interessa é o que me aproxima. É por isso que eu consigo dialogar do PSOL ao PSDB. Consigo. Consigo fazer todos os diálogos, contanto que a gente não casse direitos. Obrigada, prazer imenso e conte sempre conosco. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Sandra. Mais uma vez, agradecemos.

Eu vou passar a palavra para a Relatora, para que ela possa fazer os seus questionamentos. Em seguida, para o Deputado Luiz Couto. Depois eu passarei a palavra para mim mesma, e aí nós vamos caminhando para o encerramento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Gente, antes de ela ser Deputada, vocês têm que votar nela para a reeleição, tá? Depois vocês votem nela para Deputada — está bom? —, para ela continuar lutando aqui pela criança e pelo adolescente, senão a gente vai perder aqui um braço forte nesta luta.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, não pode ser mal colocada na campanha, porque eu não tenho nada a ver com isso, eu só estou aqui falando da CPI.

Eu quero dizer, Sandra, para você levar um abraço para o Presidente desta Casa, o Durval Ferreira, em nome da CPI; agradecer por essa recepção maravilhosa. Muito obrigada. Que Deus te abençoe.

Bem, gente, o que ouvimos nesta audiência pública hoje é que a Paraíba ainda, infelizmente, está longe de ser um modelo a ser seguido de política pública, planejamento e execução dos direitos e garantias dos direitos humanos de crianças e adolescentes, devido ao estado de ter muitas famílias ainda vivendo em extrema pobreza.

O que a CPI da Exploração Infantojuvenil se propôs a vir até aqui é ouvir, discutir e acatar sugestões para implementações de ações que dignifiquem e minimizem as desigualdades sociais que vivem as crianças desse Estado e de todo o Brasil. Por isso que nós estamos visitando as grandes capitais.

O que foi falado nesta manhã até agora à noite foi o seguinte: o que nós podemos tirar aqui é que falta um plano estadual de enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil; uma preparação para a Copa e os grandes eventos que estão para acontecer; uma polícia mais equipada e preparada — esse foi diagnóstico que foi falado desde a manhã —; maiores investimentos na segurança pública; maiores investimentos no orçamento para a infância — Foi falado aqui em 500 mil, acho muito pouco —; uma Delegacia da Infância que funcione 24 horas, porque as Delegacias, nos finais de semana, não funcionam, e os conselheiros tutelares ficam à mercê de terem que ir para uma delegacia comum e passarem por constrangimentos com as crianças — não é verdade? —; a responsabilização e proteção da vítima, que é um caso que também é difícil — isso também aconteceu em Natal, o acompanhamento da responsabilização a gente não consegue, é uma coisa que fica difícil —; uma casa-abrigo para as vítimas de abuso sexual, o tratamento dessas crianças que são vítimas, revitimização, como fala a nossa Presidenta; precisa-se de mais Varas da Infância em todo o País, mais CREA aqui na capital, com maiores equipamentos e um atendimento psicológico mais amplo e um acompanhamento mais complexo; falta monitoramento e trabalho em rede com



os Conselhos Tutelares; o GEMOL, que demora muito para dar o laudo, de 15 a 30 dias, passando constrangimento para a criança; uma sala de escuta com dignidade para ouvir as crianças. E algumas denúncias em relação aos hotéis, aos motéis, que também nós pegamos aqui. Eles falaram que perderam 50% de renda por causa de terem que fazer a identificação do condutor. Eu achei isso um absurdo. E eles terem que entrar até com liminar, os empresários. Acho isso um absurdo.

Então, o que nós queremos para as nossas crianças? O que a CPI quer aqui no Estado da Paraíba? Nós queremos contribuir, nós queremos melhorar a condição de vida das crianças, melhorar e trazer um mundo melhor para as nossas crianças, um entendimento melhor. O abuso sexual e a violência ela é uma questão que tem que ser discutida por toda a sociedade. É o que nós estamos fazendo aqui desde a manhã. É alertar a sociedade, é envolver toda a sociedade numa rede de proteção, é conclamar os pais, os educadores, os professores, os familiares a ficarem alertas até a possíveis sinais que as crianças expostas à violência ou a qualquer tipo de abuso possam estar expostas. Nós sabemos que há muitas crianças que às vezes os pais nem sabem que elas estão sendo aliciadas ou exploradas sexualmente. Às vezes aparecem com alguma coisa dentro de casa, algum presente, e os pais às vezes não sabem que aquela menina ela está sendo vítima de exploração sexual fora de casa, está sendo aliciada, ou está sendo vítima até de pedofilia, não sabem.

Então, os pais têm que ficar alerta aos sinais, a criança muda o comportamento. Essa criança ela tem um comportamento diferente daquele que é o habitual. Então, vamos aproveitar que nós estamos em rede, que as pessoas estão assistindo a gente: que os pais tirem 15 minutos por dia para ouvir os seus filhos, para falar com os seus filhos, para ouvir os anseios, para conversar com os seus filhos, porque eu sei de crianças que estavam sendo abusadas sexualmente em escolinha de futebol. Houve uma mãe que descobriu que o filho estava sendo abusado sexualmente numa escolinha de capoeira. Há dois anos o menino estava sendo abusado. E o cabra lá estava falando para ele: *“Olha, aqui, se você contar para o seu pai, para a sua mãe, lá na minha comunidade, X-9 morre virando churrasquinho”*. O menino morria de medo. Até que a mãe, vendo o comportamento do menino, o seguiu e acabou descobrindo que o menino estava sendo abusado sexualmente. Então, daí é um pulo para ele ser explorado sexualmente, fugir de



casa, é um pulo. Então, os pais têm que ficar alerta, tirar esses 15 minutos, conversar com o seu filho, tentar entender, conversar, falar abertamente com a criança, explicar para a criança o que é um abuso sexual, o que é pedofilia, o que é exploração sexual, ter um diálogo aberto com os seus filhos. Hoje em dia não dá mais para ficar escondendo o sol com a peneira lá, não é? Botando lá aquelas coisas.

A professora falou uma coisa muito certa, não é o Brasil que ela quer para o seu filho — ela está com 60 anos —, não é isso o que a senhora quer. Não é isso o que nós queremos, não é isso o que nós queremos. Ela falou assim: *“Eu não quero, eu não fiquei correndo da Polícia Federal para chegar aqui e ficar ouvindo isso, não é?”*. Hoje a gente é que tem que correr atrás da Polícia Federal, não é? Vem cá, corre lá. Não são eles que têm que correr atrás da gente.

Então, nós sabemos que a universalização da educação é o melhor caminho. A educação é a solução para o nosso País. Enquanto a educação não for prioridade em nosso País... Um país rico em cultura é o melhor caminho para a prevenção. A senhora pediu para a CPI trabalhar com a prevenção. É o único caminho. Não há outro. Prevenção é educação. E a única forma de coibir a violência, o abuso sexual, é através da educação.

Eu quero parabenizar a todos vocês que estiveram até esta hora aqui conosco, aos conselheiros tutelares, à sociedade civil. Quero parabenizar o Padre Luiz Couto pelo excelente trabalho que faz aqui. Todo mundo fala muito bem dele; é um guerreiro, aguerrido na causa. Quero que Deus esteja sempre iluminando o caminho dele para que ele possa sempre trazer luz e ajudar aqueles menos favorecidos. E que Deus possa nos ajudar também, nos iluminar.

E aos conselheiros tutelares, que têm esse trabalho maravilhoso, que vocês possam galgar muita paz, muita conquista, porque até aqui nos ajudou o Senhor. Que vocês tenham, na Paraíba, em João Pessoa, o melhor. É o que podemos deixar aqui de melhor para vocês.

Vou ficar com muita saudade. Até a próxima. Quero que a CPI possa deixar uma boa impressão para vocês. A nossa contribuição é a melhor possível. Podem contar conosco no Congresso Nacional lutando pelos direitos da criança e do adolescente.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam Sá.

Passo a palavra para o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidente, em primeiro lugar eu queria agradecer a todos os companheiros e companheiras que contribuíram para a realização desta nossa audiência pública, tanto aos daqui da Câmara, da assessoria da companheira Sandra Marrocos, quanto aos companheiros do nosso mandato. E também às pessoas que vieram de Brasília e que foram significativas para o sucesso desta audiência pública itinerante.

Nós verificamos que esse fato chama a atenção hoje. Ou seja, várias entrevistas foram dadas por outros membros, por outras pessoas, significando que esse fato chama a atenção de todos nós. Daí a importância da presença dos conselheiros aqui. Em outros momentos nós tivemos familiares e até pessoas que foram exploradas sexualmente que vieram prestar depoimento, também em caráter reservado. Nós verificamos que a impunidade leva a isto: o medo que as pessoas têm de denunciar, porque, de fato, as ameaças acontecem, não apenas contra elas, mas também contra os conselheiros que se expressam, que são eleitos e são ameaçados, como também os Parlamentares são ameaçados.

Nesse aspecto eu queria dizer que é importante que vocês continuem, porque nós podemos até ter ameaças, mas se entregar à ameaça, ao medo, é dar razão ao opressor, àquele que está querendo tal. O medo, é como dizia Seu Antônio, um agricultor lá em Capim de Cheiro, um homem semianalfabeto. Um dia eu perguntei a ele: *“Seu Antônio, o senhor sofreu tantos atentados aí, deram bala na sua casa, o senhor teve que tirar os seus filhos de casa para poder sobreviver, o senhor não tem medo não?”* E ele disse assim: *“Padre, medo nós tem, mas nós não usa. (sic)”* Medo nós temos mas nós não usamos, porque, se usar, vamos dar força para aquele que o ameaça. Por isso que a gente está nessa luta. É importante que nós continuemos.

Eu queria fazer um pedido aos conselheiros tutelares de cada região aqui de João Pessoa. Nós queremos ver, dos últimos 5 anos, a cada ano, o número de denúncias recebidas e o número de denúncias encaminhadas. Isso é importante. E os números, também, se vocês têm esses dados, de pessoas que foram punidas



nesses encaminhamentos. Vocês podem pedir à secretária, que disse que já tinha os casos de punição também, não foi? Então, vocês peçam lá e se assessorem também com o pessoal dos conselhos. Acho que dá para fazer isso aí, não é? E também os casos emblemáticos, aqueles que vocês consideram como casos emblemáticos, nesse tempo em que vocês são conselheiros, e agora como Presidente, aquilo que é emblemático, que chama atenção, para que a gente possa trabalhar em cima deles e pedir às autoridades providências, se não houve punição, se o inquérito foi aberto e está aí aberto sem qualquer cumprimento, para que a gente possa pedir providência. Aqui na Paraíba, a gente tem, desde há muito tempo, vários inquéritos que são chamados inquéritos misteriosos, que têm vítima mas não têm réu, não têm as pessoas que mataram ou ameaçaram, enfim. É importante que a gente possa ter isso aqui.

Se você, que é o representante do Estado, puder colocar também, nos Municípios, essa relação com o número de denúncias recebidas e encaminhadas, se não tiver o de pessoas punidas, para nós é muito importante, e os casos emblemáticos também.

Eu acho que foi Carlinhos quem colocou a questão do médico. Eu sei que você não falou o nome dele, mas para nós é importante. Você pode mandar, se não quiser dizer aqui o nome do médico, da delegada, da vítima e quando foi que isso ocorreu, para que a gente possa tomar as providências. Também é importante.

A maior parte aqui falou de ameaças sofridas. É importante que vocês também passem para a gente, através de um pequeno relato, os tipos de ameaças que vocês sofrem e o modo como isso é feito. Se é telefone, se é carta, se é uma outra pessoa que chega para vocês e diz: *“Olha, você tá vendo, cuidado, não apareça aqui, porque fulano está atrás de você”*. Há também o intermediário que traz a mensagem, muitas vezes. É aquele que diz que quando o diabo não vem manda o secretário. Às vezes o diabo fica lá e manda o secretário dele para dar o recado. Então, que vocês possam encaminhar isso para nós.

Eu não sei se vocês têm os dados aí do número de delegacias especializadas. Falaram dessa questão. Só são duas?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Campina Grande e João Pessoa.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - São duas. Só em Campina Grande e João Pessoa. Então, não precisa mais disso aí, já há prova de que...

A SRA. SÔNIA CARVALHO - Essas delegacias especializadas que existem aqui em João Pessoa só funcionam durante a semana. E nós finais de semana e à noite elas são fechadas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É verdade.

A SRA. SÔNIA CARVALHO - Então, a gente gostaria de fazer esse pedido aqui para que elas realmente funcionem integralmente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E é isso que nós queremos saber: se elas funcionam o tempo todo. Na realidade, uma prova foi feita aqui quando o Movimento Nacional de Direitos Humanos fez um levantamento, através da mídia, da imprensa, do número de atos de violência que ocorriam com relação tanto às mulheres quanto às crianças e adolescentes, e isso ocorre muito mais naquela faixa de sexta até domingo. E está fechado. Então, normalmente são os dias que mais tem, e no interior, nos dias de feira, também não tem. O juiz não está lá, o delegado não está e nem o promotor. Então, é importante identificar isso aqui.

Diga.

O SR. VINÍCIUS FERNANDES ARAÚJO - É interessante, também, porque, como colocou a nobre colega, essas delegacias funcionam de segunda a sexta. E o que acontece? Esse atendimento é feito por outras delegacias. Poderia ser o contrário. Outras delegacias fechariam e fariam o atendimento na especializada. Você está entendendo como são as coisas? A prioridade... O gestor, quando prioriza a questão da criança e do adolescente, fecha a outra delegacia e deixa a Delegacia da Criança e do Adolescente aberta. Se aparecerem outros casos, ele atende na especializada; mas as especializadas têm que estar abertas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com certeza. Depois, na sua fala, você falou dos delegados ausentes dos Municípios, juízes e promotores. Se você tiver, nesses Municípios onde isso ocorre, o nome dessas figuras, é importante para que a gente possa encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça, no caso do juiz, já que o corregedor daqui deveria fazer isso, e também dos promotores. Isso é importante para nós. Se vocês tiverem, é bom que nos encaminhem.



Finalmente, vocês falaram da necessidade de haver políticas públicas. Eu gostaria de verificar, dentro daquilo que vocês já estão vendo, que políticas públicas estão sendo implementadas e quais são aquelas que hoje vocês consideram que têm parceria do Município com o Estado e com a União, com o Governo Federal. É importante verificar também para que nós possamos cobrar também do Governo Federal se os recursos que estão vindo não são suficientes para a realização daquelas... E podemos cobrar também do Governo do Estado, através do Orçamento, se de fato aquilo não estiver sendo...

E quero dizer para vocês que o Ministério do Turismo incluiu João Pessoa no roteiro turístico oficial da Copa do Mundo. Ela está no roteiro oficial. Então, talvez não tenha jogo aqui, mas vocês poderão ter jogadores passando por aqui ou torcedores. Mais do que nunca, temos que trabalhar na prevenção dessa questão e na punição dos violadores, que vão tentar, agora, com isso aqui... A gente sabe como essas ações levam aos agenciadores, e hoje são verdadeiras organizações criminosas, são redes, não são mais isoladas. Você não pega mais um agenciador. Formam um conjunto de pessoas que agem para fazer com que as crianças e os adolescentes continuem sendo explorados ou exploradas.

Você queria falar?

O SR. VINÍCIUS FERNANDEZ ARAÚJO - Em relação à delegacia especializada, é importante colocar a questão dos profissionais, assistentes sociais e psicólogos. Obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mande para a gente depois.

Então, a gente quer agradecer, é isso. E dizer para vocês que é muito importante isso que nós estamos fazendo. Primeiro, nós ouvimos lá, em diversas audiências públicas, autoridades, policiais federais, Ministério das Relações Exteriores, promotores, enfim, pessoas que trabalham nessa área. Agora, a gente está partindo para fazer estas audiências itinerantes. A primeira foi no Rio Grande do Norte; a segunda, aqui na Paraíba; e a terceira vai ser no Rio de Janeiro, no dia 25. E depois iremos para... Já está marcada no Ceará, terra da nossa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Macapá, Amapá e Amazonas



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Amapá e Amazonas, e depois outras agendas também nos teremos. A ideia é de que onde houver denúncias de violação, de crianças que estão sendo exploradas sexualmente, abuso sexual, pedofilia, enfim, nós estaremos também lá para ouvir essas pessoas.

Muito obrigado. Um abraço para todos e que todos nós possamos continuar nessa batalha, porque *“medo nós tem, mas nós não usa”*. (Risos.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu queria, encaminhando para o encerramento, dizer que nós temos alguns encaminhamentos que precisam ficar claros. Eu diria que nós estamos dando um prazo de 10 dias para que vocês, conselheiros tutelares, possam remeter os casos emblemáticos, possam... Nós vamos, depois, fornecer o nosso endereço para que vocês possam fazê-lo: os casos emblemáticos e a discussão, o diagnóstico de políticas públicas.

Parece-me, a Secretária disse que tem funcionado um fórum, um diálogo. O fórum pode ser informalizado, penso eu. Tem que ser alguma coisa muito permanente. O conselho é um instrumento importante, porque o conselho tem a intersetorialidade e a sociedade civil, mas ele não substitui um fórum onde possam participar os conselheiros tutelares, onde possam participar as entidades que compõem a rede de proteção, onde possam participar os representantes de todos aqueles que estão como função precípua a proteção de crianças e adolescentes. As delegacias especializadas, os conselhos tutelares, os fóruns DCA, se houver. Enfim, é preciso que nós construamos um fórum que possa acompanhar a execução do plano.

O plano foi lançado, pelo que foi dito aqui à tarde, no dia 17 de maio, mas ele não está... Dia 17 de maio, que é a véspera do Dia de Combate à Exploração Sexual aqui no Brasil, onde a gente lembra o caso da Araceli, que é o dia 18 de maio. Mas ele ainda não existe de fato, ele não existe porque ele foi lançado. E me parece que tem que ver o nível de participação da sociedade civil na sua construção, porque era para ele ter sido mais falado aqui, ele não foi falado. Ninguém se referiu ao plano. Os operadores do sistema de justiça não falaram do plano, disseram que não existia um plano. Ninguém sabia que existia esse plano. Aqui, das pessoas que aqui falavam, ninguém se referia, ninguém fez referência ao plano. Isso é um sintoma que pode ser um sintoma não exato e pode ser uma interpretação equivocada de



que esse processo não foi devidamente e profundamente construído, se não as pessoas se sentiriam construtores do próprio plano, porque ele não foi citado. Ele não foi...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MAYARA DE FÁTIMA MARTINS DE SOUZA - Mas foi criado coletivamente *(ininteligível.)*

A SRA. SÔNIA CARVALHO - Deputada, pela ordem. O plano existe. Eu tenho a cópia dele. Eu tenho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei disso, que ele existe.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SÔNIA CARVALHO - Agora, ele não foi publicado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, ele não foi publicado. Então...

A SRA. MAYARA DE FÁTIMA MARTINS DE SOUZA - Mas foi criado coletivamente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SÔNIA CARVALHO - Mas não foi publicado.

A SRA. MAYARA DE FÁTIMA MARTINS DE SOUZA - *(Ininteligível)* plano *(ininteligível)* familiares para perto...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria de pedira a sua licença para eu poder continuar falando, por favor.

A SRA. MAYARA DE FÁTIMA MARTINS DE SOUZA - *(Ininteligível)* esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso aqui já foi esclarecido, já foi esclarecido que o plano foi construído de forma coletiva e que tem um fórum permanente de discussão com a sociedade civil. O que nós estamos sugerindo é que esse plano seja mais avaliado e discutido pelo conjunto da sociedade civil e pelos operadores do sistema de justiça, porque estiveram aqui promotores, promotores do Ministério Público do Trabalho, juízes. Estiveram aqui na parte da manhã e ninguém fez referência à existência do plano. Então, isso é um indício, que pode ser um indício equivocado, está certo, eu não estou questionando que o plano



existe, porque eu parto do pressuposto de que a Secretária não iria aqui, pela história que eu sei que tem, dizer que existe um plano que não existe. Então, eu sei que o plano existe. Entretanto, o fato de ninguém ter feito referência a ele, é como se ele não tivesse existido. Aliás, disseram aqui pela manhã que não existia o plano. Nenhum conselheiro tutelar falou do plano. Isso significa, é um sintoma que pode ser um sintoma equivocados. Pode ser que nós estejamos equivocados, que o plano não foi devidamente construído com todos os operadores de direito e com toda a rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Isso exige, penso eu, que nós possamos fazer uma discussão para publicizar, para vivenciar, para dar sentimento de pertencimento. Que esse plano, as pessoas sintam que é um plano que te pertence e que pertence à sociedade, que você pertence a ele, que você se sente incluído dentro dele. Então, isso significa que é necessário que haja a divulgação do plano, que não foi divulgado ainda, e que essa divulgação possa também, que esse plano possa ser vivenciado, discutido, elaborado, para ter sentimento de pertencimento, porque, se não houver um sentimento de pertencimento... Eu falo isso porque acompanho planos em vários locais, inclusive o plano nacional, a construção do plano nacional. Se não houver um sentimento de pertencimento, ele tende a não ter a intersectorialidade necessária.

Dizer que a importância do fórum é absolutamente fundamental. A Secretária disse que é um fórum. Eu penso que o quanto mais ele puder ser estruturado, melhor. Que as pessoas se sintam também pertencentes a esse fórum, que não seja apenas uma postura de dialogar, o que é importante, fundamental e que nós homenageamos e louvamos que haja a postura dialogal do poder público com o conjunto da sociedade e com as outras entidades, mas que haja um nível maior de formalização, que foi uma discussão que nós fizemos no Rio Grande do Norte também. Ou seja, que tenha uma periodicidade de reuniões, que você possa ter acolhimento. Ter espaços de escuta e espaços de fala, que as pessoas possam falar, porque nós entendemos que o ser humano, quando utiliza a palavra, que é coisa humana, que às vezes não se expressa através da voz, porque temos várias formas de falar, mas que a palavra é absolutamente fundamental para que nós possamos fazer uma construção que tenha sustentabilidade.



Penso que, quanto mais houver a participação da sociedade civil, quanto mais houver a participação dos que operam os direitos e protegem as crianças na sua função laboral ou profissional, mas nós vamos ter sustentabilidade, porque mais as pessoas vão sentir pertencentes e vão se apropriar da própria política.

Nós colhemos uma série de sugestões aqui que nós vamos dar prosseguimento a ela. Nós vamos estar trabalhando com as seguintes legislações. Um convênio da Saúde e Justiça para elaborar os laudos, porque achamos que, se tiver a capacitação dos profissionais de saúde para elaborar o laudo e nós não dependermos de GEMOL ou de IML ou de ITEP, enfim, dos organismos de Institutos de Medicina Legal, nós agilizamos o processo e adquirimos a celeridade necessária para o processo de responsabilização.

Nós vamos trabalhar na legislação de impedir financiamento público para eventos onde tenha havido a identificação de ESCA – exploração sexual de crianças e adolescentes. Implementar metodologia do OCA, porque é importante que inclusive o Estado e o Município possam implementar. Ter uma metodologia que foi desenvolvida, onde você faz a proporcionalidade das políticas em geral. Porque as políticas, todas as políticas envolvem crianças e adolescentes.

Vejam bem, nós temos política de assistência social, vai envolver, política de saúde, política de educação, política de cultura, enfim. E às vezes você não consegue ter a definição. O Orçamento da Criança e do Adolescente não pode ser apenas as ações que estão diretamente relacionadas com criança e adolescente. Por exemplo, educação básica envolve criança e adolescente. Então, é preciso que a gente trabalhe com a metodologia do OCA, do Orçamento da Criança e do Adolescente. Foi desenvolvido por vários organismos. E que a gente possa responsabilizar os gestores que não priorizam a discussão da criança e do adolescente.

Acho que aqui foi sugerido — e a gente vai trabalhar nessa perspectiva — o estabelecimento de uma escuta única que não tenha danos para as crianças vítimas de violência sexual. A política de atendimento, o programa de atendimento tem que haver. Eu penso que a gente tem que elaborar, e eu faço essa sugestão inclusive ao Estado, que possa fazer uma política de atendimento às crianças, porque nós temos casos de crianças que se identifica a violência sexual. Ela tem uma dificuldade do



processo de responsabilização, do processo de inquérito, enfim, de responsabilização, mas tem um vácuo no atendimento. O atendimento é absolutamente fundamental. E o mais rápido que ele acontecer, o mais profundo e o mais completo que ele possa vir a se desenvolver, melhor serão as condições de ressignificação e de interrupção da trajetória, para não acontecer isso que foi falado aqui pela Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, que resgata uma criança da exploração sexual e depois resgata a mesma criança. Então, você resgata, identifica que é situação de violência, de exploração de ESCA, de exploração sexual de criança e de adolescente, mas não tem atendimento. Aí ninguém substitui o poder público. Nós temos programas como o ViraVida, que são fundamentais, mas que têm uma lógica que me parece correta, porque assegura a sustentabilidade, o empoderamento, o atendimento, mas é preciso que o Estado possa assumir enquanto políticas públicas... E nós sugerimos isso inclusive para o Estado.

Nós também vamos discutir um programa de proteção aos conselheiros tutelares. Eu acho que isso é absolutamente importante. Nós sabemos que tem um programa de proteção tanto a adolescentes e vítimas, que é o PPCAM, mas tem o programa também de proteção aos defensores de direito, que são os conselheiros tutelares, mas penso que seria preciso que nós fizéssemos um programa que tivesse um recorte muito evidente de proteção para os conselheiros tutelares, porque é quem identifica a violação.

E nós vamos trabalhar na perspectiva da federalização das investigações, pelo menos da supervisão da Polícia Federal, porque você sai das relações que são relações comezinhas, construídas na lógica patrimonialista, na lógica colonialista que existe em cada Estado. Ou seja, da polícia que é ligada à pessoa, ou seja, para que você impeça que as apurações de exploração sexual só aconteçam quando não há pessoas com autoridade política ou poder político ou econômico, porque nós temos uma dificuldade — já foi constatado nos resultados da CPI Mista — quando a exploração sexual envolve pessoas com poder político, econômico, tem dificuldade de efetivar o processo de investigação. Como nós estamos discutindo no Congresso Nacional e vamos priorizar a federalização dos crimes contra os direitos da pessoa humana, eu acho que a gente deveria estar trabalhando com a federalização dos crimes que envolvem crianças e adolescentes na lógica da prioridade absoluta.



Lembro mais uma vez do compromisso dos conselheiros tutelares de nos encaminharem essas informações. Nós vamos formalizar para o Poder Executivo Estadual a necessidade de termos a evolução das punições, a evolução das punições com exatidão, a execução que foi efetivada o ano passado e deste ano, o orçamento e a execução, o orçamento de 1 milhão e 500 mil, um orçamento muito parco, muito parco para fazer frente à política de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Um orçamento que, de 1 milhão e 500 mil, que teve executado, que aqui foi falado, 500 mil reais é um muito irrisório para fazer frente a tudo isso que nós vimos aqui — é muito irrisório. Nós estamos no meio do ano e você teve um terço, teoricamente um terço da execução de um orçamento já muito diminuto para as demandas que foram estabelecidas aqui.

Por fim, agradecer muito a presença de todas e de todos, a contribuição dos que estiveram aqui. Dizer que nós vamos estar procedendo esses dados. E nós iremos encaminhar, se vocês sentirem, sentirem necessidade de solicitar os resultados e os relatórios desta audiência pública, que durou o dia inteiro, vocês nos solicitem. Nós teremos o maior prazer em encaminhar. Vou dar o número da CPI, que é 0800-619-619. Eu queria dar o endereço. Nós estamos ali com os cartões da CPI, para que vocês possam ter os *e-mails*, inclusive os conselheiros tutelares, os representantes do conselho estadual, do Poder Executivo Municipal, para que possam nos encaminhar todos os dados.

Eu gostaria mais uma vez de agradecer ao Presidente da Casa, Durval Ferreira, à Vereadora Sandra Marrocos, que esteve conosco durante todo este período. Dizer que nós só estamos aqui em função de um requerimento do Deputado Luiz Couto. Agradeço ao povo da Paraíba, mais uma vez, por ter possibilitado que a Câmara tenha um Parlamentar da qualidade do Deputado Luiz Couto. Dizer que eu e a Deputada Liliam Sá estamos absolutamente empenhadas nesse processo. Agradecer aos seguranças, que nos possibilitaram estarmos aqui, o Fábio, o Paulo, o Joselito, o Wedson e Modiel. Agradecer à Lais, da Copa, ao pessoal da Sonoplastia, ao Raimundo, ao pessoal do plenário, à Janete, da Redação de Atas, à Sílvia. Da *TV Câmara*, agradecer ao Sandro, ao Almeida, à Sueli, à Laís, ao João, ao Edvaldo, ao Werneck, Raniere, e do Cerimonial, que nos atendeu com muita qualidade, com muito carinho, que teve um acolhimento muito



profundo: Samara, Daniele, Cida, Flávia, Mazé, Leandro, Larissa. Agradecer os assessores da CPI, que estão aqui conosco, os funcionários, servidores da Câmara, a Lorena, da Polícia Federal, que tem nos acompanhado, bem como o outro agente, que tem sido bastante acolhedor, o Bill. Agradecer ao Bill também a acolhida. Dizer que foi uma audiência coletiva, que contou com a construção de todas e de todos. Paulene, assessor do Luiz Couto, assessora do Luiz Couto também, a Zezé, enfim, agradecer ao Brindeiro. Brindeiro, que brinda todos nós.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Brindeiro .

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Brindeiro...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que brinda todos nós.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... que brinda todos nós, segundo o nosso Deputado Luiz Couto. Bom, agradecer muito a participação de todos e vamos disponibilizar *a posteriori* todos os...

(Não identificado) - A Maristela.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Maristela, os assessores e as assessoras da Vereadora Sandra Marrocos.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas ninguém lhe impedirá de falar.

O SR. SÉRGIO DE LUCENA - É bem rapidinho. Numa outra minha fala, a Deputada tinha se ausentado para tratar de alguns assuntos. Mas eu falava, no final da minha fala, da importância daquela sessão histórica da quarta-feira. E nós, conselheiros tutelares, queremos homenagear a nossa amiga, amiga dos Conselhos Tutelares de todo o Brasil, que foi à tribuna, que defendeu com garras o seu parecer na Comissão de Constituição...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, de Seguridade Social.

O SR. SÉRGIO DE LUCENA - De Seguridade Social, aliás, favorável ao nossa PL. Então, parabéns pela sua atuação — dos Deputados já falei —, que, naquele momento histórico, traduziu o anseio de todos os conselheiros tutelares do Brasil. Muito obrigado, Deputada. *(Palmas.)*



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu que agradeço. Aquilo foi uma construção muito dura, mas foi uma construção dentro dos limites do possível, mas acho que foi um salto importante.

Temos mais de 50 projetos na Câmara sobre Conselho Tutelar. Há, inclusive, um projeto de minha autoria, outros, vários projetos, um deles que responsabiliza os gestores que não dotarem os Conselhos Tutelares de estrutura de funcionamento. Não adianta você ter um Conselho Tutelar... A Deputada Liliam sabe disso. Ela falava de Conselhos Tutelares no Rio de Janeiro que funcionavam debaixo de ponte. E o Conselho Tutelar é para-choque da sociedade, porque ele é eleito pela comunidade; portanto, ele não tem vínculo de subordinação ao Poder Executivo nem a quem quer que seja. Ele tem autonomia de funcionamento, ele deve respostas à sociedade, mas o Estado não dá condições. Há dois problemas: não dá condições de funcionamento e manutenção e ao mesmo tempo não dá condições de aplicar, de executar as medidas aplicadas pelos conselheiros. Portanto, o conselheiro vai e exige a creche, mas não tem a creche; ele exige o atendimento no contraturno, não tem o atendimento no contraturno; exige atendimento multidisciplinar, não tem o atendimento multidisciplinar. Enfim, e é ele que responde por isso à sociedade. Ele responde para a sociedade, com as deficiências do Poder Público, do Poder Executivo e do poder do sistema de justiça, todas as deficiências no atendimento à política da criança e do adolescente. Nós temos mais de 50 projetos.

Eu vou repetir: nós vamos propor que se crie uma Comissão Especial, que essa Comissão Especial analise todos os projetos que ali estão e façam um substitutivo. Inclusive, nesse substitutivo, nós podemos incluir a proteção aos Conselhos Tutelares. Nós podemos incluir, porque o Conselho Tutelar... Muitas vezes o profissional de saúde, o profissional de educação não denuncia porque ele teme, não denuncia ao Conselho Tutelar. E o Conselho Tutelar, obrigatoriamente, recebe a denúncia de onde quer que ela venha.

E outra coisa: o fluxo tem que ser reconstruído. Tem que ter fluxo. Não tem fluxo também. O que a gente percebeu aqui — e não é uma realidade só daqui — é que não tem fluxo, não tem rede. A rede é fragmentada, as políticas não dialogam entre si. Muitas vezes os programas de uma mesma Secretaria não dialogam entre si, e você não tem rede de atendimento e você não tem fluxo. O próprio Disque 100.



Você tem o Disque 100; ele encaminha para acompanhamento ao Ministério Público; ele encaminha para o Conselho Tutelar, para a polícia e depois não tem fluxo, morreu. Morreu o fluxo. E daí o que vai acontecer? Então, você não tem um fluxo que você possa...

Essa discussão nós estamos fazendo com o Governo Federal. Acho que cabia até a gente fazer uma audiência pública, Liliam e Luiz Couto, para discutir isso, quais são os encaminhamentos acerca... A gente já teve uma audiência pública para pegar os dados do Disque 100, da Polícia Rodoviária Federal, mas fazer uma discussão não apenas dos dados, da quantidade de denúncias, enfim, mas trabalhar o fluxo, trabalhar o encaminhamento, o desdobramento das denúncias. Ou seja, o que chega, chega no Disque 100, é encaminhado para o Conselho Tutelar, e daí, para onde é que vai? É encaminhado para a polícia, porque tem duas vertentes, e para onde vai? Aqui tivemos a fala do juiz, que disse que das 200 denúncias de violência contra criança e adolescente só 15 chegaram aos CREAs. E não se sabe nem que tipo de atendimento receberam nos CREAs, mas isso seria uma outra discussão. Não é só o acesso mas a qualidade do atendimento. Essa é uma discussão que estamos fazendo na educação. Já superamos a discussão do acesso nos primeiros anos de escolaridade e estamos discutindo a qualidade.

Quero agradecer a todas as pessoas que contribuíram com esta audiência, das mais variadas formas e, mais uma vez, agradeço ao Deputado Luiz Couto e à Vereadora Sandra Marrocos pela acolhida.

Com estas palavras declaro encerrada a presente audiência pública, lembrando que na semana que vem não teremos audiências, apenas, no dia 25, teremos uma ida ao Rio de Janeiro. Agradeço e desejo que voltem em paz para suas casas, ou para Campina Grande, vocês escolhem. Desejo uma boa noite a cada um de vocês.

Declaro encerrada a presente audiência. *(Palmas.)*